



BRAS/L ACUCAREIRO

ANO XXIII - VOL. XLV - JUNHO, 1955 - N.º 6

633.6 (81) (05)

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

CRIADO PELO DECRETO Nº 22.789, DE 1º DE JUNHO DE 1933

Sede: PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

Rio de Janeiro — Caixa Postal 420 — Enderêço Telegráfico «Comdecar»

EXPEDIENTE: de 12 às 18 horas Aos sábados : de 9 às 12 horas

COMISSÃO EXECUTIVA

Delegado do Banco do Brasil — Carlos de Lima Cavalcanti (Presidente); Delegado do Ministério do Trabalho — José Acioly de Sá (Vice-Presidente); Delegado do Ministério da Fazenda — Epaminondas Moreira do Vale; Delegado do Ministério da Viação — José de Castro Azevedo; Delegado do Ministério da Agricultura — Carlos Barbosa de Souza.

Representantes dos usineiros: — Moacir Soares Pereira, Nelson Rezende Chaves, Walter de Andrade e Gil de Metódio Maranhão.

Representante dos banguezeiros: — Manoel Gomes Maranhão.

Representantes dos fornecedores: — Domingos José Aldrovandi, João Soares Palmeira e Joaquim Alberto Brito Pinto.

SUPLENTES

Representantes dos usineiros: — Licurgo Portocarrero Veloso, Fernando Pessoa de Queiroz, Gustavo Fernandes de Lima e Luís Dias Rollemberg.

Representante dos banguezeiros: — Afonso José de Mendonça.

Representantes dos fornecedores: — José Augusto de Lima Teixeira, José Vieira de Melo e José do Prado Barreto.

TELEFONES

TELEFONES:			
PRESIDENCIA	23-6249	DIVISAO JURIDICA	
Chefe do Gabinete	23-2935	Diretor - Procurador Geral	23-3894
Oficial de Gabinete	43-3798	Subprocurador	32-7931
COMISSÃO EXECUTIVA	00 4005	Serviço Contencioso	32-7931
	23-4585	Serviço de Consultas e Processos	32-7931
Secretaria	23-6183		
DIVISÃO DE ESTUDO E PLANEJAMENT	0	DIVISÃO ADMINISTRATIVA	
Diretor	43-9717	Diretor	23-5189
Serviço de Estudos Econômicos .	43-9717	Serviço do Pessoal	43-6109
Serviço de Estatística e Cadastro	32-5089	Secção de Assistência Social	43-7208
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZ	ZACAO	Serviço do Material	23-6253
Diretor	43-4099	Serviço de Comunicações	43-8161
Serviço de Arrecadação	23-6251	Secções Administrativas	23-0796
. Serviço de Fiscalização	23-6251	Serviço de Documentação	23-6252
		Biblioteca	43-9717
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA A PRODUÇ	11	Serviço de Mecanização	23-4133
	43-0422	Serviço Multigráfico	23-413-3
Serviço Social e Financeiro	23-6192	Restaurante	43-7526
Serviço Técnico Agronômico	23-6192	Zelador do Edifício	23-0313
Serviço Técnico Industrial	43-6539	Zelador do Edificio	25-0515
DIVISÃO DE CONTROLE E FINANÇAS	1	SERVIÇO DE AGUARDENTE	
	43-6724	Superintendente	43-9717
Subcontador	23-6250		
Serviço de Contabilidade	23-2400	SERVIÇO DE ALCOOL	
	23-2400	Diretor	23-2999
• •	23-2400	Secções Administrativas	43.5079
Tesouraria	23-6250	Usinas Nacionais	43-4830

BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão Oficial do Instituto do Açúcar e do Álcool

(REGISTRADO COM O Nº 7.626, EM 17 10-1934, NO 3º OFICIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOGUMENTOS)

RUA DO OUVIDOR, 50 - 9º andar (Serviço de Documentação)

Fone 23-6252 — Caixa Postal, 420

Diretor — JOAQUIM DE MELO

Assinatura anual
Número avulso (do mês) Cr\$ 5,00 Número atrasado Cr\$ 10.00
Preço dos anúncios
1 páginaCr\$ 1.000,00
½ página Cr\$ 600,00
¼ de página Cr\$ 300,00
Centímetro de coluna
Cone (34 interna) Cr\$ 1 300 00

O anúncio e qualquer matéria remunerada não especificados acima serão objeto de ajuste prévio.

Capa externa — 1 côr Cr\$ 1.500,00

- 2 côres Cr\$ 1.800,00

Vendem-se volumes de BRASIL AÇUCAREIRO, encadernados, por semestre. Preço de cada volume Cr\$ 150,00.

Agentes:

DURVAL DE AZEVEDO SILVA — Rua do Ouvidor, 50 - 9º andar - Rio de Janeiro

AGÉNCIA PALMARES — Rua do Comércio, 532 - 1º — Maceió - Alagoas OCTÁVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco HEITOR PORTO & CIA. — Rua Vigário José Inácio, 153 — Caixa Postal, 235 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul.

MARIANO MIRANDA — Franklin, 1968 — Buenos Aires.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açúcar e do Álcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

Pede-se permuta. On démande l'échange. We ask for exchange. Pidese permuta. Si richiede lo scambio Man bittet um Austausch.

Intershangho dezirata

DIVERSAS NOTAS

COOPERATIVA DOS USINEIROS DE ALAGOAS

Oferecendo a garantia de penhor mercantil, a Cooperativa dos Usineiros de Alagoas solicitou ao I.A.A. um empréstimo de 2.500.000 cruzeiros para compra de enxofre refinado a ser utilizado na safra 55/56.

Os órgãos técnicos desta antarquia manifestaram-se favoràvelmente ao pedido. Com êsses pareceres concordou o Sr. João Soares Palmeira, que relatou a matéria permite a Comissão Executiva em sessão de 29 de março último.

A Comissão Executiva aprovou o voto do relator para o fim de conceder o empréstimo.

SOCIEDADE BENEFICENTE E HOSPITALAR DAS USINAS DE PERNAMBUCO

A Comissão Executiva aprovou o seguinte parecer do Sr. Castro Azevedo:

«À vista da exposição feita pela Sociedade Beneficente e Hospitalar das Usinas de Açúcar de Pernambuco, solicitamos, por intermédio da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco Ltda., um empréstimo da importância de Cr\$ 15.000.000,00, opinam os orgãos competentes do Instituto pela sua concessão, a fim de que possa a menciona-

da Sociedade concluir as obras e iniciar o funcionamento do Hospital.

O Instituto já concorreu para a construção do Hospital com o donativo de Cr\\$10.000.000,000.

Não pode o Instituto recusar o empréstimo, que tem tão elevado objetivo, de vez que a Divisão de Contrôle e Finanças informa das possibilidades desta autarquia, na forma dos prazos e condições que expõe.

A Divisão Jurídica nada tem a opôr, face ao referido pronunciamento, entendeado, porém, que sejam exigidas promissórias da suplicante, dado o valor do empréstimo.

E, como a Sociedade diz que o empréstimo será por intermédio da Cooperativa dos Usineiros, que para êsse fim será autorizada a avalizar as promissórias que foren: emitidas, sendo, assim, concedido o empréstimo nas condições constantes dos pareceres da Divisão de Contrôle e Finanças, do Dr. Procurador Geral e da sugestão que aqui faço.»

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE AGUARDENTE DE SÃO PAULO

Em ofício dirigido ao I.A.A., a Associação dos Produtores de Aguardente do Estado de São Paulo solicitou auxílio finan-

cional cêrca de 360.000 toneladas, das quais perto de 300.000 toneladas foram embarcadas, entre janeiro e maio último.

Não havendo até o presente momento sido completadas a ratificação por parte do Brasil do Acôrdo Internacional do Açúcar, e considerando a situação desfavorável da balança comercial do País, viu-se o Govêrno brasileiro diante de duas alternativas: ou completar a ratificação e suspender as exportações de açúcar nacional, até o acêrto da quota básica, ou retirar-se do Conselho Internacional do Açúcar

Vale ressaltar que o açúcar é um produto fàcilmente perecivel, cuja retenção no mercado interno importaria na imobilização de grandes recursos em financiamento, e que sua exportação proporcionou ao País uma recente receita cambial de aproximadamente 30 milhões de dólares.

Acresce que as estimativas já feitas sôbre as safras de 1955/56 demonstram que o problema dos excedentes persistirá, em nível superior à quota efetiva de exportação adjudicada ao Brasil no Acôrdo Internacional do Açúcar.»

ceiro para instalação de sede própria em Piracicaba.

O pedido foi apreciado pela Comissão Executiva em sessão de 6 de abril próximo passado, sendo aprovado o voto do relator, Sr. Gil Maranhão, para o fim de se conceder um auxílio de Cr\$ 100,000,00, correndo a despesa por conta do Fundo de Aguardente.

RELATÓRIO DO SECRRA

A Comissão Executiva, em sessão de 13 de abril próximo passado, aprovou o seguinte parecer do Sr. João Soares Palmeira:

«Do presente expediente consta, em original, o relatório apresentado à Superintendência do SECRRA pelo Executor-Regional do mesmo Serviço em Pernambuco.

Pelo exame feito no referido trabalho verifica-se que foram retirados para redestilação 9.201.129 litros de aguardente, assim discriminados:

Rio Grande do Norte	905.318	litros
Paraíba	114.832	· >>
Pernambuco	8.163.247	>>
Alagoas	17.732	>>

Os serviços seguiram as diretrizes traçadas no Plano Nacional de Defesa da Águardente, e o trabalho revela a eficiente colaboração do Executor-Regional do SECRRA em Pernambuco.

Nestas condições, propomos a sua aprovação por esta Comissão Executiva

TRANSPORTE DE AÇÚCAR EM CAMPOS

A propósito da situação dos transportes de açúcar na Estrada de Ferro Leopoldina, o Sr. Licurgo Veloso fêz à Comissão Executiva, em sessão de 13 de abril último, a seguinte exposição:

— Sr. Presidente: a convite do administrador-geral da Estrada de Ferro Leopotdina, que recebeu uma interpelação da Assembléia Legislativa do Estado do Rio, compareci a uma reunião na sede da residência de Jurujuba, onde, com a presença, também,

de parlamentares, se organizou uma espécie de mesa-redonda para um debate a respeito das dificuldades da Estrada de Ferro Leopoldina e das interpelações feitas pelo Deputado estadual Roosevelt C. de Oliveira, autor de uma proposição à Assembléia do Estado do Rio.

Das informações prestadas pelo Diretor da Estrada de Ferro Leopoldina e manifestadas posteriormente pelos líderes da maioria e da minoria ali presentes, constatou-se que a situação da Leopoldina é muito pior do que se pode imaginar; para uma receita de Cr\$ 350.000.000,00, há uma despesa prevista no orçamento da Estrada de l'erro de Cr\$ 1.200.000.000,00, em números redondos.

Interpelado sôbre as dificuldades de transporte para o escoamento da safra açucareira do Estado do Rio, S. Sª fêz sentir que o Leopoldina recebera um auxílio substancial da elasse dos produtores, dos usineiros do Estado do Rio, com o reparo de 169 vagões que lhes foram entregues. O reparo foi feito por conta exclusiva das usinas, que ficaram apenas com o direito de retenção dêsses vagões para embarque de açúcar, num escoamento regular.

Deu notícia, também, o Diretor da Leopoldina, que no mês de março próximo passado, essa estrada de ferro bateu todos os recordes de remessas de vagões em Campos nos três últimos anos. Por isso conseguiu a Leopoldina transportar o maior volume de açúcar de todos os tempos. Foram distribuídos seiscentos e tantos vagões a tôdas as usinas.

Um detalhe também interessante, e que desconhecíamos, é o do volume que representa o escoamento através de rodovia. Corresponde exatamente a 50% da produção fluminense o volume de açúcar escoado por caminhões.

Finalmente, depois de mostrar a situação de penúria em que se encontra a Leopoldina, e de responder a diversas interpelações dos Deputados ali presentes, verificou-se ser possível resolver o problema açucareiro com a coordenação de todos os esforços do Govêrno Estadual, da Leopoldina e das classes produtoras, contando-se também com a possibilidade de vir a ser

construído no município de Campos um armazém regulador de açúcar, com capacidade para 500.000 sacos. A direção da Leopoldina alega que isso representa uma possibilidade para o escoamento futuro do açúcar, quando tiver adquirido os vagões de 36 toneladas, que poderão transportar um maior volume do produto, com a redução do pêso morto nas composições. É que, infelizmente, os vagões com essa tonelagem não podem entrar nos sub-ramais; daí a necessidade da instalação dêsse armazém em Campos, que receberia o acúcar das usinas por intermédio das pequenas composições, que ficariam apenas ligando a usina ao armazém regulador.

Por fim, agradeci, em nome dos usineiros fluminenses, o convite que recebera do Diretor da Leopoldina e retribui o agradecimento que a Leopoldina traduzia, por meu intermédio, à classe produtora do Estado do Rio pelo esfôrço desenvolvido no reparo de 160 vagões, que estão agora em plena utilização pela Estrada de Ferro.

CONGRESSO EUCARÍSTĪCO

Em sessão de 20 de abril último, a Comissão Executiva do I.A.A., atendendo ao apêlo que lhe foi feito por autoridades religiosas, resolveu conceder, de acôrdo com o parecer do Sr. Acióli de Sá, um donativo de Cr\$ 100.000,00 ao Congresso Eucarístico Internacional, a realizar-se nesta capital.

USINA BARRA GRANDE

A firma proprietária da Usina Barra Grande, localizada no município de Lençois, Estado de São Paulo, solicitou ao I.A.A. financiamento para montagem de uma destilaria de álcool anidro com capacidade para 20.000 litros diários.

Apreciando o pedido, em sessão de 20 de abril último, a Comissão Executiva, depois de examinar os pareceres dos órgãos técnicos desta autarquia e o voto do relator, Sr. Moacir Pereira, resolveu conceder o financiamento na base de Cr\$ 5.746.000,00.



ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

Publicamos nesta secção resumos das atas da Comissão Executiva do l. A. A. Na secção "Diversas Notas" damos habitualmente extratos das atas da referida Comissão, contendo, às vêzes, na integra, pareceres e debates sôbre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.

17* SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA . EM 29 DE MARÇO DE 1955

Presentes os Srs. Carlos de Lima Cavalcanti, José Acióli de Sá, José Vamberto Pinheiro de Assunção, Castro Azevedo, Luís Dias Rolemberg (Suplente do Sr. Alfredo de Maia), Nelson de Resende Chaves, J. A. de Lima Teixeira (Suplente do Sr. Domingos José Aldrovandi), José Vieira de Melo, João Soares Palmeira, Gustavo Fernandes de Lima (Suplente do Sr. Gil Maranhão) e Licurgo Portocarrero Veloso (Suplente do Sr. Válter de Andrade).

Presidência do Sr. Carlos de Lima Cavalcanti

Expediente — A requerimento do Sr. João Soares Palmeira, o Sr. Presidente manda constar da ata desta sessão uma retificação à ata da sessão de 17 de março.

Financiamentos — Aprova-se o plano de financiamento de adubos para fornecedores, elaborado pela DAP.

- Aprova-se, de acôrdo com os pareceres, a proposta da firma Julião Nogueira & Cia. relativa a modificações no seu contrato de financiamento.
- Ibrahim de Mendonça, concede-se um adiantamento de Cr\$ 50.000,00.
- Aprova-se a proposta da Usina Triunfo de pagamento do seu débito mediante retenção de 5 cruzeiros por saco de açúcar na safra 55/56.

Escolas agro-industriais — Aprova-se o voto do Sr. José Vamberto, no sentido de ser deferido 20 Sr. Presidente a solução do caso de interêsse de Amarito Soares Monteiro.

Julgamento de processos — Dá-se vista ao Sr. Nelson de Rezende Chaves do processo de interêsse de Moacir Rocha da Cruz.

- Manda-se cancelar as inscrições dos engenhos de Geraldo Vieira Gonçalves, Antônio Cândido Diniz e Raimundo Dias Carneiro.
- -- Braulio Lins de Mendonça, fixação de quota de fornecimento, deferido.
- José Oliveira Almeida, fixação de quota de fornecimento, considera-se sem efeito a decisão de 9/12/54 por já estar atendido o pedido.
- Eloi Alberto de Morais, manda-se cancel e a inscrição do engenho.
- Usina Cachoeira Lisa, fixação de quota da fornecimento em nome de José Nogueira da Silva, deferido.
- --- Aprova-se o expediente relativo à execução da Resolução nº 501/51 na Usina Roça Grande.

18³ SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM · 30 DE MARÇO DE 1955

Presentes os Srs. Carlos de Lima Cavalcanti, José Acióli de Sá, José Vamberto Pinheiro de Assunção, Castro Azevedo, Epaminondas Moreira do Vale, Válter de Andrade, Moacir Soares Pereira (Suplente do Sr. Paulo Raposo), Nelson de Rezende Chaves, Luís Dias Rolemberg (Suplente do Sr. Alfredo de Maia), José Augusto de Lima Teixeira (Suplente do Sr. Domingos Aldrevandi), José Vieira de Melo, João Soares Palmeira, Gustavo Fernandes de Lima (Suplente do Sr. Gil Maranhão) e Licurgo Portocarrero Veloso, êste último por ter pro cessos em pauta para relatar.

Presidência, inicialmente, do Sr. Carlos de Lima Cavalcanti. Entre 17.30 e 18,00 hs. assumiu a Presidência o Sr. José Acióli de Sá, Vice-Presidente, por se ter ausentado o Sr. Presidente, a fim de ir ao Banco do Brasil e, em companhia do Sr. Governador do Estado de Pernambuco, avistar-se com o Presidente daquele estabelecimento.

As 18,05 hs., regressando do Banco, reassumiu a Presidência o Sr. Carlos de Lima Cavalcanti, Presidente.

Alcool e aguardente — Aprova-se a proposta de pagamento de bonificação sôbre álcool residual da safra 53/54 à Usina Paineiras.

-- Autoriza-se a Usina Santa Clara a produzir álcool hidratado.

Financiamentos — A C. E. toma conhecimento de uma exposição do Sr. Presidente a respeito de providências tomadas junto ao Banco do Brasil e relacionadas com a concessão de financiamento a usina de Pernambuco.

- Dá-se vista ao Sr. José Vieira de Melo do processo de interêsse da Usina Tiuma.
- Aprova-se um pedido de diligência no processo de interêsse da firma Viúva H. Bandeira.
- Manda-se arquivar o processo SC 55.305/54 de interêsse da firma Julião Nogueira & Cia,
- É indeferido o pedido de José de Macedo e Silva
- Taxas É indeferido o pedido de devolução da taxa de Cr\$ 1,00 por tonelada de cana da Emprêsa Agro-Industrial Lourdes Ltda.

Tabelamento de cana — Dà-se vista ao Sr. Válter de Andrade do processo referente ao tabelamento de cana para álcool.

Julgamento de processos — Eloi Machado de Morais e João Machado de Morais, inscrição de engenho de aguardente, deferido.

- Manda-se cancelar as inscrições dos engenhos de aguardente de Antônio Alves Pereira e Domingos Rodrigues Mendes.
- Usina Conceição do Peixe e Josefa Pereira do Carmo Sarmento, incorporação de quota de engenho, deferido.
- Usina Itaquerê, execução da Resolução nº 501/51, mantem-se o cancelamento dos aumentos destinados a fornecedores.
- Moacir Rocha da Cruz, fixação de quota de fornecimento junto à Usina Santa Maria, deferido.
- João Pinto de Souza Dantas, aumento de quota de fornecimento, deferido.
- Manda-se cancelar as inscrições dos engenhos de Amâncio Alves de Oliveira, Alexandre Moscou, Luís Germano Hoffmann, Emídio Bispo de Macedo e João H. F. Zapff.
- José Nóbrega de Albuquerque, fixação de quota de fornecimento, deferido.

194 SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1955

Presentes os Srs. Carlos de Lima Cavalcanti, José Vamberto Pinheiro de Assunção, Castro Azevedo, Válter de Andrade, Moacir Soares Pereira (Suplente do Sr. Paulo Raposo), Nelson de Resende Chaves, José Vieira de Melo, Gustavo Fernandes de Lima (Suplente do Sr. Gil Maranhão), Luís Dias Rolemberg (Suplente do Sr. Alfredo de Maia), J. A. de Lima Teixeira (Suplente do Sr. Domingos José Aldrovandi), João Soares Palmeira e Licurgo Portocarrero Veloso, êste último por ter processo em pauta para relatar.

Presidência do Sr. Carlos de Lima Cavalcanti.

Administração — Resolve-se adiar a discussão do processo referente à concessão de "'pro-labore" ao pessoal da DAF por serviços extraordinários na fiscalização da aguardente.

- Aprova-se o parecer do Sr. Castro Azevedo, no sentido de ser encaminhado à decisão do Sr. Presidente o processo de interêsse do funcionário Hamilton Lopes Fernandes.
- Autoriza-se a abertura de crédito suplementar para pagamento de licença-prêmio ao funcionário Permínio de Carvalho Asfora.

Canas de fornecedores — Osmar Freire da Silva, fixação de quota de fornecimento junto à Usina Catende, deferido.

Destilarias centrais — Autoriza-se a abertura de um crédito de Cr\$ 100.000,00 para realização de serviços na destilaria central de Alagoas.

Taxas — Edísio Meira Tejo, isenção de contribuição da taxa de Cr\$ 2,00, indeferido.

Julgamento de processos — Autoriza-se a instalação de um engenho de rapadura e aguardente na Estação de Irrigação de Cabrobó.

- Antônio Zanardo & Irmãos, inscrição de engenho de aguardente, deferido.
- Manda-se cancelar as inscrições dos engenhos de Pedro Gregolin & Filho, José Tito Pereira e Ernesto Pereira de Souza.
- Aprova-se o expediente relativo à execução da Resolução nº 501/51 na Usina Catende.

- João de Deus Moreira de Almeida, fixação de quota de fornecimento junto à Usina São Bento, deferido.
- Dá-se vista ao Sr. João Soares Palmeira do processo de interêsse de Genésio Manhães de Souza.

204 SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 1955

Presentes os Srs. Carlos de Lima Cavalcanti, José Acióli de Sá, José Vamberto Pinheiro de Assunção, Castro Azevedo, Válter de Andrade, Gil Maranhão, Moacir Soares Pereira (Suplente do Sr. Paulo Raposo), Luís Dias Rolemberg (Suplente do Sr. Alfredo de Maia), Nelson de Rezende Chaves, Domingos José Aldrovandi, José Vieira de Melo, João Soares Palmeira, Gustavo Fernandes de Lima, José Augusto de Lima Teixeira e Licurgo Portocarrero Veloso, os três últimos por terem processos em pauta para relatar.

Presidência do Sr. Carlos de Lima Cavalcanti.

Administração — Dá-se vista ao Sr. Castro Azevedo do processo GP 1.243/55, referente ao pagamento de gratificação por serviço extraordinário.

 Manda-se arquivar o processo relativo à abertura de crédito suplementar no exercício de 1954 para o Fundo de Beneficência dos Servidores do I.A.A.

Alcool e aguardente — Autoriza-se o pagamento de bonificação sôbre álcool da safra 54/55 à Usina São Francisco.

- Autoriza-se a liberação de 2.000 litros de aguardente de produção do engenho de José Jorge.
- Autoriza-se a Usina Costa Pinto a produzir álcool hidratado na safra 54/55.
- Aprova-se a redução da retenção sôbre álcool anidro produzido na destilaria da Cooperativa dos Produtores de Aguardente da Zona de Limeira.

Destilarias centrais — Nos têrmos dos pareceres, aprova-se a aquisição de válvulas "Arca" para a D. C. de Alagoas.

Fundo de Compensação de Preços — É deferido o requerimento da Usina Paineiras, solicitando devolução de contribuição recolhida a mais na safra 54/55.

Julgamento de processos — Herdeiros de Antenor Ferreira Leite, resolve-se manter o registro do engenho.

- Manda-se cancelar o registro dos engenhos de Jorgecilino Gonçalves de Andrade.
- Antônio Ferreira de Souza, inscrição de engenho de aguardente, deferido.

21[‡] SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 1955

Presentes os Sis. Carlos de Lima Cavalcanti, José Acióli de Sá, José Vamberto Pinheiro de Assunção, Castro Azevedo, Epaminondas Moreira do Vale, Válter de Andrade, Luís Dias Rolemberg (Suplente do Sr. Alfredo de Maia), Moacir Soares Pereira (Suplente do Sr. Paulo Raposo), Nelson de Resende Chaves, José Vieira de Melo, Domingos José Aldrovandi, João Soares Palmeira, J. A. de Lima Teixeira, Gustavo Fernandes de Lima e Licurgo P. Veloso, os três últimos por terem processos em pauta, para relatar.

Presidência do Sr. Carlos de Lima Cavalcanti.

Administração — Por maioria de votos, é aprovado o parecer do Sr. João Soares Palmeira, no sentido de ficar o Sr. Presidente autorizado a fixar instruções a serem observadas no pagamento das gratificações por serviços prestados pelos fiscais fora das horas normais.

Alcool e aguardente — Aprova-se a proposta de pagamento de bonificação sôbre álcool direto produzido pela D. C. Leonardo Truda.

- Raul Mesquita (Espólio), liberação de aguardente requisitada, deferido.
- De acôrdo com os pareceres, resolve-se encarregar o Instituto Tecnológico de Sergipe a fiscalizar obras na Associação dos Plantadores de Cana do mesmo Estado.

Financiamentos — Manda-se encaminhar aos órgãos competentes do I.A.A. a indicação do Sr. Nelson de Resende Chaves sôbre a prorrogação do prazo de liquidação do financiamento do açúcar fluminense.

Usina Brasil, pedido de devolução de prestações pagas, indeferido.

Taxas — Floriano Pinto Sampaio, pedido de isenção de taxa sôbre aguardente, indeferido.

Julgamento de processos — Manuel Ferreira da Silva, mantem-se a inscrição do engenho.

- Aprova-se o expediente relativo à execução da Resolução nº 501/51 na Usina Santa Teresina.
- Jorcelino L. Portugal, incorporação de quota, indeferido.
- Aprova-se o expediente relativo à execução da Resolução nº 501/51 na Usina Proveito.
- -- Manda-se cancelar a inscrição dos engenhos de Luís Evaristo de Resende e Viúva Virgílio Sodré.
- João Pereira da Rocha, mantem-se a inscrição do engenho.
- José Antidônio Calado, fixação de quota de fornecimento, deferido.

22ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1955

Presentes os Srs. Carlos de Lima Cavalcanti, José Acióli de Sá, José Vamberto Pinheiro de Assunção, Castro Azevedo, Válter de Andrade, Gil Maranhão, Moacir Soares Pereira (Suplente do Sr. Paulo Raposo), Nelson de Resende Chaves, Luis Dias Rolemberg (Suplente do Sr. Alfredo de Maia), José Augusto de Lima Teixeira (Suplente do Sr. Domingos José Aldrovandi), José Vieira de Melo, João Soares Palmeira e Licurgo Portocarrero Veloso, êste último por ter processo em pauta para relatar.

Presidência do Sr. Carlos de Lima Cavalcanti.

Administração — Aprova-se um pedido de diligência no processo referente à proposta de gratificação "pro-labore" ao motorista José Cirilo de Oliveira

- Aprova-se o modêlo de ficha de tombamento de usinas e destilarias proposto pelo STI.

Alcool e aguardente — Aprova-se a proposta de pagamento de bonificação sôbre álcool direto das usinas de Pernambuco no primeiro semestre da safra 54/55.

-- No processo de interêsse da firma Augusto G. Galvão & Filhos, aprova-se o parecer do Sr. Moacir Pereira para o fim de ser o assunto examinado quando da elaboração do Plano de Alcool·de 55/56.

CANAVIAIS E ENGENHOS NA VIDA POLÍTICA DO BRASIL

ENSAIO SOCIOLÓGICO SÓBRE O ELEMENTO POLÍTICO NA CIVILIZAÇÃO DO AÇUCAR

FERNANDO DE AZEVEDO

(Professor da Universidade de São Paulo)

L. C.# 40

Preço do vol. br. Cr\$ 40,00

w

A VENDA NA
LIVRARIA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
RUA DO OUVIDOR, 94
Rio de Janeiro

- É aprovado o relatório do SECRRA relativo a 1954.
- São aprovados os demonstrativos organizados pelo SEAAI referentes ao pagamento do reajustamento do preço do mel e do álcool anidro entregues pelas usinas ao I.A.A.

Destilarias centrais — Aprova-se a minuta de Resolução que abre crédito especial para aquisição de vagões-tanques para a DCTL.

— Aprova-se o parecer do Sr. João Soares Palmeira referente à aplicação do salário mínimo aos operários das destilarias centrais.

Multas — Usina Bulhões, pedido de pagamento de multa em quinze prestações anuais, indeferido.

Julgamento de processos — Maria de Lourdes Almeida Prado Silva, pedido de montagem de usina mediante incorporação de quotas de engenhos, indeferido.

- Roberto Luiz Ferreira de Almeida, pedido de pagamento de Cr\$ 855,00 pela cobrança efetuada à firma L. Verri & Cia., deferido.
- Antônio Rocha Ramos, aumento de quota de fornecimento junto à Usina Paranagua, deferido.

- Aprova-se o expediente relativo à execução da Resolução nº 501/51 na Usina N. S. de Lourdes.
- Manda-se cancelar a inscrição do engenho de Manuel Pereira Paixão.
- Aprova-se o expediente relativo à execução da Resolução nº 501/51 na Usina Santo Amaro.

234 SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1955

Presentes os Srs. Carlos de Lima Cavalcanti, José Acióli de Sá, José Vamberto Pinheiro de Assunção, Castro Azevedo, Válter de Andrade, Gil Maranhão, Moacir Soares Pereira (Suplente do Sr. Paulo Arruda Raposo), Nelson de Resende Chaves, Luís Dias Relemberg (Suplente do Sr. Alfredo de Maia), J. A. de Lima Teixeira (Suplente do Sr. Demingos José Aldrovandi), José Vieira de Melo, João Soares Palmeira e Licurgo Portocarrero Veloso, êste último por ter processo em pauta para relatar.

Presidência dos Srs. Carlos de Lima Cavalcanti e José Acióli.

Às 16,45 hs. se retirou o Sr. Carlos de Lima Cavalcanti para ir ao Banco do Brasil, assumindo a Presidência, até o têrmo da sessão, o Sr. José Acióli de Sá, Vice-Presidente do I.A.A.

Administração — Resolve-se adiar a discussão do processo referente ao aumento de proventos dos taquígrafos da C. E.

Alcool e aguardente — José Maranhão de A. Lima, liberação de aguardente, deferido.

- -- Elias Dayes, liberação de aguardente, deferido.
- Usina Santa Maria, financiamento de mel estocado, deferido.
- Usina Santo Antônio, adiantamento sôbre bonificações de melaço, indeferido.
- Usina da Serra, resolve-se isentá-la de responsabilidade pela não fabricação de álcool anidro, de acôrdo com os pareceres.

Assistência social — Manda-se encaminhar à DJ a indicação apresentada pelo Sr. Válter de Andrade, modificando o art. 1º da Resolução 206/48.

— Autoriza-se o pagamento da quota parte referente à taxa de Cr\$ 1,00 à Associação dos Fornecedores de Cana Piracicabana.

Donativos — Resolve-se encaminhar à Sub-Comissão de Orçamento a proposta de pagamento de auxílies e donativos para o exercício corrente,

Canas de fornecedores — Aprova-se o plano apresentado pela Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas para liquidação dos débitos das usinas.

Financiamentos — São aprovadas as conclusões do parecer do Sr. José Vieira de Melo no processo de interêsse da Usina Brasileiro.

-- Usina Aliança, financiamento de melaço estocado, deferido.

Taxas — Usina Muribeca, devolução da taxa de Cr\$ 1,00 sôbre tonelada de cana, indeferido.

Julgamento de processos — Frederico Leone, inscrição de engenho de aguardente, deferido.

- Antônio Saraiva de Lima, mantem-se o registro do engenho.
- São aprovados os expedientes relativos à execução da Resolução 501/51 nas usinas Bálsamo, Salgado e São Francisco.

24⁹ SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1955

Presentes os Srs. Carlos de Lima Cavalcanti, José Acióli de Sá, José Vamberto Pinheiro de Assunção, Castro Azevedo, Válter de Andrade, Epaminondas Moreira do Vale, Gil Maranhão, Moacir Soares Pereira (Suplente do Sr. Paulo Raposo), Nelson de Resende Chaves, Luís Dias Rolemberg (Suplente do Sr. Alfredo de Maia), José Augusto de Lima Teixeira (Suplente do Sr. Domingos José Aldrovandi), José Vieira de Melo, João Soares Palmeira e Clodoaldo Vieira Passos, êste último por ter processos em pauta para relatar.

Presidência, inicialmente, do Sr. José Acióli de Sá, Vice-Presidente, e, a partir das 18 hs., do Sr. Carlos de Lima Cavalcanti, Presidente, que se havia ausentado, por motivo de despedida do Sr. Presidente da República, quando da partida de S. Excia. para Portugal.

Álcool e aguardente — Aprova-se a proposta de pagamento da bonificação sôbre álcool direto produzido pela destilaria da Usina Sant'Ana no primeiro semestre da safra 54/55.

 Autoriza-se a liberação de 150.000 litros de aguardente de produção de Francisco Simão.

- Aprova-se o parecer do Sr. Epaminondas Moreira do Vale no processo referente à aquisição de uma balança para o entreposto de Jaraguá.
- Usina Serra Grande, permissão para produzir álcool hidratado, deferido.
- Aprova-se a proposta de pagamento de boaificação sôbre álcool resultante de méis entregues à DCPV no primeiro semestre da safra 54/55.

Assistência à lavoura — Aprova-se o plano do STA relativo à instalação de pluviómetros nas zonas canavieiras.

— Nos têrmos do parecer do Sr. Epaminondas Moreira do Vale, autoriza-se a transferência de tratores para a Cooperativa de Fornecedores e para 4 Cooperativa de Usineiros de Sergipe.

Julgamento de processos — São aprovadas as minutas de contrato-tipo apresentadas pela Usina Amália.

- Inscrição de engenho de aguardente da Distribuidora Catarinense Ltda, indeferido.
- Fixação de quota de fornecimento junto à Usina Amaragí em nome de José Carneiro de Albuquerque Lacerda, deferido.
- Aprova-se o expediente relativo à execução da Resolução 501/51 na Usina Priapu.

25% SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1955

Presentes os Srs. Carlos de Lima Cavalcanti, José Acióli de Sá, José Vamberto Pinheiro de Assunção, Castro Azevedo, Epaminondas Moreira do Vale, Válter de Andrade, Gil Maranhão, Moacir Soares Pereira (Suplente do Sr. Paulo Arruda Raposo), Nelson de Resende Chaves, Luís Dias Rolemberg (Suplente do Sr. Alfredo de Maia), José Vieira de Melo, J. A. de Lima Teixeira (Suplente do Sr. Domingos José Aldrovandi), João Soares Palmeira; funcionaram, ainda, na sessão, os Srs. Licurgo Portocarrero Veloso e Clodoaldo Vieira Passos, por terem processos em pauta para relatar.

Presidência, inicialmente, do Sr. Carlos de Lima Cavalcanti, assumindo-a, por se ter ausentado S. S., às 16,45 hs., o Sr. Castro Azevedo. Às 17 hs. assumiu a Presidência o Sr. José Acióli de Sá, Vice-Presidente. Às 17,45 hs., o Sr. Carlos de Lima Cavalcanti, Presidente, de volta à sessão, reassume a Presidência.

Administração — Autoriza-se o pagamento de attasados correspondentes ao abono concedido à funcionária Leda Ferolla Guimarães.

- Aprova-se a abertura de crédito para pagamento de aumento de vencimentos aos taquígrafos da Comissão Executiva.
- Autoriza-se o pagamento das despesas com os reparos nos desvios da linha férrea que liga o Entreposto do Brum ao Recife.

Alcool e aguardente — Dá-se vista ao Sr. Válter de Andrade do processo de interêsse da Usina Martinópolis.

— Manda-se ouvir a DJ no processe em que a Emprêsa Avante S. A. solicita prorrogação de prazo.

Pinativos — Aprova-se a minuta de Resolução que abre crédito suplementar à rubrica 6.066

Financiamentos — Resolve-se, de acôrdo com os pareceres, conceder um adiantamento à Usina Santa Teresinha por conta de entrega de álcool anidro no valor de Cr\$ 600.000,00.

— Aprova-se a alteração do contrato de finanmento da Usina Mussurepe.

Extra-limite — Autoriza-se a devolução à Usi na São Francisco da importância de Cr\$ 83.700,00, relativa ao pagamento de taxa sôbre produção extralimite.

Tabelamento de cana — Dá-se vista ao Sr. Luís Dias Rolemberg do processo referente à revisão do rendimento das usinas fluminenses para efeito de tabelamento de cana.

Julgamento de processos — Aprova-se um pedido de diligência no processo de interêsse da Usi na Santa Isabel.

- Aprova-se um pedido de diligência no processo de interêsse de Antônio Maurício Barboza.
- Manda-se cancelar a inscrição do engenho de Antônio Maia Sòbrinho.
- Aprova-se o aumento da quota de fornec: mento de Ernesto Gonçalves Pereira junto à Usina União e Indústria.
- Aprova-se a minuta de contrato-tipo apre sentada pela Usina Ribeiro.
- Autoriza-se o deslocamento da quota de Guilhermino Gonçalves Costa janto à Usina Junqueira.

USINA NOSSA SENHORA DE APARECIDA

ITAPIRA - SAO PAULO

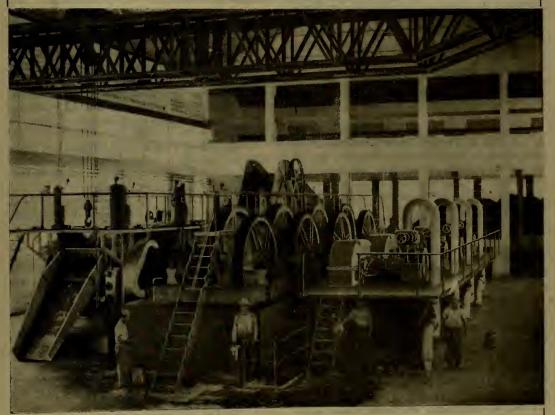
PROPRIEDADE DO SNR. VIRGOLINO DE OLIVEIRA A MAIS MODERNA DAS USINAS DO BRASIL

Tôda ela planejada e construída pelas firmas associadas:

«M. DEDINI S. A.» -- Metalúrgica

«MAUSA» — Metalúrgica de Acessórios para Usinas S. A. «CODISTIL» — Construtora de Destilarias Dedini

PIRACICABA - SÃO PAULO



Vista do salão de moendas, com 4 ternos de 28 x 54, acionados individualmente por turbinas à vapor GHH —

INFORMAÇÕES:

Comércio e Indústria MATEX Ltda.

RIO DE JANEIRO — AV. RIO BRANCO, 25 — 17/18 andares — Caixa Postal 759 RECIFE — 175, Rua da Aurora — Bloco C — S. 501/506 — Caixa Postal 440

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS DE 17 DE JUNHO DE 1955

O Presidente da República resolve: Conceder dispensa:

A José Wamberto Pinheiro de Assunção da função de representante do Ministério da Agricultura, na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Designar:

Carlos Barbosa de Souza, ocupante do cargo da classe «L» da carreira de Químico Agrícola do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, para exercer a função de representante do referido Ministério, na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, em virtude da dispensa de José Wamberto Pinheiro de Assunção.

("D. O.", 18/6/55).

O Presidente da República, nos têrmos do art. 162 do Decreto-lei nº 3.865, de 21 de novembro de 1941, assinou Decreto, em 26 de maio último, nomeando os seguintes membros da Comissão Executiva do I.A.A.:

Manoel Gomes Maranhão, para exercer as funções de representante dos banguezeiros na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Moacir Soares Pereira, para exercer as funções de representante dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool.

Walter de Andrade, para exercer as funções de representante dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool.

Nelson Rezende Chaves, para exercer as funções de representante dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool.

Gil de Methodio Maranhão, para exercer as funções de representante dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool.

Domingos Aldrovandi, para excreer as funções de representante dos fornecedores

de cana na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool.

João Soares Palmeira, para exercer as funções de representante dos fornecedores de cana na Comissão Executiva do Instituto do Acúcar e do Álcool.

Afonso José de Mendonça, para exercer as funções de suplente do representante dos banguezeiros, na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Luiz Dias Rollemberg, para exercer as funções de suplente de representante dos usineiros, na Comissão Executiva do Instituto do Acúcar e do Alcool.

Gustavo Fernandes Lima, para exercer as funções de suplente de representante dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool.

Lycurgo Portocarrero Velloso, para exercer as funções de suplente de representante dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Fernando Pessoa de Queiroz, para exercer as funções de suplente de representante dos usineiros na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool.

José Áugusto de Lima Teixeira, para exercer as funções de suplente de representante dos fornecedores de cana na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool.

José Vieira de Melo, para exercer as funções de suplente de representante dos fornecedores de cana na Comissão Executiva do Instituto do Acúcar e do Alcool.

José do Prado Barreto, para exercer as funções de suplente de representante dos fornecedores de çana, na Comissão Executiva do Instituto do Áçúcar e do Álcool.

OFERECE SERVIÇO

JOVEM TÉCNICO FRANCES — Com experiência no Marrocos Francês, em operações e fabrico de açúcar refinado. Fala espanbol, inglês e alemão. Solicita contrato. Correspondência para: GE RARD CAUX — Hotel Mauritânia — Rue Lafayette — Casablanca — Marrocos.

RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

RESOLUÇÃO Nº 1076/54 — De 16 de dezembro de 1954.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente os créditos suplementares no total de Cr\$ 16.383.800,00.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de saas atribuições e de acêrdo com a representação da Divisão de Contrôle e Finanças, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente os créditos suplementares a diversas rubricas, num total de Cr\$ 16.383,800,00 (dezesseis milhões, trezentos e oitenta e três mil e oitocentos cruzeiros), para atender as seguintes suplementações:

DESPESA EFETIVA

RUBRICA	NATUREZA	valores Cr\$
0302	Licença Prêmio (Especial)	294.300,00
0304	Representação	200.000,00
0320	Artigos do expediente e Desenho	300.000,00
0349	Jornais, Revistas e Recortes	15.000,00
0350	Publicações	50.000,00
0372	Contribuição da Instituição	10.000,00
0373	Seguros	20.000,00
0374	Aposentadorias	180.000,00
0377	Salário Família	40.000,00

DESPESAS DIVERSAS

RUBRICA	NATUREZA .	VALORES Cr\$
5075	Juros 13	1.680.000,00
	Serviços do Alcool — (Sede)	
.7020	Artigos de Expediente e Desenho	30,000,00
	Serviço de Documentação	
7739 7741	Livros e Boletins Estatísticos Conservação e Encadernação de	150.000,00
7741	livros	20.000,00
7761	Outros Serviços de Terceiros	10.000,00
	Serviço do Restaurante	
7803	Gratificação «Pró-Labore»	4.000,00
7808	Substituições	10.500,00
7810	Artigos de Expediente e Desenho	30.000,00
7824	Material de Limpeza e Conservação	15.000,00
7874	Aposentadoria	10.000,00
DESPES.	A DE MUTAÇÃO	
8977	Aquisição de Livros e outras publi-	
	cações	20.000,00
9003	Aquisição de Material de Consumo	375.000,00
9203	Aquisição de Material de Venda	940.000,00
9277	Aquisição de Material de Venda	400.000,00
Delegacia Regional em Recife		
9209	Aquisição de Material de Venda	900.000,00
BRASIL AC	CUCAREIRO JUNHO, 1	955 — Pág. 16 ¹

Delegacia Regional em São Paulo

R ¹ /BRICA	NATUREZA	VALORES
9210	Aquisição de Material de Vendas	Cr\$ 600.000,90

CRÉDITO ESPECIAL

Delegacia Central de Ubirama

8174	Aumento de Instalações	80,000,00
	Total	16.383.800,00

Art, 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro.

Carlos de Lima Cavalcanti, Presidente.

("D. O.", 26/1/55).

RESOLUÇÃO Nº 1083-A — De 17 de dezembro de 1954.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente, rubrica nº 0304, o crédito suplementar de Cr\$ 200.000,00.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica nº 0304, um crédito suplementar de Cr\$ 200.000,00 (duzentos

JUNHO, 1955 - Pág. 17

BRASIL AÇUCAREIRO

mil cruzeiros), para atender a despesas de representação de Gabinete.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e cinqüenta e quatro.

Carlos de Lima Cavalcanti, Presidente.

("D. O.", 9/2/55).

RESOLUÇÃO Nº 1.085/55 — De 27 de janeiro de 1955.

ASSUNTO — Dispõe sôbre a requisição da aguardente na safra de 1955/56.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica requisitada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool tôda a aguardente a ser produzida na safra 1955/56 pelos engenhos aguardenteiros.

Parágrafo único — A aguardente requisitada na forma dêste artigo será utilizada na transformação em álcool anidro destinado à mistura carburante de motores de explosão.

Art. 2º — A aguardente requisitada, e que não fôr destinada à desidratação, será liberada de conformidade com as condições que venham a ser estabelecidas no Plano de Defesa da aguardente, na safra 1955/56, a ser aprovado pela Comissão Executiva.

- § 1º Os preços da aguardente liberada pelo I.A.A. na forma dêste artigo, inclusive impôsto de consumo, serão os do produto na fábrica acrescidos de Cr\$ 2,00 por litro.
- § 2º O acréscimo de preço de Cr\$ 2,00, estabelecido no parágrafo anterior, será recolhido diretamente pelo produtor, ao I.A.A. e terá aplicação no fomento da política de transformação de aguardente em álcool anidro, observadas as normas a que se referem as letras «a» e «f» do art. 2º da Resolução nº 698/52 e de acôrdo com as disposições do Plano de Aguardente da safra 1955/56.
- § 3º O recolhimento de que tratam os artigos anteriores será feito aos órgãos ou estabelecimentos designados pelo Instituto.
- Art. 3º A aguardente que não se destinar, a juízo do I.A.A., à transformação em álcool anidro, será liberada por solicitação dos interessados, a partir de quando o comércio da mesma ficará sujeito às exigências de ordem fiscal.
- Art. 4º No Plano de Defesa da safra de aguardente de 1955/56, baixará o Instituto as instruções complementares à execução da requisição de que trata o art. 1º.
- Art. 5° A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos 27 dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinqüenta e cinco.

Carlos de Lima Cavalcanti, Presidente.

("D. O.", 19/2/55).

RESOLUÇÃO Nº 1.086/55 — De 6 de janeiro de 1955.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente o crédito especial de Cr\$ 600.000,00.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, à rubrica nº 9.610 (Adiantamentos — Delegacia Regional em S. Paulo), o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), destinado à Usina Varjão de propriedade da Cia. Usina Varjão de Açúcar e Álcool, localizada no município de Brotas, Estado de São Paulo, sôbre entregas de álcool anidro carburante ao I.A.A. na safra 1954/55.

Art, 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos seis dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco.

Carlos de Lima Cavalcanti, Presidente.

("D. O.", 19/2/55).

RESOLUÇÃO Nº 1.087/55 — De 26 de janeiro de 1955.

ASSUNTO — Modifica dispositivo da Resolução nº 1.084/55, de 6 de janeiro de 1955.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º e

parágrafo único do Decreto-lei nº 4.461, de 10 de julho de 1942 e pelo disposto no Decreto-lei nº 5.998, de 18 de novembro de 1943, resolve:

- Art. 1º O artigo 6º da Resolução nº 1.084/55, de 6 de janeiro de 1955, passa a ter a seguinte redação:
 - « Art. 6º As indústrias de transformação quimica de álcool, de consumo superior a 1.000.000 (um milhão) de litros anuais e relevante interêsse nacional, a juízo do I.A.A., receberão uma bonificação de Cr\$ 1,00 por litro de álcool.»
- § 1º O pagamento da bonificação referida neste artigo se processará através da sede e dos Órgãos Regionais do I. A. A., mediante prova de aplicação do álcool, em têrmo a sev lavrado pela fiscalização do I.A.A.
- $\S 2^9$ A bonificação a que se refere êste artigo ocorrerá por conta do Fundo do Alcool Industrial.
- Art, 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinqüenta e cinco.

Carlos de Lima Cavalcanti, Presidente.

("D. O.", 1/3/55).

RESOLUÇÃO Nº 1.088/55 — De 5 de janeiro de 1955.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente especial de Cr\$ 205.632,00.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

- Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica nº 9.608 (Adiantamentos Delegacia Regional em Campos), o crédito especial de Cr\$ 205.632,00 (duzentos e cinco mil seiscentos e trinta e dois cruzeiros), como adiantamento à Usina Novo Horizonte S. A., do Estado do Rio, sôbre mel em estoque. destinado à Destilaria Central do Estado do Rio.
- Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos cinco dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco.

Carlos de Lima Cavalcanti, Presidente.

("D. O.", 4/3/55).

RESOLUÇÃO Nº 1.089 — De 19 de janeiro de 1955.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente o crédito especial de Cr\$ 150.000,00.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica nº 6.065, crédito especial de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil cruzeiros), como contribuição do I.A.A. para a reforma dos

BRASIL AÇUCAREIRO

mostruários do Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil em Nova York.

Art, 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinqüenta e cinco.

Carlos de Lima Cavalcanti, Presidente.

("D. O.", 4/3/55).

RESOLUÇÃO Nº 1.090/55 — De 19 de janeiro de 1955.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente o crédito especial de Cr\$ 2.429.836,90.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica 11² 9.609 (Adiantamentos — Delegacia Regional em Recife), o crédito especial de Cr\$ 2.429.836,90 (dois milhões quatrocentos e vinte nove mil oitocentos e trinta e seis cruzeiros e noventa centavos), à Usina Santa Terezinha S. A., do Estado de Pernambuco, por conta de méis ricos em estoque e destinados à fabricação de álcool anidro direto.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinqüenta e cinco.

Carlos de Lima Cavalcanti, Presidente.

("D. O.", 4/3/55).

RESOLUÇÃO Nº 1.091/55 — De 19 de janeiro de 1955.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente o crédito especial de Cr\$ 800.000,00.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica nº 9.304 (Empréstimos — Delegacia Regional em Maceió), o crédito especial de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), destinado à Usina Coruripe S. A., do Estado de Alagoas, para atender às despesas com reparos necessários à terminação da moagem na safra em curso.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco.

Carlos de Lima Cavalcanti, Presidente.

("D. O.", 14/3/55).

BRASIL AÇUCAREIRO



CKW CORRENTES INDUSTRIAIS LTDA.

ESPECIALISTAS EM CORRENTES PARA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

Av. Adolfo Pinheiro, 5102 — Tel. 8-9265 — Caixa Postal, 1383 — São Paulo

REPRESENTANTES AUTORIZADOS:

NORTE, CENTRO E SUL:

COMÉRCIO E INDÚSTRIA MATEX LTDA.

e seus subagentes.

Rio de Janeiro: -- Av. Rio Branco, 25 - 17° e 18° andar -- Caixa Postal 759 Recife: 175, Rua da Aurora - Bloco "C" - S. 501/505 - Caixa Postal 440

CENTRO AÇUCAREIRO DE CAMPOS:

MACHADO VIANA & CIA. LTDA.

Avenida 15 de Novembro, 1369 a 1377 - Campos

JULGAMENTOS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

PRIMEIRA INSTÂNCIA

Primeira Turma

Autuada — USINA AÇUCAREIRA DE JA-BOTICABAL S. A.

Autuantes — JOSÉ MENDES GUERREIRO

Processo — A. I. 115/53 — Estado de São Paulo.

A falta de recolhimento no devido tempo da taxa de Cr\$ 1,00 por tonelada de cana recebida, sujeita a usina ao seu recolhimento com o pagamento da multa correspondente ao dôbro do seu valor.

ACÓRDÃO Nº 2.236

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é autuada a firma Usina Açucareira de Jaboticabal S. A., proprietária da Usina São Carlos, sita no município de Jaboticabal, Estado de São Paulo, por infração ao art. 146 do Decreto-lei nº 3.855, dc 21/11/41 e autuantes os fiscais dêste Instituto, José Mendes Guerreiro e outros, a Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que o não pagamento pela Usina, da taxa devida pelos fornecedores de cana, constitui infração ao dispositivo no art. 146 da Legislação Canavieira;

considerando que a autuada é revel e primária, acorda, por unanimidade de votos, em julgar procedente o auto, condenada a firma autuada à multa de Cr\$ 12.925,50, correspondente ao dôbro da taxa sonegada, além da quantia de Cr\$ 6.462,90, relativa ao recolhimento da mesma taxa, nos têrmos do artigo 146 do Estatuto da Lavoura Canavieira.

Intime-se, registre-se e cumpra-se. Comissão Executiva, 14 de abril de 1954. Castro Azevedo — Presidente; Válter de An-

drade — Relator; João Soares Palmeira.
Fui presente — José Mota Maia — 1º Subprocurador Geral.

("D. O.", 27/5/55).

Autuado — SEVERINO ALVES ALCÂN-TARA.

Autuantes — MANOEL FERNANDES DIAZ e outros.

Processo — A. I. 167/53 — Estado da Paraíba.

Auto de infração. Aplicação do artigo 42 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/1939.

ACÓRDÃO Nº 2.240

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é autuado Severino Alves Alcântara, comerciante, estabelecido em Tabaiana, Estado da Paraíba, por infração do art. 40 ou 42 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e autuantes os fiscais dêste Instituto, Manoel Fernandes Diaz e outro, a Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que o açúcar foi encontrado no estabelecimento comercial do autuado sem estar a mercadoria devidamente acompanhada da nota de entrega, pois as que foram apresentadas não correspondiam à remessa do açúcar apreendido, como consta do têrmo de fls.:

considerando que o voto discordante do relator é pela procedência, em parte, do auto para ser aplicada ao infrator a pena do art. 42 e não a da capitulação constante do parecer do relator;

considerando que cabe ao Presidente da Turma desempatar e, apesar da divergência de fundamentos, quer de um quer de outro voto, o seu pronunciamento só pode ser por um dos votos;

considerando que o açúcar já havia chegado ao seu destino e, no caso, não poderia ser aplicada a pena do art. 60, letra b, do Decreto-lei nº 1.831, de 412/39, desempato de acôrdo com o voto do representante de usineiros, para aplicar a pena do art. 42, na importância de Cr\$ 2.000,00, grau máximo do referido artigo, por haver contra o autuado mais de um auto de infração, conforme informação de fls..

acorda, pelo voto de desempate do Sr. Presidente, de acôrdo com o voto do Sr. Válter de Andrade, em julgar procedente o auto, condenandose o autuado ao pagamento de Cr\$ 2.000,00, grau máximo do art. 42, do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, por haver contra o infrator mais de um auto de infração, como consta da informação de fls.

Intime-se, registre-se e cumpra-se. Comissão Executiva, 22 de abril de 1954.

Castro Azevedo — Presidente e Relator; Válter de Andrade — João Soares Palmeira — Vencido.

Fui presente — José Mota Maia — 1º Subprocurador Geral.

("D. O.", 27/5/55).

Autuada — USINA SANTA INÈS — Vicente C. Gouveia.

Autuante — JOSÉ AUGUSTO LIMEIRA. Processo — A. I. 157/53 — Estado de Pernambuco.

A falta de recolhimento de taxa a que se refere o art. 146 do Estatuto da Lavoura Canavieira, sujeita o usineiro ao pagamento da multa correspondente ao dôbro da quantia indevidamente retida.

ACÓRDÃO Nº 2.248

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é autuada a Usina Santa Inês, de propriedade de Vicente C. Gouveia, sita no município de Camorim Grande, Estado de Pernambuco, por infração aos arts. 145 e 146 do Dec.-lei nº 3.855, de 21/11/41, e autuante o fiscal dêste Instituto, José Augusto Limeira, a Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool.

considerando que está provada a infração; considerando que o autuado é revel,

 nos têrmos do art. 146, do Decretolei nº 3.855, de 21/11/41.

Intime-se, registre-se e cumpra-se

Comissão Executiva, 5 de março de 1954.

Castro Azevedo — Presidente; Válter de Andrade — Relator; Roosevelt C. de Oliveira.

Fui presente — José da Mota Maia — 1º Subprocurador Geral.

("D. O.", 28/5/55).

Segunda Turma

Autuado — ANAROLINO TEODORO PEREIRA.

Autuante — JOAQUIM RICARDO DE MORAIS SCHULLER.

Processo — A. I. 26/52 — Estado da Bahia. Auto de infração — Art. 42 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39.

ACÓRDÃO Nº 2.206

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é autuado Anarolino Teodoro Pereira, comerciante, domiciliado no município de Cachoeira, Estado da Bahia, por infração ao art. 42, § 2º, do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e autuante o fiscal dêste Instituto, Joaquim Ricardo de Morais Schuller, a Segunda Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que o têrmo de verificação comprova a infração;

considerando que a ignorância ao dispositivo legal, invocado pelo autuado ñão ilide a lei;

considerando que o infrator é primário,

acorda, por unanimidade de votos, em julgar procedente o auto, condenado o autuado à multa de Cr\$ 200,00 per partida de açúcar cujas notas deixou de conservar no total de Cr\$ 1.600,00, grau mínimo do art. 42, \$ 2°, do Dec.-lei n° 1.831, de 4/12/39.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 11 de março de 1954.

José Acióli de Sá — Presidente; Válter de Andrade — Relator; João Soares Palmeira.

Fui presente — José Vamberto — Subprocurador substituto,

("D. O.", 27/1/55).

Reclamante — MIGUEL BERENGER BRANDÃO.

Reclamado — BÁRBARA MARIA DA PENHA DE CARVALHO.

Processo — P. C. 36/53 — Estado do Rio de Janeiro.

É de se homologar o acôrdo que põe têrmo ao litígio entre as partes.

ACÓRDÃO Nº 2.207

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é reclamante Miguel Berenger Brandão, proprietário de fundo agrícola, residente no Município de Campos, Estado do Rio de Janeiro, e reclamada Bárbara Maria da Penha de Carvalho, colono, domiciliado no mesmo Município e Estado, a Segunda Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que o acôrdo de fls. atende ao interêsse de ambas as partes e foi celebrado, em têrmos legais, na Procuradoria Regional dêste Instituto,

acorda, por unanimidade de votos, no sentido de ser homologado o acôrdo, feitas as comunicações de praxe

Comissão Executiva, 11 de março de 1954.

José Acióli de Sá — Presidente; Válter de Andrede — Relator; João Soares Palmeira.

Fui presente — José Vamberto — Subprocurador substituto.

("D. O.", 27/1/55).

Reclamante — LUIS FRANCISCO LOU-RENÇO.

Reclamado — EVALDO VENÍCIO VASCON-CELOS.

Processo — P. C. 28/53 — Estado do Rio de Janeiro.

Homologa-se o acôrdo celebrado em têrmos legais.

ACÓRDÃO Nº 2,208

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é reclamante Luís Francisco Lourenço, colono, residente no município de Campos, Estado de Rio de Janeiro, e reclamado Evaldo Venício Vasconcelos, domiciliado no mesmo. Município e Estado, a Segunda Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool.

considerando que o acôrdo de fls. 28, celebrade perante o Dr. Procurador Regional em Campos, pôs têrmo ao litígio promovido por Luís Francisco Lourenço contra Evaldo Venício Vasconcelos,

acorda, por unanimidade de votos, no sentido de ser homologado o acôrdo firmado entre as partes, feitas as comunicações de praxe.

Comissão Executiva, 11 de março de 1954

José Acióli de Sá — Presidente; Válier de Andrade -- Relator; João Soares Palmeira.

Fui presente — José Vamberto — Subprocurador substituto.

("D. O.", 27/1/55).

Reclamante — AMARO RANGEL PES-SANHA.

Reclamado — FRANCISCO RANGEL PES-SANHA

Processo — P. C. 38/53 — Estado do Rio de Janeiro.

Homologa-se o acôrdo celebrado em normas legais.

ACÓRDÃO Nº 2.209

Vistos, relatados e discutidos êstes autres em que é reclamante Amaro Rangel Pessanha, lavrador, residente no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, e reclamado Francisco Rangel Pessanha, proprietário de fundo agricola, domiciliado no mesmo Município e Estado, a Segunda Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que o acôrdo entre as partes, não contraria o disposto na Legislação Canavieira,

considerando tudo mais que dos autos consta,

acorda, por unanimidade de votos, no sentido de ser homologado o acôrdo firmado entre as partes.

Comissão Executiva, 11 de março de 1954. José Acióli de Sá — Presidente; Válter de Āndrade — Relator; João Soares Palmeira.

Fui presente — *José Vamberto* — 2º Subprocurador substituto.

("D. O.", 27/1/55).

Autuados — GABRIEL KATER & IRMÃO e COOPERATIVA ARARENSE DOS PLANTADO. RES DE CANA — Usina Palmeiras.

Autuante — ALONSO MENEZES.

Processo — A. I. 90/52 — Estado de São Paulo.

> Evidenciadas razuras nas notas de remessa e confessada a infração pelo autuado, julga-se procedente o auto para condenarse o emitente às penas do a:t. 38, combinado com o art. 36, § 3°, do Decreto-ki nº 1.831, de 4/12/39.

Ao recebedor de nota de remessa com os vícios referidos no art. 38, impõe-se a penalidade do art. 40 do mesmo diploma legal, visto que em tais casos a nota de remessa é considerada inexistente.

ACÓRDÃO Nº 2.212

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que são autuados Gabriel Kater & Irmão, estabelecido no município de Leme, Estado de São Paulo, c a Cooperativa Ararense de Plantadores de Cana, proprietária da Usina Palmeiras, sita no Município de Araras, Estado de São Paulo, por infração aos artigos 36, § 3º, 38, 40 e 41, do Decreto-lei nº 1.83¹, de 4/12/39, e autuante o fiscal dêste Instituto, Alonso Menezes, a Segunda Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que as notas apreendidas apresentam vícios substanciais;

considerando, quanto à firma Gabriel Kater & Irmãos, que a infração está materialmente provada, uma vez que a mesma deixou de inutilizar as notas apreendidas, no total de 8 (oito);

considerando que a nota de remessa nº 5 prova a violação do art. 40 da citada lei, que determina a condenação da autuada comerciante por haver recebido a mercadoria acompanhada de nota de remessa sem valor legal;

considerando, ainda, que as razuras nas notas de remessa são evidentes e foram confessadas pelo autuado incorrendo assim a emitente nas sanções do art. 38, combinado com o art. 36, § 3º, do aludido decreto-lei;

considerando, finalmente, que é de se impor ao recebedor de nota de remessa com os vícios referidos no art. 38 a penalidade do art. 40 da citada lei, visto que em tais casos a nota de remessa é considerada inexistente, acorda, por unanimidade de votos, en julgar procedente, em parte, o aut i de infração de fls., para o fim de condenar a firma Gabriel Kater & I:mãos, ao pagamento da multa de Cr3 4.000,00 correspondente a Cr\$ 500,00 por nota não inutilizada e mais Cr\$ 500,00 nes têrmos do art, 40 de Decreto-lei nº 1.831, em virtude de ter recebido uma partida de açúcar acompanhada de nota de remessa sem va lor legal, bem como para condenar a Cooperativa Ararense dos Plantadores de Cana ao pagamento da multa de Cr\$ 2.000,00 por ter emendado nota de remessa em parte substancial, de acôrdo com o art. 36, combinado com o art. 38 do mencionado Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 18 de março de 1954.

José Acióli de Sá — Presidente; João Soares Palmeira — Relator; Nelson de Rezende Chaves.

Fui presente — José Vamberto — Subprocurador substituto.

("D. O.", 27/1/55).

SEGUNDA INSTÂNCIA

· Comissão Executiva

Autuados — ALVES CERQUEIRA, TANCREDO COSTA & CIA., PEDRO DE SOUZA.

Recorrente — ALVES CERQUEIRA.

Recorrida — PRIMEIRA TURMA DE JUL-GAMENTO.

Processo — A. I. 41/50 — Estado de Pecnambuco.

· Nega-se provimento a recurso, quando a decisão de primeira instância está de acôrdo com as provas dos autos.

ACÓRDÃO Nº 668

Vistos, relatados e discutidos êstes autos cm que são autuados Alves Cerqueira, comerciante, Tancredo Costa & C., proprietário da Usina Pumati, Pedro de Souza, comerciante, residentes, respectivamente, em Recife, Palmares e Caruaru, Estado de Pernambuco, por infração aos arts, 42, combinado com o 60, letras b e c, art. 31, § 2º, combinado com o art. 36, § 3º, arts. 40 e 42, todos do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, recorrente a firma Alves Cerqueira e recorrida a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que a recorrente se limitou a reproduzir alegações já apreciadas no julgamento de primeira instância;

considerando, assim, que a decisão recorrida está de conformidade com os elementos constantes do processo,

acorda, por maioria de votos, de acôrdo com o voto do Sr. Relator, no sentido de ser negado provimento ao recurso da firma Alves Cerqueira, mantida a decisão recorrida que julgou procedente o auto, nos têrmos do acórdão nº 1.575, da Primeira Turma de Julgamento.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 14 de julho de 1954. Gileno Dé Carli — Presidente; J. A. de Lima

Gileno Dé Carli — Presidente; J. A. de Lima Teixeira — Relator.

Fui presente — *José Mota Maia* — Procurador substituto.

("D. O.", 25/5/55).

Autuada e recorrente — CIA. AGRO-INDUS-TRIAL DE GOIANA — Usina Santa Teresa.

Recorrida — PRIMEIRA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 153/52 — Estado de Pernambuco.

É de ser recebido o recurso interposto no prazo legal.

ACÓRDÃO Nº 669

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é autuada e recorrente a firma Cia. Agro-Industrial de Goiana, proprietária da Usina Santa Teresa, sita no município de Goiana, Estado de Pernambuco, por infração aos arts. 27 e 146, do Decreto-lei nº 3.855, de 2/11/41, e recorrida a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que a Cia. Agro-Industrial de Goiana foi notificada para apresentar a sua defesa

INTERNATIONAL SUGAR JOURNAL

Desde 1889 o INTERNATIONAL SUGAR JOURNAL se tem dedicado à tecnologia da produção de açúcar, passando em revista todos os progressos importantes nos setores da agricultura, química e engenharia da indústria açucareira mundial. Com o seu índice anual de cêrca de 2300 entradas, é uma obra indispensável de consulta com o maior volume de informações técnicas que aparece anualmente.

Enviamos, se solicitado, exemplar grátis de amostra.

Assinatura anual: US \$4,00, porte pago (12 números).

THE INTERNATIONAL SUGAR JOURNAL LTD.

7 & 8, Idol Lane, London, E. C. 3
Inglaterra

no prazo de 30 dias a contar de 10 de março de 1954;

considerando que, embora protocolado na Delegacia Regional em 13 de abril de 1954, fôra o tecurso apresentado na Coletoria Federal de Goiana, município onde fica situada a Usina em data de 9 do mesmo mês de abril;

considerando, assim, ter sido o mesmo interposto no prazo legal e mais o parecer do Sr. Procurador Geral de fls.;

considerando o mais que dos presentes autos censta.

acorda, por unanimidade, de acôrdo com o voto do Sr. Relator, no sentido de ser recebido o recurso, baixando os autos à Divisão Jurídica para pronurciar-se sôbre o mérito do mesmo.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 4 de agôsto de 1954.

Alvaro Simões Lopes — Vice-Presidente, no exercício da Presidência; José Vieira de Melo — Relator.

Fui presente — F. da Rosa Oiticica — Procurador Geral.

("D. O.", 25/5/55).

Autuado — ANTÓNIO DE SOUZA.

Recorrente ex-officio — PRIMEIRA TURMA
DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 45/53 — Estado do Paraná. É de prevalecer a decisão de 1ª Instância que bem apreciou a prova dos autos.

ACÓRDÃO Nº 670

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é autuado Antônio de Souza, comerciante, estabelecido no município de Sertanópolis, Estado do Paraná, por infração aos arts. 40, 42, combinado com o art. 60, letra b, do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrente ex-officio a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que, na realidade, não ficou provado ter o autuado incorrido em quaisquer das infrações capituladas no auto de fls. 2,

acorda, por unanimidade, de acôrdo com o Sr. Relator, no sentido de ser negado provimento ao recurso ex-officio, mantida a decisão recorrida que julgou improcedente o auto e absolveu o autuado de qualquer responsabilidade.

Intime-se, registre-se e cumpra-se Comissão Executiva, 12 de agôsto de 1954. -Gileno Dé Carli — Presidente; Nelson de Re-

Fui presente — F. da Rosa Oiticica — Procurador Geral.

("D. O.", 25/5/55).

zende Chaves - Relator.

Autuado e recorrente — IANO CAPITANINI. Recorrida — PRIMEIRA TURMA DE JUI.-GAMENTO.

Processo — A. I. 115/51 — Estado de Minas Gerais.

É de ser mantida a decisão proferida de acôrdo com a lei e a prova dos autos.

ACÓRDÃO Nº 671

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso, em que é autuado e recorrente Iano Capitanini, residente no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, por infração ao art. 33 do

Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrida : Primeira Turna de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que ficou mais do que provada a infração, uma vez que o açúcar foi apreendido desacompanhado dos documentos legais;

considerando que a mesma infração é confessada pelo autuado, alegando ignorância da lei;

considerando que o infrator não aduziu no seu recurso qualquer elemento de prova que pudesse abalar os fundamentos da decisão recorrida;

considerando o mais que dos autos consta e mais o parecer da douta Divisão Jurídica,

acorda, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, mantendo a decisão recorrida que julgou procedente o auto de infração e condenou o autuado à perda do açúcar apreendido, na forma da letra *b* do art. 60 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39.

. .

Intime-se, registre-se e cumpra-se. Comissão Executiva, 18 de agôsto de 1954. Gileno Dé Carli — Presidente; José Vieira de Melo — Relator.

Fui presente — F. da Rosa Oiticica — Procurador Geral.

("D. O.", 25/5/55).

Autuados e recorrentes — PORFÍRIO BAR-RAL & CIA e OSCAR COSTA LEITE (Usina São Iosé)

Recorrida e recorrente ex-officio — PRIMEIRA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 89/51 — Estados: Bahia c Sergipe.

Quando evidenciar-se que estava 3 açúcar desacempanhado dos documentos exigidos em lei, deve ser mantida a apreeusão do produto e cominada aos infratores as penalidades previstas em lei.

ACORDÃO Nº 672

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recursos, em que são autuados e recorrentes Porfírio Barral & Cia. Ltda., firma comercial estabelecida no município de Salvador, Estado da Bahia, e Oscar Costa Leite, proprietário da Usina São José, situada

no município de Inajaroba, Estado de Sergipe, o primeiro por infração ao art. 60, alínea b, combinado com os arts. 40 e 61 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e o segundo por infração ao art. 36, § 3º, combinado com o art. 65, do mesmo decreto-lei, e autuante o fiscal dêste Instituto, Rubens Viana, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que a firma Porfírio Barral & Cia. Ltda., recebeu 52 sacos de açúcar, não apresentando quando lhe foi exigido a correspondente nota de remessa:

considerando que da partida de 52 sacos se realizou a apreensão de 36, verificando-se na mesma ocasião que os 16 sacos restantes já tinham sido vendidos;

considerando que não obstante ter alegado a Usina autuada ter vendido 60 sacos de açúcar para a Bahia no início do mês de janeiro de 1948, do minucioso exame que foi empreendido relativamente aos talonários de notas de remessa de qualque: quantidade de açúcar no citado período;

considerando que do exame das declarações de defesa dos autuados nada de convincente é apresentado no sentido de invalidar o auto de infração, confirmando-se plenamente pela prova dos autos o caráter de clandestinidade do açúcar apreendido;

considerando que em relação aos 16 sacos vendidos, estando capitulado no art. 61 do Decreto-lei nº 1.831 de 4 de dezembro de 1939, a legalidade de aplicação de penalidade se torna duvidosa, por não ter sido realizada comprovação concludente da clandestinidade em relação aos 16 citados sacos de açúcar;

considerando finalmente tratar-se de infratoros primários conforme certifica a Divisão de Arrecada ção e Fiscalização,

acorda, por unanimidade de votos, no sentido de ser negado provimento ao recurso, mantida a decisão recorrida que julgou procedente o auto e condenou a Usina São José ao pagamento da multa de Cr\$ 2.000,00, por faita de emissão de nota de remessa e mais Cr\$ 520,00 por sonegação de 52 sacos de açúcar, devendo ainda a referida firma recolher a taxa de defesa e condenou a firma Porfírio Barral & Cia, Ltda. à perda do açúcar apreendido, tudo de acôrdo com o disposto nos arts. 36, § 3°, 65 e 60, alínea b, do Dec.-lei nº 1.831, de

4/12/39, absolvendo-a da penalidade referente ao art. 61 do Decreto-lei citado.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 1º de setembro de 1954. Gileno Dé Carli — Presidente; Luís Dias Rol-

lemberg — Relator.

Fui presente — F. da Rosa Oiticica — Procurador Geral.

("D. O.", 25/5/55).

Autuada e recorrente — CIA. AÇUCAREIRA USINA LAJINHA S/A.

Recorrida — COMISSÃO EXECUTIVA.

Processo — A. I. 49/51 — Estado de Alagoas.

Não cabe revisão das decisões da Comissão Executiva a não ser nos casos previstos no art. 138 do Decreto-lei nº 3.855 de 1941.

ACÓRDÃO Nº 673

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de pedido de revisão de decisão da Comissão Executiva em que é recorrente a Usina Lajinha, sita no município de União de Palmares, Estado de Alagoas, e recorrida a própria Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, e

considerando que o pedido de reconsideração não encontra amparo legal, uma vez que a revisão de despacho da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool únicamente pode verificar tendo em vista as hipóteses estabelecidas no art. 138 do Decreto-lei nº 3.855 de 1941,

acorda, por unanimidade de votos, pelo não recebimento do recurso, mantida a decisão anterior constante do acórdão nº 614 de 15 de julho de 1953.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 22 de setembro de 1954. José Acióli de Sá — Vice-Presidente, no exercício da Presidência; Luis Dias Rolemberg — Relator.

Fui presente — F. da Rosa Oiticica — Procurador Geral.

("D. O.", 26/5/55).

Autuada — USINA PAINEIRAS S. A. -- Usina Paineiras,

Recorrente *ex-officio* — SEGUNDA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 168/50 — Estado do Espírito Santo.

Auto de infração — Dec.-lei nº 9.827. — Aplicação da taxa de Cr\$ 2,00 em assistência social,

ACÓRDÃO Nº 674

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é autuada a Usina Paineiras S. A., proprietária da Usina Paineiras, localizada no município de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, por infração ao art. 8º e seu parágrafo único, do Dec.-lei nº 9.827, de 10/9/46, combinado com os arts. 1º e 2º e seu parágrafo único da Resolução nº 206/48, de 1/6/48, e recorrente ex-officio a Segunda Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que o recurso ex-officio só teria cabimento, segundo os têrmos do acórdão, se houvesse julgamento, o que não aconteceu, pois, a decisão se limitou a fixar um prazo para a Usina aplicar a importância apurada;

considerando, assim, que o processo deve baixar à Procuradoria Regional para cumprimento da decisão, voltando, então, à Turma para os fins devidos, quando terá decisão o auto,

acórda, por maioria de votos, em não tomar conhecimento do recurso ex-officio, de vez que não houve decisão da Turma que apenas determinou que os autos baixassem à Procuradoria Regional no sentido de ser intimada a Usina a aplicar, no prazo de 120 dias a importância de Cr\$ 333.077,40 (trezentos e trinta e três mil e setenta e sete cruzeiros e quarenta centavos) sob pena de incorrer na sanção da lei, voltando então o auto à Turma julgadora para os fins devidos.

Intime-se, registre-se e cumpra-se Comissão Executiva, 22 de setembro de 195 s. José Acióli de Sá — Vice-Presidente, no exercício da Presidência; Castro Azevedo — Relator designado.

Fui presente — F. da Rosa Oiticica. ("D. O.", 26/5/55).

Autuada e recorrente — USINA AÇUCAREIRA FURLAN S. A.

Recorrida — PRIMEIRA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A, I. 7/52 — Estado de S. Paulo. É de ser mantida a decisão de primeira instância que bem apreciou a prova dos autos.

ACÓRDÃO Nº 675

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso voluntário, em que é recorrente a Usina Açucareira Furlan S/A., proprietária da Usina Furlan, localizada no município de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo, por infração ao art. 36 e seus parágrafos, combinado com o art. 64, do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrida a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que a decisão recorrida está de acôrdo com a prova dos autos;

considerando que os argumentos do recurso são de nenhuma consistência, principalmente tendo em vista que à autuada é reincidente específica, contando 14 autuações por infração de dispositivos da legislação açucarera,

acorda, por unanimidade de votos, no sentido de ser negado provimento ao recurso voluntário, mantida a decisão de primeira instância que julgou procedente o auto.

Intime-se, registre-se e cumpra-se. Comissão Executiva, 29 de setembro de 1954. José Acióli de Sá — Presidente e relator.

Fui presente — F. da Rosa Oiticica — Procurador Geral.

("D. O.", 26/5/55).

Autuado e recorrente — CHEHOUAM JOSÉ. Recorrida — PRIMEIRA TURMA DE JUL-GAMENTO.

Processo (--- A. I. 17/52 --- Estado de São Paulo.

Deve ser condenado nas penalidades fixadas em lei, quem deixar de inutilizar devidamente notas de entrega e igualmente notas de remessa de açúcar.

ACÓRDÃO Nº 676

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é autuado e recorrente Chehouam José, comerciante, localizado no município de Socorro, Estado de São Pauko, por infração aos arts. 41 e 42 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e autuante o fiscal dêste Instituto, Carlos Cássia, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que o auto de infração se baseou na situação devidamente comprovada de não ter a firma emitido nota de entrega e que deixou ao mes mo tempo de inutilizar quatro notas de remessa;

considerando que as despesas apresentadas pela firma autuada, valem pràticamente como confissão da infração, uma vez que se limitou a alegação de desconhecimento da lei.

considerando no entanto tratar-se de infratora primária,

acorda, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, voluntário, mantida a decisão recorrida que julgou procedente o auto.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 6 de outubro de 1954. José Acióli de Sá — Presidente; Luís Dias Rolemberg — Relator.

Fui presente — F. da Rosa Oilicica — Procurador Geral.

("D. O.", 26/5/55).

Autuados — TEÓFILO MALUF & CIA. e USINA AÇUCAREIRA BOM RETIRO S/A.

Recorrente — USINA BOM RETIRO S/A.

Recorrida — SEGUNDA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 148/50 — Estado de São Paulo.

> É de se manter a decisão de primesra instância, julgando procedente o auto de infração, negando-se provimento ao recurso quando verificar-se que as razões apresentadas pela autuada recorrente não comprovarem estar a mesma isenta de culpabilidade.

ACÓRDÃO Nº 677

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recursos, em que são autuados a firma comercial Teó-

filo Maluf & Cia. e a Usina Bom Retiro S/A., proprietária da Usina Bom Retiro, situadas, respectivamente, nos municípios de Elias Fausto e Capivarí, Estado de São Paulo, sendo recorrente a Usina Bom Retiro S. A., por infração ao art. 41 combinado com o art. 60, letra b, e art. 31, combinado com o art. 60, letra c, do Dec.-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrida a Segunda Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que a apreeisão do açúcar decorreu de ter sido encontrado o produto desacompanhado da nota de trânsito;

considerando, também, que o açúcar apreendido não estava com a numeração exigida em lei, marcada na sacaria;

considerando no entanto ter-se verificado em face das informações constantes dos autos, tratar-se de infratora primária,

acorda, por maioria de votos, no sentido de ser negado provimento ao recurso, mantida a decisão recorrida que julgou procedente o auto e condenou a Usina ao pagamento da multa de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), grau mínimo do art. 31, § 1º, do Decretolei nº 1.831, de 4/12/39, e considerou boa e válida a apreensão do açúcar, isentando, porém, o comerciante da multa por falta de nota de trânsito.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 20 de outubro de 1954.

José Acióli de Sá — Vice-Presidente, no exercício da Presidência; Luís Dias Rolemberg — Relator designado.

Fui presente — F. da Rosa Oiticica — Procurador Geral.

("D. O.", 26/5/55).

Reclamante — JOSÉ LUÍS DA FONSECA. Reclamado — RENATO NUNES MACHADO. Processo — P. C. 72/52 (Anexos: P. C. 73/52; P. C. 74/52 e P. C. 2/51) — Estado do Rio de Janeiro.

Tendo havido acordo entre as partes, antes do julgamento do recurso, deve o processo voltar à Turma para homologação do respectivo têrmo.

ACÓRDÃO Nº 678

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é reclamante José Luís da Fonseca, lavrador da Fazenda "Passarinho", e reclamado Renato Nuncs Machado, proprietário do fundo agrícola acima referido, do município de Campos, Estado do Rio de Janeiro, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando o acôrdo celebrado entre as partes — constante do têrmo de fls.;

considerando que, nos têrmos do art. 123, inciso II, do Estatuto da Lavoura Canavieira, compete às Turmas de Julgamento a homologação dos têrmos de conciliação,

acorda, por unanimidade, de acôrdo com o voto do Sr. Relator no sentido de ser sustado o julgamento do recurso interposto no processo P. C. 2/51, baixando os autos do P. C. 72/52 ao órgão competente para homologação do acôrdo feito o que a Comissão Executiva apreciará, então, o processo P. C. 2/51, para a decisão decorrente daquela homologação.

Comissão Executiva, 20 de outubro de 1954. José Acióli de Sá — Vice-Presidente, no exercício da Presidência e Relator.

Fui presente — F. da Rosa Oiticica — Procurador Geral.

("D. O.", 27/5/55).

Autuado e recorrente — IRMÃOS ZANIN — Usina Zanin.

Recorrida — SEGUNDA TURMA DE JUI.-GAMENTO.

Processo — A. I. 104/50 — Estado de São Paulo.

É de ser confirmada a decisão de primeira instância que bem apreciou a prova dos autos.

ACORDÃO Nº 679

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é autuada e recorrente Irmãos Zanin, proprietária da Uşina Zanin, localizada no município de Araraquara, Estado de São Paulo, e recorrida a Scgunda Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

Considerando que está materialmente provada a infração,

Considerando que no seu recurso, a firma autuada não apresentou qualquer elemento novo que pudesse medificar o julgamento da primeira instância,

acorda, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário, mantida a decisão recorrida que julgou procedente o auto.

Intime-se, registre-se e cumpra-se. Comissão Executiva, 20 de outubro de 1954.

José Acióli de Sá — Vice-Presidente, no exercício da Presidência; Epaminondas do Vale — Relator.

Fui presente — F. Rosa Oiticica — Procurador Geral.

("D. O.", 27/5/55).

Autuada e recorrente — TAUFIC N. MAN-SUR & FILHO.

Recorrida — PRIMEIRA TURMA DE JUI.-GAMENTO.

Processo — A. I. 43/52 — Estado de São Paulo.

> Nega-se provimento ao recurso quando a decisão recorrida está de acôrdo com a prova dos autos.

ACÓRDÃO Nº 680

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso, em que é autuada e recorrente, a firma Taufic N. Mansur & Filho, sita no município do Leme, Estado de São Paulo, por infração ao art. 41 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrida a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que a recorrente se limita a renovar as razões alegadas em primeira instância e que o argumento de que "a multa impôsta fere frontalmente o art. 41" decorre de interpretação errônea do dispositivo que é claro;

considerando tudo o mais que dos autos consta, acorda, por unanimidade de votos, no sentido de ser negado provimento 20 recurso voluntário, mantida a decisão recorrida que julgou procedente o auto e condenou a firma autuada ao pagamento da importância de Cr\$ 6.500,00, correspondente à multa de Cr\$ 500,00 por nota de remessa não inutilizada, grau mínimo do art. 41, do Dec.-lei nº 1.831, de 4/12/39, por ser primária.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 27 de outubro de 1954.

José Acióli de Sá — Vice-Presidente, no exercício da Presidência; Epaminondas Moreira do Vate — Relator.

Fui presente — F. da Rosa Otticica — Procurador Geral.

("D. O.", 27/5/55).

Autuada e recorrente — CASA FALCHI S/A.
Recorrida — SEGUNDA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 16/51 — Estado de São Paulo.

É de ser mantida a decisão de primeira instância que bem apreciou a prova dos autos.

ACÓRDÃO Nº 681

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é autuada e recorrente a Casa Falchi S/A., firma situada no município de São Paulo, Estado de São Paulo, por infração ao art. 41 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrida a Segunda Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que as duas primeiras razões alegadas, às fls. 60/62, foram suficientemente analisadas, quando do julgamento de primeira instância;

considerando que não há, de *pleno jure*, obrigatoriedade, por parte do Instituto, de notificação prévia;

considerado, finalmente, estar a infração provada e confessada

acorda, por unanimidade de votos, no sentido de ser negado provimento ao recurso voluntário, mantida a decisão recorrida que julgou procedente o auto de infração e condenou a firma

BASÍLIO DE MAGALHÃES

O Açúcar nos Primórdios — do Brasil Colonial —

Edição do

INSTITUTO DO ACÚCAR E DO ÁLCOOL

À venda na LIVRANIA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA Cr\$ 40,00

autuada ao pagamento da multa de Cr\$ 500,00 por nota de remessa não inutilizada, no total de Cr\$ 12.000,00, nos têrmos do art. 41 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 27 de outubro de 1954.

José Acióli de Sá — Vice-Presidente, no exercício da Presidência; Epaminondas Moreira do Vale — Relator.

Fui presente — F. da Rosa Oilicica — Procurador Geral.

("D. O.", 27/5/55).

Autuados — JOSÉ A. FILHO e USINA CENTRAL LEÃO.

Recorrente ex-officio — PRIMEIRA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 41/52 — Estado de Alagoas. É de se julgar improcedente o auto de infração tendo em vista a inutilização de notas de remessa, quando ficar devidamente comprovada haver evidente boa fé da parte da firma autuada, como também da alegada irregularidade não decorrer situação da qual a firma possa posteriormente aproveitar-se.

ACÓRDÃO Nº 698

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que são autuados José A. Filho, comerciante, estabelecido no município de Maceió, por infração ao art. 38, sanções do art. 40 do Dec.-lei nº 1.831, de 4/12/39, e a Usina Central Leão de propriedade da S. A. Leão Irmãos Açúcar e Álcool, sita no município de Utinga, por infração ao art. 38, sanções do § 3º do art. 36 do mesmo decreto-lei, ambos no Estado de Alagoas, e recorrente ex-officio a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que a Usina Central Leão, não obstante não tivesse aposto a data de emissão de referência a uma nota de remessa relativa a 10 sacos de açúcar remetidos para a firma José A. Filho, se verificou que não se tornava possível o reaproveitamento do referido documento para possibilitar a saída de outras partidas de açúcar;

considerando que essa impossibilidade de não aproveitamento se esclarece por ter inclusive a firma recebedora inutilizado a referida nota de remessa na mesma data do recebimento, verificando-se apenas a simples omissão de data por parte da usina;

considerando também que a Usina demonstrou ter havido apenas omissão e não dolo e má fé, em ter deixado de apor a data na respectiva nota de remessa uma vez que o fêz como comprovou devidamente com referência a tôdas as demais notas de remessa anteriores e posteriores;

considerando ainda tratar-se de firma contra a qual nada há que prejudique os seus bons antecedentes fiscais conforme certifica a Divisão de Arrecação e Fiscalização,

acorda, por unanimidade de votos, no sentido de ser negado provimento an recurso ex-officio, mantida a decisão recorrida que julgou improcedente o auto de infração.

Intime-se, registre-se e cumpra-sc.

Comissão Executiva, 19 de janeiro de 1955. Carlos de Lima Cavalcanit — Presidente; Luis Dias Rolemberg — Relator.

Fui presente — J. Mota Maia — Procurador Geral.

("D. O.", 28/5/55).

Autuado e recorrente — J. C. BELO LISBOA — Usina Lindoia.

Recorrida — SEGUNDA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 110/51 — Estado de Minas Gerais

Auto de infração. Fornecedores de cana. Reconhecimento de sua qualidade.

ACÓRDÃO Nº 699

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso em que é autuado e recorrente J. C. Belo Lisboa, proprietário da Usina Lindoia, sita no município de Rio Casca, Estado de Minas Gerais, per infração aos arts. 25, 26, 145 e 146 do Decreto-lei nº 3.855, de 21/11/41, e recorrida a Segunda Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que a autuada foi condenada em primeira instância ao pagamento de quantia equivalente a duas vêzes o valor da taxa não recolhida sóbre toneladas de cana de fornecedores e mais à multa de Cr\$ 1.000,00, por falta de escrituração, tudo na forma da lei;

considerando que, no recurso de fls., a autuada alegou que ao tempo da lavratura do auto, a Usina não tinha fornecedores reconhecidos, o que é confirmado pela Divisão de Assistência à Produção, na informação de fls. 38, quando diz que sòmente após despacho do Sr. Presidente, em 13/12/49 — um ano depois do auto, é que o proprietário da Usina concordou com distribuição de quotas a fornecedores, isto mesmo para não perder direito a aumentos que sòmente seriam concedidos no regime tutelado pelo Estatuto da Lavoura Canavieira;

considerando, assim, que não tem fundamento a condenação ao pagamento da multa, mas apenas ao recolhimento da taxa dos fornecedores que, à época, tivessem sido reconhecidos ou fôssem fornecedores, consoante o Estatuto;

considerando tudo mais que dos autos consta,

acorda: 1°) por maioria (art. 25 do Decreto-lei nº 3.855, Estatuto da Lavoura Canavieira), no sentido de ser dado provimento em parte ao recurso voluntário, para o fim de ser reduzida a multa imposta à Usina, de Cr\$ 1.000,00, para Cr\$ 100,00; 2°) pelo voto de desempate do Sr. Presidente (art. 146 do Decreto-lei acima citado) no sentido de ser dado provi-

mento em parte ao recurso, para ser a Usina dispensada do pagamento da multa em dôbro, relativa à taxa de financiamento, ficando, porém, obrigada ao recolhimento da mesma taxa.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 19 de janeiro de 1955.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; Castro Azevedo — Relator.

Fui presente — J. Mota Maia — Procurador Geral.

("D. O.", 28/5/55).

Autuado e recorrente — ÂNGELO ANTÓ-NIO CASTANHO.

 $\begin{array}{lll} & & & & \\ & & & \\ & & & \\ & & & \\ & & & \\ & & & \\ & & & \\ & & & \\ & & & \\ &$

Processo — A. I. 83/50 — Estado de São Paulo.

> Deixa de ser recebido o recurso quando verificar-se ter sido interposto fora do prazo estabelecido em lei.

ACÓRDÃO Nº 7.00

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é autuado e recorrente Ângelo Antônio Castanho, comerciante, estabelecido no município de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo, por infração aos artigos 42 e 60, letra b, do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrida a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que em face da documentação constante dos autos, se verifica caracterizar-se ter sido o recurso interposto fora do prazo legal,

acorda, por unanimidade de votos, de acôrdo com o voto do Sr. Relator, no sentido de ser negado provimento do recurso por ter sido interposto fora do prazo legal.

Intime-se, registre-se e cumpra-se. Comissão Executiva, 19 de janeiro de 1955.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; Luis Dias Rolemberg.

Fui presente — J. Mota Maia — Procurador Geral.

("D. O.", 28/5/55).

Autuada e recorrente — JORGE TOMAZ DE AQUINO.

 $\begin{array}{lll} & \text{Recerrida} & \longleftarrow & \text{PRIMEIRA} & \text{TURMA} & \text{DE} & \text{JUL} \\ & & \text{GAMENTO}. & & & & \\ \end{array}$

Processo — A. I. 21/51 — Estado da Paraíba. É de manter-se a decisão recorrida que bem apreciou a matéria.

ACÓRDÃO Nº 701

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso, em que é autuada e recorrente a firma comercial Jorge Tomaz de Aquino, estabelecida no município de João Pessoa, Estado da Paraíba, por infração ao art. 41, do Dec.-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrida a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool.

considerando estar provada a infração cometida pelo recorrente, que foi condenado como primário ao grau mínimo da pena estabelecida;

considerando que em suas razões, o recorrente nada apresentou capaz de alterar o julgamento anterior.

acorda, por unanimidade de votos, no sentido de ser negado provimento ao recurso voluntário, mantida a decisão recorrida que julgou procedente o auto e condenou o autuado à multa de Cr\$ 500,00 por nota de remessa não inutilizada, em número de seis, perfazendo um total de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), grau mínimo do art. 41 do Dec.-lei nº 1.831, de 4/12/39.

Intime-se, registre-se e cumpra-se. Comissão Executiva, 26 de janeiro de 1955.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; Gil Maranbão — Relator.

Fui presente — J. Mota Maia — Procurador Geral.

("D. O.", 28/5/55).

Autuada — S. A. AGRÍCOLA E INDUSTRIAL USINA MIRANDA — Usina Miranda.

Recorrente ex-officio — PRIMEIRA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 147/50 — Estado de São Paulo. É de manter-se a improcedência do auto lavrado sem apôio legal.

ACÓRDÃO Nº 702

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é autuada a Usina Miranda de propriedade de S. A. Agrícola e Industrial Usina Miranda, sita em Pirajuí, Estado de São Paulo, por infração aos autigos 25, 26, 27 e parágrafo único do art. 64 do Dec.-lei nº 1.831 de 4/12/39, e recorrente ex-officio a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que o auto de infração foi julgado improcedente por falta de amparo legal,

acorda, por unanimidade de votos, no sentido de ser negado provimento ao recurso *ex-officio*, mantida a decisão recorrida que julgou improcedente o auto.

Intime-se, registre-se e cumpra-se. Comissão Executiva, 26 de janeiro de 1955.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; Gil Maranhão — Relator.

Fui presente — José Mota Maia — Procurador Geral substituto.

("D. O.", 30/5/55).

Autuados — J. & R. ROLLEMBERG (Usina Mato Grosso), BENILDE VIEIRA DE ARAUJO e IRMÃOS MENDONÇA.

Recorrente — BENILDE VIEIRA DE ARAUJO.

Recorrida — SEGUNDA TURMA DE JUL-GAMENTO.

Processo — A. I. 40/51 — Estado de Sergipa. É de manter-se a condenação do autuado, quando comprovada e devidamente capitulada a infração.

ACÓRDÃO Nº 703

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso em que são autuados J. & R. Rollemberg, firma proprietária da Usina Mato Grosso, Benilde Vieira de Araujo e Irmãos Paes Mendonça, domiciliados, respectivamente, nos municípios de Maroim, Aracajú e Itabaiana, Estado de Sergipe, e recorrente Benilde Vieira de Araujo, por infração aos

arts. 1º, § 2º, 2º, 36, 40, 41, 63, 64 e 69, do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrida a Segunda Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando estar materialmente comprovad. a infração;

considerando que a pena imposta ao autuado está devidamente capitulada, tendo havido, todavia, êrro de cálculo na importância total da multa,

acorda, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, manteudo-se a decisão de primeira instância, corrigindo-se o cálculo da condenação impôsta, no valor total de Cr\$ 39.380,00,

Intime-se, registre-se e cumpra-se. Comissão Executiva, 26 de janeiro de 1955.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; Gil Maranhão — Relator.

· Fui presente — J. Mota Maia — Procurador substituto.

("D. O.", 30/5/55).

Autuado e recorrente — FRANCISCO JOS!!

LARA CAMPOS — Fazenda Fartura.

Recorrida — PRIMEIRA TURMA DE JUL-GAMENTO.

Processo — A. I. 41/47 — Estado de São Paulo.

A falta de entrega da aguardente 12 quisitada sujeita o faltoso à multa correspondente ao valor do produto.

ACÓRDÃO Nº 704

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso, em que é autuado e recorrente Francisco José Lara Campos, proprietário da Fazenda Fartura, sita no município de Lençóis, Estado de São Paulo, por infração ao art. 7º e seu parágrafo único, do Decreto-lei nº 5.998, de 18/11/43, e recorrida a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando haver o autuado recusado cumprimento à aquisição feita pelo I.A.A. de 17.000 litros de aguardente, com base na Res. nº 65/43;

considerando que, em face da materialização da recusa, com o desvio do produto, não importam as alegações do recurso,

acorda, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, mantendo-se a decisão recorrida, que julgou procedente o auto e condenou o autuado à multa de Cr\$ 59.500,00, de acôrdo com o art. 7º, parágrafo único, do Decreto-lei nº 5.998, de 18/11/43.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 26 de janeiro de 1955.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; Gil Maranbão — Relator.

Fui presente — J. Mota Maia — Procurador substituto.

("D. O.", 12/5/55).

Autuadas e recorrentes — CIA AGRÍCOLA USINA JACARÈZINHO e CIA. COMERCIAL SÃO PAULO-PARANÁ.

Recorrida — SEGUNDA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 44/53 — Estado do Paraná. É de ser confirmada a decisão proferida de acôrdo com a prova dos autos.

ACÓRDÃO Nº 705

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso, em que são autuadas e recorrentes as firmas Cia. Agrícola Usina Jacarèzinho e Cia. Comercial São Paulo-Paraná, por infração ao art. 40, combinado com o art. 63 do Dec.-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrida a Segunda Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que está perfeitamente caracterizada a posição de auxiliar ou intermediária exercida pela Companhia Comercial São Paulo-Paraná no ilícito fiscal;

considerando que a Usina dava saída ao açúcar de sua produção, emitindo notas da sua afiliada que, por seu turno, vendia açúcar que não comprou;

considerando que a Usina não só deixou de emitir a nota de remessa, como ainda não pagou prèviamente a taxa devida na forma da lei,

acorda, por maioria de votos, de acôrdo com o voto do Sr. Relator, no sen-

tido de ser negado provimento ao l'ecurso interposto, mantendo-se a decisão de primeira instância, contida no acórdão nº 2.143 que julgou procedente o auto, condenando-se a firma Cia. Agrícola Usina Jacarèzinho ao pagamento da multa de Cr\$ 10,00 por saco de açúcar saído irregularmente, no total de Cr\$ 10.120,00, além do recolhimento da taxa devida, nos têrmos dos arts. 64 e 65 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, bem como a Cia. Comercial São Paulo-Paraná ao pagamento da multa de Cr\$ 20.240,00, ou sejam, Cr\$ 20,00 sôbre 1.012 sacos de açúcar, de acôrdo com o disposto no art. 63 e mais Cr\$ 500,00, mínimo estabelecido no artigo 40, do mesmo decreto-lei.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 26 de janeiro de 1955. Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; José Vamberto — Relator.

Fui presente — J. Mota Maia — Procurador substituto.

("D. O.", 30/5/55).

Autuada e recorrente — ELZA BAESSO & IRMÃO.

Recorrida — SEGUNDA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 132/52 — Estado de Minas Gerais.

Deixa-se de tomar conhecimento do recurso interposto fora do prazo legal.

ACÓRDÃO Nº 706.

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é autuada e recorrente a firma Elza Baesso & Irmão, localizada no município de Guarani, Estado de Minas Gerais, por infração ao art. 41 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrida a Segunda Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que o recurso foi apresentado fora do prazo sendo, pois, intempestivo; considerando que, consequentemente, nos têrmos da Resolução nº 97/44, já havia transitado em julgado o acórdão nº 2.023 da Segunda Turma de Julgamento,

acorda, por unanimidade de votos, em não receber o recurso, por intempes-

Intime-se, registre-se e cumpra-se.
Comissão Executiva, 26 de janeiro de 1955.
Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; José
Vamberto — Relator.

Fui presente — José Mota Maia — Procurador Geral substituto.

("D. O.", 30/5/55).

Autuada — LAVÍNIA LESSA MARTINS. Recorrente ex-officio — SEGUNDA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 64/50 — Estado de São Paulo.

Confirma-se decisão de primeira in: tância que está de acôrdo com a prova dos autos.

ACÓRDÃO Nº 707

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso, em que é autuada Lavínia Lessa Martins, preprietária da Usina Bela Vista, sita em Pontal, Estado de São Paulo, por infração aos arts. 146, 25, 26 e 27, do Decreto-lei nº 3.855, de 21/11/41, e recorrente ex-officio a Segunda Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que a decisão recorrida está de acôrdo com a lei e a prova dos autos;

considerando mais o parecer da Divisão Jutídica,

acorda, por unanimidade de votos, no sentido de ser negado provimento ao recurso, mantendo-se a decisão de primeira instância que condenou a autuada ao pagamento da quantia de Cr\$ 522,00, correspondente à multa de Cr\$ 2,00, dôbro da taxa por tonelada de cana recebida na safra

1949/50, cujo recolhimento deixou de efetuar

Intime-se, registre-se e cumpra-se. Comissão Executiva, 26 de janeiro de 1955.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; José Vieira de Melo — Relator.

Fui presente — José Mota Maia — Procurador Geral substituto.

("D. O.", 30/5/55).

Autuada e recorrente — USINA AÇUCARE!-RA TABAJARA S. A.

Recorrida — SEGUNDA TURMA DE JUL-GAMENTO.

Processo — A. I. 82/52 — Estado de São Paulo

É de ser recebido o recurso, quando apresentado dentro do prazo legal.

ACÓRDÃO Nº 708

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso voluntário, em que é recorrente a firma Usina Açucareira Tabajara S. A., proprietária da Usina Açucareira Tabajara, localizada no município de Limeira, Estado de São Paulo, por infração aos artigo 39, combinado com os arts. 64 e 65, do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrida a Segunda Turma de Julgamento, a Comissão Executiva de Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que a firma autuada interpôs recurso dentro do prazo legal, conforme está comprovado por documento apenso ao processo;

considerando que o recorrente foi intimado a 6 de maio e o recurso foi entregue à Repartição Postal a 5 de junho, no ano findo,

acorda, por unanimidade de votos, no sentido do recebimento do recurso, baixando os autos à Divisão Jurídica para exame do mérito.

Intime-se, registre-se e cumpra-se. Comissão Executiva, 26 de janeiro de 1955.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; Gustavo Fernandes de Lima — Relator.

Fui presente — J. Mota Maia — Procurador Geral.

("D. O.", 31/5/55).

Autuado e recorrente — JOÃO TRINDADE

Recorrida — PRIMEIRA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — P. C. 23/52 — Estado de Pernambuco.

É de receber-se o recurso, quando. concedido novo prazo, a parte do mesmo se aproveita.

ACÓRDÃO Nº 709

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é recorrente João Trindade Bezerra, plantador de cana, residente no município de São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco, e recorrida a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alceol,

considerando que o Procurador Regional concedeu ao reclamado novo prazo de 15 dias;

considerando que o interessado aproveitou-se da concessão oferecendo suas razões de recurso,

acorda, por unanimidade, receber o recurso, voltando o processo à Divisão Jurídica, para exame do mérito.

Comissão Executiva, 9 de fevereiro de 1955. Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; Gil Maranbão — Relator.

Fui presente — José da Mota Maia — Procurador Geral substituto.

("D. O.", 31/5/55).

Autuada — PEREIRA OSÓRIO MAUAD & CIA LTDA.

Recorrente *ex-officio* — SEGUNDA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 14/46 — Estado de Minas Gerais.

É de manter-se a decisão que bem apreciou a espécie.

ACÓRDÃO Nº 710

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso, em que é autuada a firma Pereira Osório Mauad & Cia. Ltda., localizada no município de Pedra Branca, Estado de Minas Gerais, por infração à Resolução nº 68/43, art. 6º, § 3º, art. 2º do Decreto-lei nº 664, de 25/8/38, e arts. 55, 56, 57 e 58 e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrente ex-officio a Segunda Turma

de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que ao ser determinada a requisição, o produto já se encontrava vendido para o abastecimento da cidade de Itajubá, dependente do suprimento da autuada, estando, assim, satisfeita a finalidade com que o Instituto decretou aquela medida,

acorda, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso ex-officio, mantida a decisão recorrida que julgou improcedente o auto.

Intime-se, registre-se e cumpra-se. Comissão Executiva, 9 de fevereiro de 1955.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; Gil Maranbão — Relator.

Fui presente — José da Mota Maia — Procurador Geral substituto.

("D. O.", 31/5/55).

Autuados e recorrentes — FRANCISCO GUEL-FI & FIIIHOS.

Recorrida e recorrente — PRIMEIRA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 125/52 — Estado de São Paulo.

> É de se excluir da condenação as notas de remessa não inutilizadas, desde que emitidas há mais de dois anos.

ACORDÃO Nº 711

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recursos voluntário e ex-officio, em que são autuados Francisco Guelfi & Filhos, comerciantes, estabelecidos no município de São Carlos, Estado de São Paulo, por infração ao art. 41 do Dec.-lei nº 1.831, de 4/12/39, recorrentes Francisco Guelfi & Filhos e recorrida e recorrente ex-officio a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que a infração acha-se materialmente provada com a apreensão das notas de remessa não inutilizadas e com a confissão de que se haviam extraviado outras duas notas que não foram apresentadas à fiscalização;

considerando, entretanto, que das notas apreendidas, três foram emitidas há mais de dois anos, estando, assim, excluídas da obrigação legal da sua

conservação, na forma do art. 41 do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39,

acorda, por unanimidade de votos, em dar provimento, em parte, aos recursos voluntários e ex-officio, para o efeito de excluir da condenação as notas de fls. 6, 7 e 8, tôdas emitidas há mais de dois anos da data da autuação, reduzindo-se, assim, a condenação ao valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros).

Intime-se, registre-se e cumpra-se. Comissão Executiva, 16 de fevereiro de 1955. Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; José Acióli de Sá — Relator.

Fui presente — J. Mota Maia — Procurador Geral substituto.

("D. O.", 31/5/55).

Autuada — USINA SÃO JOSÉ. Recorrente ex-officio — PRIMEIRA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 141/52 — Estado de Sergipe.

Nega-se provimento ao recurso exofficio quando a decisão recorrida está de acôrdo com a prova dos autos.

ACORDÃO Nº 712

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso, em que é autuada a Usina São José, de pro-

TODOS OS TIPOS

priedade de D. Adélia do Prado Franco, sita no município de Laranjeira, Estado de Sergina, por infração ao art. 1º, § 2º, arts. 2º, 3º, 31, 36 e seus parágrafos, arts. 60, letras b e c, e 65, do Dec.-lei nº 1.831, de 4/12/39, e recorrente ex-officio a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,

considerando que a Primeira Turma de Julgamento dêste Instituto, em face da materialidade da infração, conforme ficou exuberantemente provada, nos autos, julgou boa a apreensão do açúcar clandestino e condenou a firma autuada nos têrmos do art. 60, letra b, do Dec.-lei nº 1.831, de 4/12/39;

considerando que a referida firma foi excluída das penas estabelecidas nos arts. 31 e 65 do citado decreto-lei;

considerando, finalmente, que é de se negar provimente ao recurso ex-officio, quando a decisão recerrida guarda conformidade com a prova dos autos,

acorda, por unanimidade de votos, no sentido de ser negado provimento ao recurso *ex-officio*, mantida a decisão recorrida, que julgou procedente em parte o auto, nos têrmos do acórdão nº 2.015, da Primeira Turma de Julgâmento.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 16 de fevereiro de 1955.

Carlos de Lima Cavalcanti — Presidente; J. A. de Lima Teixeira — Relator.

Fui presente — J. Mola Maia — Procurador Geral substituto.

("D. O.", 31/5/55).

RECIFE · SERRA GRANDE · MACEIÓ USINA SERRA GRANDE S/A AÇÚCAR "USGA"

O COMBUSTÍVEL NACIONAL

ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

EST'ADO DE ALAGOAS:

- 7.033/55 Euclides Nunes Porto Calvo --Inscrição de engenho de aguardente — Indeferido, em 21/5/55.
- 10.966/55 Artur de Oliveira Vasconcelos Rio Largo — Transferência de engenho de aguardente de Severino Monteiro da Silva — Deferido, em 23/5/55.
- 7.420/55 Natércia de Andrade Lopes Murici Transferência do engenho de aguardente de Novais & Irmãos Deferido, em 25/5/55.

ESTADO DE MINAS GERAIS:

- 7.340/55 Francisco Ventura Izidro Ponte Nova — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 3/5/55.
- 3.859/54 Braulino Correia do Bem Laranjal — Inscrição de engenho — Mand. arquivar, em 17/5/55.

Deferidos, em 17/5/55

- 7.335/55 Joaquim Pereira Goulart Júnior Cordisburgo — Inscrição de engenho de aguardente.
- 19.585/55 Sebastião da Silva Lima Descoberto — Inscrição de engenho de rapadura.

Indeferidos, em 17/5/55

- 7.334/55 Carlos Paulo de Lima Filho São João Nepomuceno — Inscrição de engenho de açúcar.
- 10.603/55 Custódio Soares dos Santos Ladainha — Inscrição de engenho de aguardente.
- 12.413/54 João Antunes Martins Monte Azul — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 24/ 5/55.

Mandados arquivar, em 30/5/55

- 5.240/41 Carlos Marçal de Rezende Santa Quitéria — Inscrição de engenho de açúcar.
- 5.251/41 Raimundo Hermógenes Pinto Santa Quitéria — Inscrição de engenho de açúcar.

ESTADO DO PARANA:

- 45.671/54 Artur Apolinário Morretes Inscrição de engenho de aguardente — Indeferido, em 20/5/55.
- 10.605/55 Elias Walhux Prudentópolis ---Inscrição de engenho de aguardente — Indeferido, em 30/5/55.

ESTADO DE PERNAMBUCO:

- 7.061/55 José Guedes de Araujo Lima També — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 17/ 5/55.
- 51.460/53 José Veloso Nunes Machado Timbaúba — Conversão de quota de açúcar em quota de fornecimento de cana, a título provisório, junto à Usina Central Ólho D'Agua — Mandado arquivar, em 30/5/55.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL:

8.617/55 — Celeste Furlaneto — Roca Sales — Transferência do engenho de aguardente de Armelindo — Furlaneto — Deferido, em 25/5/55.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

Deferidos, em 26/5/55

- 20.695/55 Amaro de Souza Paes Campos Medida assecuratória: impossibilidade de completar sua quota, junto à Usina Santo Amaro.
- 20.894/55 Amaro de Garcia Campos Medida assecuratória: impossibilidade de completar sua quota, junto à Usina Santo Amaro.

Deferidos, em 30/5/55

- 20.903/55 Mariana Ferreira Gomes Campos Medida assecuratória: impossibilidade de completar sua quota, junto à Usina São José.
- 21.211/55 Luzia Ana Gonçalves Campos Medida asseguratória: impossibilidade de completar sua quota, junto à Usina Paraíso.
- 21.852/55 Manoel Gregório Campos Modida assecuratória: impossibilidade de completar sua quota, junto à Usina Santo Amaro.

ESTADO DE SÃO PAULO:

5.703/55 — Com. Ind. Agríc. Galvão Cesar S/A.
— Sorocaba — Transferência do en-

- genho de aguardente de Joseph Rachid Amary — Deferido, em 26/ 5/55.
- 44.514/53 José Pires Assis Transferência de engenho de aguardente de Silvério Campana — Mandado arquivar em 26/5/55.
- 10.730/55 Açucareira Pouso Alegre Ltda. Macatuba — Certidão sôbre montagem da usina e o limite concedido — Mandado arquivar, em 30/5/55.

ESTADO DE SERGIPE:

45 735/44 — Manoel dos Santos Silva — Irapiranga — Notificação (art. 15 do Dec.-lei nº 6.969, de 14 de outubro de 1944). — Mandado arquivar, em 2/5/55.

REUNIÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DO AÇUCAR

De 1º a 3 de junho do corrente ano, sob a presidência do Sr. Lawrence Myers, reuniu-se em Londres o Conselho Internacional do Açúcar. Tomaram parte nas sessões delegados de vinte e três países, além de observadores de quatro outros países e da F.A.O.

O Govêrno brasileiro comunicou ao Conselho que o Brasil não participa do Acôrdo Internacional do Açúcar de 1953, não tendo depositado o respectivo instrumento de ratificação. Ao Conselho, o seu Comité Estatístico encaminhou uma revisão da estimativa das necessidades do mercado livre para 1955, cujo total é de 4.650.000 toneladas métricas. Em conformidade com o que dispõe o artizo 19 (2) do Acôrdo, decidiu o Conselho que certos países não estariam capacitados a utilizar no todo ou em parte suas quotas de exportação e, tendo em vista a quantidade de açúcar anteriormente adjudicada ao Brasil, decidiu redistribuir essas quotas, num total aproximado de 372.000 toneladas métricas. A diferença maior, como é natural, veio a incidir sôbre a quota de Cuba. Em abril, a quota de exportação cubana era de 2.014.877 toneladas. A quota atual, revista, sobe a 2.207.813, sendo a diferença representada pela quantidade redistribuída aos cubanos. 142.936, mais 50.000 toneladas de prioridade, segundo o que dispõe o artigo 14 (7) do Acôrdo. Outras redistribuições conberam, principalmente, à Chima, 38.116; República Dominicana. idem: Tchecoslováquia, 17.470; Polônia, 13.976. Seguense, com cifras menores, o México, o Haiti, a Hungria, a Bélgica, as Filipinas e a França.

O Conselho decidiu também liberar os países participantes, com quota básica de exportação de mais de 75.000 toneladas, da proibição de exportar mais de 80% de suas quotas iniciais antes de 31 de agôsto de 1955. Nesta reunião foi aprovado o Relatório Anual de 1954, que será publicado oportunamente. Como última decisão dêsse organismo internacional, ficou convencionado que o próximo encontro terá lugar em 20 de setembro, a menos que surjam circunstâncias imprevistas.

BONIFICAÇÕES SOBRE ALCOOL DIRETO

Ao Superintendente do Plano de Alcool, apresentou o SEAAI uma proposta de pagamento de bonificação sôbre álcool direto das usinas de Pernambuco, referente ao primeiro semestre da safra 54/55. O montante do pagamento se eleva a Cr\$ 2.917.853,90.

Examinando o assunto, a Comissão Executiva. reunida em 13 de abril último, aprovou a proposta, mandando efetuar o pagamento.

VISITA DO PRESIDENTE DO I.A.A. AO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Presidente do I.A.A., Sr. Carlos de Lima Cavalcanti, empreendeu, no último mês de maio, uma excursão ao Estado de Minas Gerais, no decorrer da qual teve oportunidade de estabelecer contacto mais direto e intimo com os produtores mineiros de acúcar, visitando vários órgãos de classe, em relo Horizonte, Visconde do Rio Branco e Ponte Nova.

COM OS PRODUTORES DE VISCONDE DE RIO BRANCO

Chegando à Capital mineira no dia 12 de maio, depois de uma visita ao Governador do Estado, o Presidente do I.A.A. dirigiu-sc, de avião, para Visconde de Rio Branco, onde, em seguida ao almôço que lhe foi oferecido na Usina São João, participou de uma reunião na Cooperativa dos Plautadores de Cana local. Entre os assuntos debatidos, de caráter geral, podem ser destacados os seguintes, consubstanciando observações, sugestões e pleitos dos interessados:

- I revisão dos preços em vigor para o açúcar, atendendo-se além de outros fatôres de agravamento do custo da produção, a majoração dos valores dos fretes, do preço da gasolina e dos óleos, combustível e lubrificante, e elevação dos níveis de salários;
- II elaboração e aprovação do Plano de Safra antes de concluído o último mês de maio, adotando-se paralelamente as necessárias providências, a fim de que passem a vigorar na mesma os novos preços a serem estabelecidos para o produto;
- III revisão das quotas dos fornecedores de cana na base do triênio correspondente às safras 1952/53, 1953/54 e 1954/55, inclusive, consoante o previsto no Estatuto da Lavoura Canavieira, com base na quota global e oficial de cada usina.

De caráter regional, foram abordados os assuntos seguintes:

- I transferência do crédito concedido pelo I.A.A. para aquisição de fertilizantes na atual entre-safra;
- II antecipação dos financiamentos de entre-safra, que deverão se realizar nos meses de outubro e novembro de cada ano, atendendo-se a que a época mais adequada para plantar corresponde àqueles meses;
- III reversão da quota-parte de Cr\$ 0,50 da taxa de Cr\$ 1,00 correspondente às contribuições dos fornecedores de cana vinculados à Cooperativa de Visconde de Rio Branco;
- IV instalação de um campo de multiplicação de variedades de cana no campo da multiplicação c fomento que o Govêrno Federal mantém em Visconde de Rio Branco, processando-se para tal fim as necessárias providências e articulações com a Estação Experimental de Ponte Nova e os demais setores interessados.

À noite, o Sr. Carlos de Lima Cavalcanti foi homenageado com um jantar na Usina de Rio Branco, partindo o Presidente do I.A.A., no dia seguinte, em automóvel, para Ponte Nova.

VISITA A PONTE NOVA

Em Ponte Nova, após almoçar na Usina Santa Lúcia, o Presidente da autarquia açucareira visitou a Cooperativa dos Plantadores de Cana de Ponte Nova, quando foram igualmente debatidos vários assuntos, alguns conuns a todo o conjunto agro-industrial canavieiro do Estado, e outros específicos à zona e à referida organização dos produtores locais. Quanto aos assuntos de caráter geral, pleiteam os produtores de cana de Ponte Nova a revisão do autual preco da cana, levando-se em conta todos os agravamentos de custo verificados após a fixação do atual preço básico, providenciando-se também para que o preço a ser fixado entre em vigor no início da nova

safra. Por outro lado, sugerem a introducão, no Plano de Safra, de disposição que assegure, desde logo, a liberação do extralimite de qualquer das usinas mineiras que venha a ultrapassar a sua quota, atendendo-se a que a produção global de Minas Gerais ainda se coloca em nível muito abaixo da quota oficial do Estado, e a ampliação das atividades da Estação Experimental de Cana de Ponte Nova, mediante a assinatura de novo convênio com o Govêrno do Estado; o fornecimento de um conjunto de irrigação à semelhança do que foi feito em benefício de suas congêneres localizadas em Pernambueo, São Paulo e Estado do Rio; e a designação de um agrônomo para cooperar com os trabalhadores na aludida Estação e os produtores do Estado.

Além disso, pretendem e sugerem os produtores, no âmbito regional:

- I regularização do empréstimo que lhe foi concedida pelo I.A.A., em 1946, no valor de Cr\$ 1.500.000,00, mediante novação, em face da qual a Cooperativa se obrigará a resgatar o saldo devedor em três prestações anuais e iguais, vencendo a primeira um ano após a assinatura do contrato e as duas restantes nas datas correspondentes dos demais anos; cada prestação será adicionada dos juros até a data respectiva;
- II restabelecimento da reversão da parcela de Cr\$ 0,50 da taxa arrecadada por tonelada de cana fornecida, após a assinatura do contrato de novação a que atude o item anterior;
- III restabelecimento das operações anuais destinadas ao financiamento de entre-safra e aquisição de adabos, elevando o I.A.A. os valores dos créditos correspondentes;

IV — adoção de providências no sentido de serem concluídos os levantamentos e estudos para a construção do ambulatório previsto para Ponte Nova.

Em Ponte Nova, o Sr. Carlos de Lima Cavalcanti teve ainda oportunidade de visitar a Usina Ana Florência, a Estação Experimental de Cana e a Destilaria Leonardo Truda, onde lhe foi oferecido um almôço.

NO SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR

Retornando a Belo Horizonte, o Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, depois de visitar a Companhia Usinas Nacionais, foi recebido no Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado de Minas Gerais, cujo Presidente, Sr. Antônio de Lima Neto, proferiu, em nome dos industriais mineiros, o discurso de sandação ao Sr. Carlos de Lima Cavalcanti, que, em resposta, pronunciou a seguinte exposição:

«Senhor Presidente, Senhores Produtores,

Assumindo a Presidência do Instituto do Açúcar e do Álcool, percebi, desde a primeira hora, que a família açucareira não se achava suficientemente unida e integrada para, num esfôrço comum, que se impunha e sempre se faz indispensável, assegurar o funcionamento e o êxito do sistema de defesa da produção.

E não só desentendimento havia. Sentimos também e nitidamente a ausência de um elima de confiança, tão essencial à ação da autarquia açucareira.

Enquanto isso, na época os estoques de açúcar se elevavam a quase treze milhões de sacos, atingindo, assim, cifra que superava as quantidades do produto retidas em nossos armazens, em qualquer outra época.

Além do mais, já havíamos atingido a quota de exportação para os mercados externos e todos se perdiam num debate ocioso, sem alcance prático. Essas eircunstâncias nos convenceram da necessidade imperiosa de visitar os diversos centros açucareiros do País, para realizar debates diretos e objetivos com os setores responsáveis, na produção e no comércio do açúcar.

E assim empreendemos viagens aos Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Pernambuco, encontrando sempre a melhor e mais nítida compreensão. Paralelamente a isso, vimos mantendo contactos com representantes de outras regiões produtoras e já agora podemos afirmar que as dificuldades maiores estão superadas.

São Paulo, onde se encontravam volumosos contingentes de açúcar extra-quota, concordou em negociá-los para o exterior. com a cooperação do Instituto, e por conta e risco dos responsáveis pelo produto.

Pernambuco e Alagoas, para aliviar o mercado do Estado do Rio, que não tinha podido escoar normalmente sua produção, em face de dificuldades de meios de transporte, vêm realizando novas exportações para o estrangeiro, mediante um sistema de substituições e de ajuste de interêsses.

Mercê dessa boa vontade, dêsse alto espírito de transigência, da cooperação do Ministério das Relações Exteriores e do Banco do Brasil, pôde o Instituto realizar vendas para os mercados estrangeiros em montante superior a sete milhões e duzentos mil sacos, superando, em escala apreciável, a tôdas as exportações até agora concluídas, em uma safra.

Conseguimos, em virtude desse notável esfôrço comum, sanear os mercados internos e a nova safra, a se iniciar em junho próximo, não será afetada por estoques remanescentes capazes de comprometer o equilíbrio do comércio açucareiro do País.

A execução das medidas que permitirum tais resultados somente se tornou possível em virtude da ampla colaboração já mencionada, da cooperação financeira da autarquia açucareira e da contribuição dos produtores, através do recolhimento das sôbre-taxas estabelecidas no Plano de Safra. em andamento.

Atualmente, Minas Gerais ocupa pesição de evidente responsabilidade no conjunto da economia açucareira do País. Na época em que foi adotado o contingentamento da produção, sua quota foi fixada em trezentos e quarenta mil sacos, contra uma produção global de suas usinas apenas de dazentos e quarenta e cinco mil sacos; ja agora aquêle contingente oficial de produção ascende a quase um milhão e novecentos mil, atingindo o montante da produção de suas usinas a cêrca de um milhão e seiscentos mil sacos.

Dessa forma, precisamos todos, produtores e responsáveis pela direção do Instituto, de contar com o apôio franco e constante das várias regiões açucareiras, sem quaisquer discrepâncias ou exclusões.

Estamos informados das dúvidas que os produtores mineiros têm suscitado relativamente ao estabelecimento e cobrança das referidas sôbre-taxas, fazendo restrições, sobretudo, no que tange ao aspecto da legalidade de sua criação e incidência. Não desejo, neste instante, abrir debate sôbre êsse delicado aspecto do problema, muito embora a convição do Instituto quanto à legitimidade e a legalidade dêsse procedimento já se achem amparadas por decisões do Tribunal Federal de Recursos, em recentes pronunciamentos.

Sem querer estabelecer controvérsias sôbre o assunto, podemos, todavia, adiantar, de acôrdo mesme com as sugestões dos produtores mineiros e, igualmente, formuladas pelo Conselho Nacional de Economia, que estamos adotando as providências necessárias para a elaboração de um ante-projeto da consolidação geral da legislação agro-industrial canavieira. Na elaboração dêsse trabalho procuremos fixar e solucionar todos os problemas, inclusive os pertinentes à competência do I.A.A., para estabelecer e arrecadar as contribuições que se fazem necessárias ao funcionamento do sistema de defesa dos mercados e dos preços vigorantes

Esperamos, dentro de breves dias, receber o resultado dos trabalhos da comissão já constituída, a fim de promover contactos diretos com os núcleos de produção para que, trabalho de tal importância e envergadura, possa receber as observações e subsídios dos interessados.

Estamos certos de que trabalho assim elaborado, com a participação dos diversos centros da produção, se revestirá de melhor aspecto técnico e será prestigiado pela adesão moral e pelo apôio efetivo de todos quantos serão atingidos pelo instrumento legal em que se deverá transformar o aludido ante-projeto.

Outro assunto que sabemos constituir velha e justa aspiração dos produtores mineiros é o de contar com representação efetiva na Comissão Executiva do I.A.A.

Neste particular, adiantamos que, após nosso regresso, procuraremos promover as providências da alçada do Instituto para que tal matéria tenha pronta solução.»

Prosseguindo, acrescentou o Presidente do I.A.A.:

«Estamos, no momento, trabalhando no preparo da Resolução que deverá disciplinar o desenvolvimento da safra 55/56, a se iniciar no próximo mês de junho. A minuta respectiva que será distribuída entre os produtores, inclusive os dêste Estado, deverá merecer de todos a atenção e crítica construtiva que se fazem indispensáveis.

Pelos levantamentos procedidos, a produção, na referida safra, deverá atingir a trinta e sete milhões e trezentos mil sacos, sendo que o consumo, para igual período, está estimado em trinta e dois milhões de sacos.

Como se verifica, haverá uma sobra da ordem de cinco milhões e trezentos mil sacos, sem contar os contingentes remanescentes de passagem de safra.

Essas cifras revelam a necessidade de serem adotadas providências eficazes para se evitar que os excessos previstos possan se transformar em fator de afrouxamento do mercado e de aviltamento dos preços oficiais, como decorrência do excesso ou da indisciplina da oferta em relação às possibilidades imediatas das saídas para o consumo.

Dessa maneira, teremos de escoar, à semelhança do que se tem feito na atual safra, contingentes substanciais de açúcar para os mercados externos. Ante, todavia, a orientação política cambial adotada pelos poderes da União, não se obtém liquidação, em cruzeiros, das exportações realizadas no valor correspondente aos preços vigorantes no mercado interno do País. Daí a necessidade indeclinável de serem mobilizados recursos financeiros, não só para retirada temporária do produto excedente como, também, para a efetivação das vendas para os mercados externos.

Esperamos contar com a indispensável contribuição dos produtores mineiros no exame da minuta do plano da nova safra; nela estão estabelecidas as diretrizes e a conduta que nos parecem indicadas para a solução dos problemas que teremos de enfrentar

Frisando êsses aspectos mais gerais dos constantes e sempre complexos problemas ligados à economia do açúcar, e estimulado pelo apoio e cooperação que já nos têm sido assegurados pelos órgãos da classe e produtores das diversas regiões, estamos certos de que Minas Gerais não nos faltará com a sua

experiência, sua boa vontade e seu alto espírito de transigência no esfôrço que estamos empreendendo para alcançarmos plemharmonia e entendimento em proveito da prosperidade e bem estar da comunidade açucareira do País.»

Em seguida foram realizados amplos debates em que tomaram parte, além de vários outros produtores, os Srs. Jair Lins. Antônio Lima Neto, Veiga Sales e Temístocles Barcelos. Entre os assuntos abordados e que ficaram de ser examinados pelo I.A.A., através de seus órgãos técnicos, e submetidos à decisão superior, destacam-se os seguintes, nos quais estão consubstanciadas as observações, sugestões e pleitos formulados pelos interessados:

I — revisão do preço do açúcar, tendo em vista a sensível elevação dos custos, como decorrência da majoração dos impostos e de outros elementos e fatôres que interferem na produção, além da modificação dos níveis dos salários; neste ponto salientam que só o salário mínimo se elevou de Cr\$ 650,00 para Cr\$ 2.000,00;

II — adoção de medidas que possara evitar a redução das margens atribuídas ao produtor, promovendo-se também o financiamento de entre-safra e a concessão de recursos para aquisição de adubos, em bases econômicas, como meio de estímulo à produção e de aliviar a situação das usinas mineiras que marcham para uma posição deficitária:

III — adoção de providências junto à Companhia Usinas Nacionais para que sòmente adquiram açúcar dos produtores na base dos preços oficiais;

IV — que seja assegurado aos produtores mineiros o financiamento para a instalação de destilarias, bem como promovida a construção de um entreposto de mistura ácool-gasolina, visando ao aproveitamento do álcool anidro produzido no Estado; acentuam que sôbre o assunto já existe um expediente na D. R. do I.A.A., em Belo Horizonte;

 V — pagamento das bonificações decorrentes da produção de álcool aos produtores mineiros já autorizado e ainda não realizado;

VI — que o I.A.A. abandonasse a orientação relativa ao estabelecimento do preço

único, de vez que tal objetivo não foi alcançado, nem será atingido.

Além dessas sugestões, foi amplamente debatido o problema da criação e arrecadação de sôbre-taxas, apresentando os mineiros as seguintes observações e pleitos:

I — que, ante os preceitos e normas da Constituição da República, são ilegais as sôbre-taxas criadas pelo I.A.A. em seus planos de safra;

II — que, além disso, tal regime é inteiramente prejudicial e injusto, pois que os produtores mineiros nenhuma vantagem alcançam, não participando de qualquer compensação ou reajustamento de fretes; neste particular, informam que os açúcares produzidos de Ponte Nova ou de Visconde de Rio Branco e destinados a Belo Horizonte estão sujeitos a fretes diferentes, levando os produtores a obter resultados desiguais na liquidação do preço de seu produto;

III — que, além disso, os acúcares procedentes das usinas fluminenses e destinadas à capital mineira são beneficiados com a margem de Cr\$ 8,00 no confronto com o produto originário de Ponte Nova, ocorrência que é grandemente prejudicial à produção do Estado de Minas Gerais;

IV — que não sejam aplicadas pelo J. A. A. sanções contra os produtores mineiros enquanto protegidos por decisões judiciais e não forem as mesmas modificadas na instância superior;

V — que o I.A.A. concorde em levantar as importâncias depositadas pelos produtores à ordem do Instituto para pagamento da taxa de Cr\$ 3,10, tornando, em conseqüência, sem efeito os autos de infração lavrados contra os mesmos;

VI — que, enquanto a controvérsia não fôr julgada na instância superior, concorde o I.A.A. em receber a taxa de defesa, obrigando-se os produtores a recolher o valor das sôbre-taxas no caso de vir a pendência a ser decidida contra a tese pelos mesmos defendida.

Afora êsses assuntos, foi ainda sugerido:

I — que se atribua aos fornecedores de cana o encargo do transporte daquela matéria-prima até à balança de recebimente oficial da usina;

II — que o I.A.A. promova as necessárias diligências para que se torne possivel aos produtores adquirirem máquinas e implementos para a revisão anual ou reequipamento de suas usinas e destilarias, mediante taxa de câmbio mais acessível ao padrão econômico da indústria açucareira, submetida como se acha a rigoroso regime de contrôle e tabelamento de preços.

ECONOMIA AÇUCAREIRA E COMÉRCIO COLONIAL

No Curso de História da Civilização Luso-Brasileira, promovido pelo Instituto de Estudos Portuguêses Afrânio Peixoto, o conselheiro Humberto Bastos, do Conselho Nacional de Economia, focalizou, na sétima aula, o problema da economia açucareira relacionada com o comércio colonial.

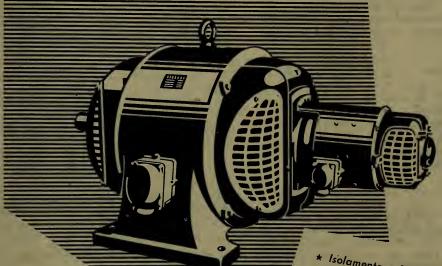
Inicialmente, evidenciou a tarefa dos lusitanos em colonizar o Brasil, para em seguida fixar os principais pontos de estruturação de economia colonial, à base de agro-indústria do açúcar. Estabeleceu uma comparação oportuna entre a economia colonial brasileira e a norte-americana, para concluir que a colônia portuguêsa ofereceu maiores índices de organização e de estabilidade, apesar das guerras com espanhóis, franceses e inglêses.

Salientou, ainda, a organização das grandes companhias de comércio fundadas para intensificar o intercâmbio luso-brasileiro, companhias estas que desempenharam um grande papel civilizador e representaram importante fator de desenvolvimento econômico, uma vez que fomentavam a exportação o facilitavam a importação.

O conselheiro Humberto Bastos frisou, finalmente, que muito nos restou do ciclo tipicamente colonial: consolidação geográfica e povoamento de um imenso território; início da exploração de riquezas minerais e agrícolas; ensaios para instalar a siderurgia; formação de fortes núcleos econômicos e sociais: caminhos fluviais e terrestres desbravados; rico patrimônio de arte religiosa; caldeamento de tipos humanos — tudo sintetizando a maior experiência de colonização de que bá notícia.

ASEA

Geradores trifásicos



Presentemente a ASEA está fabricando 3 geradores de 150,000 kVA cada um, que são os maiores do mundo.

Em estoque no Brasil para entrega imediata até 430 kVA

- * Isolamento reforçado próprio para clima tropical
- * Capacidade folgada * Ferro ao silício de
- baixas perdas * Sobrevelocidade de
- * Quadro terminal perfeitamente protegido
- * Produto sueco da mais alta qualidade

COMPANHIA SKF DO BRASIL ROLAMENTOS

PORTO ALEGRE SÃO PAULO RIO DE JANEIRO **BELO HORIZONTE**

MISTURA ÁLCOOL-GASOLINA EM SÃO PAULO

A Comissão Executiva aprovou a seguinte indicação do SEAAI, sugerindo providências relacionadas com os problemas da mistura áleool-gasolina no Estado de São Paulo:

«Como é de conhecimento de V. S., o Estado de São Paulo figura hoje na liderança da produção de álecol direto, tendo, nas últimas 5 safras, industrializado em ál cool a matéria-prima equivalente a 2.800.196 sacos de açúcar, conforme discriminação abaixo:

	Açúcar equivalente ao
SAFRAS	álcool direto produzido
	(sacos)
1948/49	 389.119
1949/50	 242.438
1950/51	 271.187
1951/52	 `357.272
1952/53	 523.234
1953/54	 1.016.946
	2.800.196

Na safra 1954/55, findante, a produção total de álcool atingiu a 166.399 litros, dos quais 76.283.599 representam a parcela de álcool anidro. Dêste volume, 58.314.044 lits. já haviam sido entregues às Companhias importadoras de gasolina, para a mistura, até 31 de março último.

O escoamento do álecol anidro das usinas paulistas, vem sendo feito com certa dificuldade, face à insuficiência dos reservatórios das Companhias de gasolina, na Capital, e por não dispôr o I.A.A., ali, de instalações capazes de permitir o recebimento de álecol em tão grande escala.

Reconhecendo a insuficiência do aparelhamento existente, face ao crescente desenvolvimento da indústria alcooleira em São Paulo, a Comissão Executiva, em sessão de 27 de janeiro último, aprovou um empréstimo de Cr\$ 14.200.000,00 à Companhia Industrial Paulista de Áleool, e destinado à aquisição de:

10 vagões-tanque com capacidade de 30.000 lts. cada um.

- 20 vagões-tanque com capacidade de 45.000 lts. cada um.
- 3 reservatórios de 1.000.000 de litros cada um.

Este material, embora nos tranquilize em relação ao transporte do áleool, não soluciona satisfatoriamente o problema, que reside, principalmente, na entrega do áleool às Companhias, para que nos seja dado fazer o imediato faturamento do produto e providenciar o rápido retôrno dos vagões para o interior do Estado, evitando o congestionamento dos depósitos das usinas.

O problema é antigo, embora somente agora se tenha agravado, principalmente em face das previsões feitas para a próxima safra, quando o volume de álecol anidro carburante será ainda bem maior que o registrado em 1954/55.

A Delegacia Regional de São Paulo tem estado atenta a essas questões e, desde 1952, após vários estudos, concluíu que sòmente com o concurso do Departamento do Óleoduto, da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, poderia o I.A.A. obter uma solução definitiva para o problema do áleool carburante.

Infelizmente, as primeiras tentativas nesse sentido não lograram êxito, recusando o Departamento do Óleoduto as propostas iniciais do I.A.A. no sentido de instalar tanques no Terminal de Utinga. Até mesmo através do Conselho Nacional de Petróleo (v. ofício nº 432/52, de 10 de setembro de 1952, cópia anexa), procurou o I.A.A. obter uma solução favorável aos seus interêsses, no que não foi atendido.

Como o problema se agravasse, a Delegacia Regional de São Paulo voltou a insistir junto à Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, obtendo, em princípios dêste ano, a cooperação desejada: a administração do Oleoduto prontificou-se a claborar o projeto inicial para a montagem de um tanque de 6.000.000 de litros, a construção de um desvio ferroviário para a descarga e movimentação dos vagões-tanque e de um páteo pavimentado para o serviço dos caminhões-tanque.

No dia 6 de abril corrente, em companhia do Delegado Regional de São Paulo e do Eng.º Luís Larrabure, recebeu o signatário do presente, da Seção Técnica do Departamento do Óleoduto, as plantas e um orçamento preliminar, sujeito à modificação quando da elaboração do projeto definitivo.

Estes documentos que encaminhamos a V. S. em anexo, deverão servir de base para os entendimentos entre êste Instituto e a Es-

trada de Ferro Santos-Jundiai.

Devemos esclarecer que o projeto inclui:

- a terraplenagem da área que nos foi reservada no Terminal do Ólcoduto, em Utinga;
- 2) a construção de 455 metros de desvio ferroviário;
- a pavimentação de uma área com 895 m² para manobra e descarga de caminhões-tanque;
- 4) custo, montagem e pintura de um tanque com capacidade de 42.550 bbl;
- 5) casa de bombas, bombas, injetores, mangueiras, válvulas, conexos, tubulação, etc.

O orçamento preliminar é de Cr\$ 8.746.554,00, incluindo 5% para eventuais.

Com estas instalações o I.A.A. terá resolvido, por muitos anos e de maneira inteíramente satisfatória, o problema do escoamento, entrega e distribuição do álcool anidro às Companhias importadoras de gasolina, em São Paulo.

O álcool anidro será misturado, no próprio Terminal de Utinga, a tôda a gasolina ali recebida pelas Companhias importadoras, o que possibilitará sejam observadas, com todo o rigor as proporções determinadas pelo Conselho Nacional do Petróleo e por êste Instituto.

Atendendo a que os entendimentos aqui referidos foram mantidos por iniciativa da Delegacia Regional de São Paulo, com o conhecimento dêste Serviço, parece-nos necessário, já agora, um pronunciamento de V S. e da Comissão Executiva, a respeito, para que o assunto continue a ter andamento.

Embora elaborado e apresentado sob a responsabilidade da administração de uma autarquia, como é a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, o orçamento preliminar deverá ser examinado pelo Serviço Técnico Industrial da Divisão de Assistência à Produção, cujo pronunciamento orientará os novos entendimentos.

Este Serviço teve a oportunidade de verificar num rápido exame, que o referido orçamento é, em vários poutos, passível de discussão, havendo mesmo reparos de importância a fazer.

Acreditamos, porém, que o interêsse relevante da matéria e a necessidade de uma decisão preliminar face à proximidade da nova safra, aconselhem a designação imediata do Sr. Delegado Regional de São Paulo para prosseguir nos entendimentos sôbre o assunto, discutindo o orçamento dentro das normas que traçar o Serviço Técnico Industrial e elaborando as bases do contrato que o I.A.A. deverá firmar com a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

Ao encaminhar a V. S. êste expediente, não desejamos nos alongar mais na enuncração das vantagens que terá o I.A.A. com as instalações projetadas em Utinga: entretanto, permita-nos V. S. salientar mais uma uma vez a significação dêsse empreendimento, que nos colocará em situação de enfrentar, com êxito, e por muitos anos, todo e qualquer problema decorrente da expansão do parque alcooleiro bandeirante.»

"BOLETIM CANAVIEIRO"

Pondo em execução um dos pontos de sen programa, a atnal diretoria da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambneo iniciou, no último mês de abril, a publicação de um "Boletim Canavieiro", a exemplo do que fizera, no período de 1919/1920, o Centro dos Fornecedores de Cana de Pernambneo, que editava nm Boletim para a divulgação de seus atos, resoluções e reivindicações.

Nos dois primeiros números do "Boletim Canavieiro" (abril e maio), aquela entidade de classe já faz divulgar o relatório que o seu presidente fêz dirigir ao Presidente do Instituto do Açucar e do Alcool, resenhas de atas das reuniões da diretoria da Asociação, comentários redacionais sôbre assustos palpitantes de interêsse da classe e artigos assinados pelos próprios fornecedores de cana.

SITUAÇÃO PLUVIOMÉTRICA DAS ZONAS CANAVIEIRAS

Damos, a seguir, um resumo das informações recebidas pelo Serviço Técnico-Agronômico da DAP sôbre a situação pluviométrica das zonas canavieiras do País no primeiro trimestre dêste ano.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ag. Herval Dias de Souza

«Em janeiro as precipitações foram regulares, porém insuficientes para as necessidades das plantas, atendendo-se que em 54 as chuvas foram muito escassas, existindo pouca reserva de umidade no solo.

O mês de fevereiro foi excessivamente sêco nesta região, prejudicando sensivelmente o desenvolvimento normal da cana de açúcar e retardando o início das plantações. Nos terrenos arenosos os efeitos de estiagem são mais sensíveis, se a situação perdurar em março teremos prejuízos consideráveis a registrar.»

Ag. Ruy T. da Silva Pinto

«As condições pluviométricas nesta região continuam muito más. A média anual em Campos, com base nos dados da Estação Meteorológica local, é superior a 1.200 m/m. Em 1953 e 1954 choveu menos de 800 m/m., e em algumas zonas, menos de 700 m/m., acusando uma diminuição de 35 a 40%. Em 1955, até o presente, as chuvas continuam escassas.»

Como se pode observar através as informações dos agrônomos Herval Dias de Souza e Ruy Torres da Silva Pinto, a situação pluviométrica do Estado do Rio neste 1º trimestre tem sido péssima, com chuvas escassas e mal distribuídas, acarretando com êste baixa precipitação, uma provável redução na estimativa da futura safra. O Estado do Rio vem a dois anos sofrendo os efeitos da pequena precipitação, o que tem

ocasionado prejuízos consideráveis à lavoura canavieira, conforme aconteceu em 1954.

A característica dêste 1º trimestre no Estado do Rio é bem idêntica a de 1954 e caso não mude o aspecto da situação pluviométrica para o mês de abril, teremos na certa prejuízos de monta na futura safra.

ESTADO DE SÃO PAULO

Ag. Máximo da Silveira Pontual

«Nas usinas e fazendas por mim visitadas, observa-se que principalmente devido à irregularidade das precipitações pluviais, a safra de cana de açúcar para 1955/56 está com perspectivas de redução em relação à safra anterior.»

Conforme informa o agrônomo Máximo da Silveira Pontual, as precipitações no município de Ribeirão Prêto e circunvizinhança no Estado de São Paulo, têm sido bem irregulares neste 1º trimestre, dando margem a que se preveja uma redução em relação à safra anterior.

ESTADO DA BAHIA

Ag. Adierson Erasmo de Azevedo

«Fevereiro constituiu-se um mês chuvoso, com 87,2 m/m., registrados na Estação Experimental de Cana, em 19 dias de chuva. A moagem das usinas foi grandemente paralisada, prejudicando, assim, o rítmo de trabalho das fábricas, prevendo-se redução de 20% na estimativa da safra.»

ESTADO DE PERNAMBUCO

Ag. Antônio Jovino da Fonseca

«Informamos que continua chovendo bastante em tôda zona canavieira, achando que tenha caído, em quase todos os municipios, mais de 300 m/m.»

ESTADO DE ALAGOAS

Ag. Hamilton de Barros Coutinho

«Conforme nossos anteriores relatórios, verifica-se que as condições climáticas da safra 54/55 é uma das melhores que se têm registrado nesses últimos tempos. Não só tivemos um inverno com chuvas bem distribuídas, como um verão (até o momento) ameno, com quedas pluviais abundantes e regulares proporcionando não só um maior desenvolvimento nas canas pendentes de corte, excedendo tôdas as nossas expectativas de produção, como prestando ao novo plantio (para a safra 55/56) condições excepcionais de graminação, desenvolvimento e entoiceramento.

Registraram-se chuvas copiosas e relampejos acompanhadas de trovoadas. Essas quedas pluviais foram de tal forma que prejudicaram de um certo modo a moagem das usinas, no que diz respeito a transporte das canas, por ocasionar estragos nas estradas, deixando-as alagadas por alguns dias.»

Das informações do agrônomo acima referido e dos lotados nos Estados da Bahia e Pernambuco, observa-se que a zona Norte têm sido de ótima precipitação neste 1º tri mestre, prevendo-se por êste motivo, uma safra superior a estimada para os mencionados Estados.

Finalmente, comparando-se a situação pluviométrica das zonas Norte e Sul neste 1º semestre, chega-se à conclusão de que no Norte as quedas pluviométricas foram abundantes e regulares e no Sul, as chuvas foram escassas e mal distribuídas.

APLICAÇÃO DE CALDA EM SOLO

São animadores os resultados obtidos com a aplicação de calda em solo, na Usina Tiuma, feita in natura, à razão de um milhão de litros por hectare. Segundo verificações procedidas pelo agrônomo Antônio Jovino a resposta foi excelente para cana planta, tendo sido colhidas, em média, 90 toneladas por hectare.

Os resultados das determinações em matéria seca de nitrogênio total foram as seguintes:

Mês da aplicação da calda	N. total
Outubro, 1953	1.000
Outubro, 1954	0,99

MANUEL DIÉGUES JÚNIOR

O BANGUÊ NAS ALAGOAS

Um ensaio verdadeiramente excepcional pelo que junta de interpretação sociológica ao esfôrço honesto e paciente da história alagoana.

Do Prefácio de GILBERTO FREYRE

FINANCIAMENTO DE ADUBOS PARA FORNECEDORES

Reunida em 29 de março último, a Comissão Executiva examinou e apravou o plano elaborado pelo Serviço Social e Financeiro da DAP para financiamento de adubos a serem utilizados pelos fornecedores de cana do País, no ano em curso.

No orçamento vigente, foi elevada de 20 para 25 milhões de cruzeiros a verba destinada ao aludido financiamento. O crédito é distribuído aos Estados proporcionalmente à média dos colmos de canas de fornecedores moída em um triênio.

De conformidade com o plano daquele serviço, a concessão de empréstimos obedecerá às seguintes condições:

- 1) Os financiamentos deverão ser realizados diretamente aos fornecedores através da Delegacia Regional do I.A.A.
- 2) A Delegacia Regional deverá publicar na imprensa local edital de convite aos interessados para, no prazo de vinte dias, se inscreverem para obter o financiamento, quando deverá ser indicado o respectivo nome, denominação de propriedade, quota de fornecimento fixada pelo I.A.A., usina a que esteja vinculado, quantidade e características do adubo a ser adquirido, firma vendedora, área e tipo de solo que pretendem adubar.
- 3) A base do empréstimo a ser concedido a cada fornecedor terá por limite o valor correspondente a 80% do dôbro da respectiva quota de fornecimento multiplicado por Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros).
- 4) Na hipótese de ser a quantidade global de fertilizante solicitada superior aos recursos destinados ao financiamento deverá o plano de distribuição ser reajustado, mediante uma divisão proporcional que terá por base o valor do crédito e os limites máximos dos empréstimos a serem concedidos aos fornecedores.
- 5) O empréstimo deverá ser resgatado em duas safras e sua amortização feita

mediante a retenção, pelas usinas recebedoras, das importâncias de Cr\$ 5,00, na primeira safra subseqüente ao empréstimo, e de Cr\$ 15,00, na safra seguinte, por tonelada de cana fornecida, sendo que esta última retenção poderá se estender à safra ou safras subseqüentes, caso as retenções feitas nas duas primeiras não sejam suficientes para a liquidação do débito compreendido o principal e os juros.

- 6) O preço dos fertilizantes será acrescido das despesas de transporte,
- 7) O I.A.A., pagará às firmas vendedoras o valor do adubo entregue ao fornecedor de cana mediante a apresentação da competente fatura.
- 8) Os juros máximos para o financiamento vencerão 4% a. a. quando se tratar de empréstimos diretos do Instituto aos fornecedores de cana:
- a) No caso de interveniência das Cooperativas de Fornecedores vencerão juros de 2% a. a., não podendo estas cobrar dos fornecedores juros superiores a 5% a. a.
- b) Os juros previstos para os casos de mora, serão elevados de 2% a. a.
- c) As quantias retidas pelas usinas, além dos prazos contratuais, vencerão juros de mora de 6% a. a. em favor dos fornecedores. Até que estas usinas efetuem os recolhimentos devidamente terão sustadas tôdas as novas operações de crédito com o I. A. A.
- 9) Forma contratual O contrato será feito sob a forma de compra e venda, com a autorização irrevogável do fornecedor financiado para a usina, a que se encontra vinculado fazer as retenções estipuladas. Como garantia subsidiária do contrato, o fornecedor assinará promissórias no valor correspondente ao débito contratual, principal e juros, com vencimentos que coincidirão com o contrato devidamente endossadas por proprietários de bens imóveis situados na região.

- 10) Amortização Os empréstimos serão resgatados nas seguintes bases: 25% do valor global, no ano em que a operação é realizada e 75% no ano imediato, sendo suspensas as retenções devidas, logo que sejam cobertos os valores correspondentes às parcelas de amortização fixadas nesta alínea.
- 11) Retenções As retenções para amortização do empréstimo serão feitas pelas usinas recebedoras, no valor de Cr\$ 5,00 por tonelada de cana fornecida no ano em que a operação é realizada e de Cr\$ 15,00 no ano subseqüente. Essa amortização se estenderá às safras seguintes, caso as importâncias retidas não sejam suficientes para a liquidação do débito, compreendendo principal e juros.
- 12) Nos Estados em que a prática indicar a conveniência de ficar a cargo das cooperativas tôdas as providências relativas ao financiamento, o Instituto concederá a essas entidades o crédito necessário para a promoção do financiamento em causa, observadas as normas gerais.
- a) Nesse caso, a cooperativa deverá resgatar o empréstimo, mediante o pagamento da importância correspondente a 25 por cento do valor total, no ano em que fôr realizada a operação, devendo ser integralizados, no ano imediato, os restantes 75%.
- 13) O crédito para o presente financiamento não deverá ser dispersado para fins estranhos à sua finalidade.
- 14) Em caso de inadimplemento, o I. A. A. suspenderá tôdas as transações de crédito com a parte, podendo ainda exigir a cobrança total e imediata das importâncias emprestadas.

ENTREGA DE PRODUTO

Concluídos os trabalhos de inscrição e preparação dos contratos, as SAP das DR. organizarão quadros gerais dos fertilizantes com a indicação das firmas vendedoras, quantidades, preços e teores dos produtos em causa.

- 2) Os quadros serão encaminhados à Inspetoria Técnica Regional ITR. -- acompanhados dos certificados de análises dos adubos apresentados pelas firmas vendedoras, bem como de amostras dêsse produtos.
- 3) Com base nesses quadros, as firmas vendedoras cientificarão à I.T.R. de que já tem em depósito os produtos constantes dos mesmos quadros e solicitando a competente análise. Feita a verificação pela I. T. R. serão expedidos os certificados de análises, nos quais se declarará os locais ou armazéns da firma vendedora onde se acham depositados os adubos que serão entregues aos plantadores de cana, mediante ordens expedidas pela DR. Periòdicamente, a I. T. R. procederá o contrôle das saídas e do estoque do produto depositado, procedendo também a novas análises, sempre que julgue necessárias ou a requerimento de interessados.
- 4) Nos Estados em que o I.A.A. não mantiver Inspetorias Técnicas Regionais, as análises a que se refere o ítem 3º do tópico II deverão ser solicitadas aos órgãos regionais do Ministério da Agricultura.
- 5) A firma vendedora que fizer entrega do produto em desacôrdo com as condições e teores indicados no certificado de análise, terá imediatamente suspensas as vendas contratadas, procedendo-se, igualmente, ao necessário reajustamento no preço das quantidades porventura entregues.
- 6) O I.A.A. reterá 10% do valor de cada fatura, até finalização das entregas de adubo. Se terminada a entrega não houver nenhuma contestação de discordância entre as fórmulas entregues aos fornecedores e as análises procedidas promover-se-á ao pagamento dos 10% retidos.»

No caso a que se refere o item I, tópico 12, estão enquadradas as Cooperativas dos Plantadores de Cana de Visconde do Rio Branco Ltda., Minas; a Cooperativa do Estado de São Paulo Ltda., Piracicaba; a Cooperativa dos Lavradores e Fornecedores de Cana de Igarapava, São Paulo, e o Banco dos Lavradores e Fornecedores de Cana de Açúcar do Estado do Rio de Janeiro.

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CANA DA BAHIA

EXPERIMENTO N° 12/53

ANALISE AOS 15 MÈSES REFERENTE A TRATAMENTO E TESTEMUNHA

0	após						
APLICAÇÃO	Zom 1 semana	mediato	semanas após	semanas após	semanas após	estemunha	
CED.	~	*	*		*	*	
PRO	면 면	*	*	*	*	*	
TO	Z.A.]	^	~	^	~	~	
MEN	а Т.С	*	*	*	*	*	
TRAT	Ervicid	*	*	*	. *	*	
PUREZA	90.30	90,30	90,20	90,40	90,10	80,90	
POL	18,19	17,51	18,02	18,23	18,32	18,19	
BRIX	20,3	18,9	19,4	19,4	19,9	20,3	
8 CANAS	Gramas	*	*	*	*	*	
PESO DE	16.660	15.900	16.400	14.540	15.360	14.240	
VARIEDADE	C. B. 36-24	C. B. 36-24	C. B. 36-24	C. B. 36-24	C. B. 36-24	C. B. 36-24	
	PESO DE 8 CANAS BRIX POL	FESO DE 8 CANAS BRIX POL PUREZA TRATAMENTO PROCED. 16.660 Gramas 20,3 18.19 90.30 Ervicida T.C.A. E. E. Cana Com	DESO DE 8 CANAS BRIX OL PUREZA TRATAMENTO PROCED. 16.660 Gramas 20,3 18,19 90,30 Ervicida T.C.A. E. E. Cana 15.900 » 18,9 17,51 90,30 »	FESO DE 8 CANAS BRIX POL PUREZA TRATAMENTO PROCED. 16.660 Gramas 20,3 18,19 90,30 Ervicida T.C.A. E. F. Cana 15.900 » 18,9 17,51 90,30 » » » » 16.400 » 19,4 18,02 90,20 » » » »	FESO DE 8 CANAS BRIX POL PUREZA TRATAMENTO PROCED. 16.660 Gramas 20,3 18.19 90.30 Ervicida T.C.A. E. F. Cana 15.900 » 18,9 17,51 90,30 » » » » » 16.400 » 19,4 18,02 90,20 » » » » » » 14.540 » 19,4 18,23 90,40 » » » » »	FESO DE 8 CANAS BRIX POL PUREZA TRATAMENTO PROCED. 16.660 Gramas 20,3 18.19 90.30 Ervicida T.C.A. E. F. Cana 15.900 % 18,9 17,51 90,30 % % % % % 19,4 18,02 90,20 % % % % 14.540 % 19,4 18,23 90,40 % % % % 19,4 18,23 90,40 % % % % % 15.360 % 19,9 18,32 90,10 % % % % % %	3 PESO DE 8 CANAS BRIX POL PUREZA TRATAMENTO PROCED. 16.660 Gramas 20,3 18,19 90,30 x x x x 15.900 x 18,15 90,30 x

Resultado das análises de um experimento preliminar de Ervicida T.C.A. com o objetivo de venos canaviais, em plantios rificar a eficiência do Tricloroacetato de sódio no contrôle de gramíneas recentes, determinando a tolerância da cana ao ervicida.

Jacuipe, 1° de outubro de 1954.

GUILARDO SIMAS PEREIRA

JUNHO, 1955

Encarregado da Estação

HEITOR FAMIANO COSTA
Químico da Estação Experimental de Canada Babia

MERCADO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR

INFORMAÇÕES DE M. GOLODETZ

Em carta de 10 de junho, M. Colodetz & Co. de Nova York, nos informam que o Conselho Internacional do Açúcar se reuniu em Londres no comêço do mês. O Conselho tomou conhecimento de uma estimativa revista das necessidades do mercado livre em 1955, feita pelo seu Comité Estatístico, cujo total é de Cr\$ 4.650.000 toneladas métricas. O Conselho foi informado pelo Brasil que êste país não ratificará o Acôrdo Açucareiro, não devendo, portanto, ser considerado participante dêsse Acôrdo. Considerando o Conselho que certos países exportadores não estarão capacitados a usar efetivamente tôdas ou partes das quotas, decidia, pois, redistribuí-las, num total de 372.000 tonel 1das métricas, do qual Cuba recebeu 192.936 toneladas; São Domingos, 38.116; China, 38.116; Tchecoslováquia, 42.700; Polônia, 28.976; México, 4.765; Bélgica, 3.176; Haiti, 2.859; Hungria, 2.540, e Filipinas, 1.588. O Conselho decidiu também desobrigar os países participantes exportadores, com quota básica de exportação superior a 75.000 toneladas, do compromisso de não exportar mais de 80% de suas quotas iniciais antes de 31 de agôsto do corrente ano. A próxima reunião do Conselho terá lagar a 20 de setembro próximo.

A redistribuição das quotas possibilitou Cuba completar as negociações pendentes com a Rússia, para uma venda adicional de açúcar refinado. De acôrdo com informações obtidas na semana desta correspondência, o Instituto Cubano do Açúcar vendeu à Rússia 120.000 toneladas a US\$ 4,25 menos 1/2 F.O.B., metade embalada em sacos de algodão e metade em sacos de juta, para embarque no período junho/julho. Os refinadores cubanos receberão quantidade correspondente de açúcar bruto do Instituto a 3.12 menos um por cento, o que estabelece uma margem alfandegária de 110 pontos para o açúcar embalado em sacos de algodão e 105 pontos para o embalado em sacos de juta. Para entrega aos refinadores, o Instituto utilizará o produto do atual saldo da quota da rubrica "Reserva Voluntíria", o que a exaurirá totalmente. As únicas quotas cubanas não liberadas, remanescentes da safra de 1955, são, presentemente, a quota de "Reserva Compulsória", de 218.362 toneladas, que se transformará automàticamente na quota mundial livre em 19 de janeiro do ano próximo, a quota "Financiada" de 350.000 toneladas, para embarque aos Estados Unidos em 1955, e a "Quota Americana Retida", de 498.490 toneladas, que estará livre para exportação aos Estados Unidos a partir de 1º de janeiro, a menos que o produto seja necessitado antes dessa data pelo aumento de consumo nos Estados Unidos. Segundo um levantamento oficial em 31 de maio, até agora Cuba vendeu 1.418.648 tons. para embarque aos mercados não-estadunidenses em 1955.

A decisão da Conferência de Londres provocou uma tendência um tanto baixista no mercado. Excetuando-se a venda à Rússia, não houve vendas substanciais no mercado internacional na quinzena anterior à data desta carta. O Ceilão adquiriu 7.000 toneladas de açúcares cristais brasileiros a £ 53 pot tonelada longa F.O.B. Brasil. O Líbano comprou 2.700 toneladas do produto bruto cubano à base de US\$ 3,38 e o Peru vendeu 1.500 toneladas de açúcar bruto à Alemanha a 72,50 por tonelada métrica F.O.B.

A retirada do Brasil do Acôrdo Internacional do Açúcar foi motivada pela crescente discrepância entre a produção doméstica e o consumo. Na realidade, o Brasil vendeu êste ano cêrca de 400.000 toneladas, contra uma quota de 150.000. A posição estatística do Brasil é a seguinte: a produção de 1954/55 atingiu a 2.100.000 toneladas métricas, cifra que é 6% superior à safra anterior e 16% superior à de 1952/53. O consumo previsto para o corrente ano, primeiramente estabelecido em 1.900.000 toneladas métricas, foi agora reduzido para 1.800.000 toneladas, contra 1.770.000 consumidas no ano anterior.

A safra de 1954/55 em Formosa foi agora oficialmente fixada em 732.000 toneladas, das quais 300.000 foram produzidas na forma de açúcar bruto.

Informações da Índia revelam que os fornecimentos totais, nesta temporada, serão de 2.200.000 toneladas, contra 1.870.000 na safra de 1953/54. O consumo, provàvelmente, não excederá 1.500.000 toneladas, contra 1.800.000 em 1953/54. Nesta base, o excedente ao fim de outubro deverá ser não inferior a 600.000 toneladas. Esses estoques poderão causar transtornos, principalmente se a produção doméstica de 1955/56 fôr a mesma da presente safra, isto é, 1.500.000 toneladas.

O relatório do comité de técnicos indianos, formado pelo Conselho de Expansão do açúcar para indicar as medidas a serem adotadas no sentido do

CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

ALGÉRIA

Em 1953, numa área de 3.786 hectares, foram colhidas 24.905 toneladas de beterrabas, das quais foram obtidos 11.000 e 2.500 hectolitros de álcool, respectivamente, nas destilarias de Malakoff e Mercier-Lacombe, segundo divulga "Hautes Estudes Econemiques". Além disso, a fábrica de açúcar anexa à destilaria Mercier-Lacombe produziu 1.300 toneladas de açúcar, na sua primeira campanha durante o ano de 1953.

AUSTRÁLIA

Dados fornecidos pelo Internacional Sugar Council, a Austrália exportou, em setembro de 1954, 99.831 toneladas de açúcar. Dêsse volume, a Grã Bietanha recebeu 59.421 toneladas; o Canadá, 19.223; Nova Zelândia, 4.907 e outros países, 16.280.

CHINA

Segundo o Serviço Informativo de F. O. Licht, a produção de beterrabas para a fabricação de açúcar, na China, deverá ser duplicada já nos próximos anos,

FILIPINAS

De acôrdo com as últimas estimativas da Associação Açucareira das Filipinas, a safra 1954/55 deverá atingir 1.404.514 toneladas curtas de açúcar.

ILHAS MAURÍCIO

As Ilhas Maurício exportaram, na safra 1954/55, até 28 de fevereiro do corrente ano, 453.589 toneladas métricas de açúcar — informa o "Mauritius Sugar News Bulletin". As exportações se destinaram para: Reino Unido, 340.314 toneladas métricas; Canadá, 85.131; Ceilão, 28.144. Aquela data, o; estoques montavam a 30.722 toneladas. Acrescenta a notícia que a estiagem em dezembro, janeiro e primeira quinzena de fevereiro afetou o crescimento das canas e poderá influir no resultado da safra de 1955. Nos fins de fevereiro um ciclone, seguido de chuvas pesadas, varreu as ilhas, causando algum dano aos canaviais.

INDIA

No comêço dêste ano, o novo Ministro da Alimentação e Agricultura declarou que o Govêrno da Índia estava ansioso por reduzir as importações e, dêsse modo, evitar a concorrência estrangeira — de acôrdo com o "Indian Sugar". Esperava que, nos próximos três anos, a produção local pudesse ser aumentada de 450.00 toneladas. O presidente da "Deccan Sugar Factories Association", por sua vez, afirmou que, êste ano, a indústria açucareira da India poderia apresentar um considerável excedente de safra de 500.000 toneladas de açúcar branco, contra o excedente normal de 200.000 toneladas. E acrescentou: "Ninguém deverá se surpreender se a produção de açúcar, êste ano, atingir 1.400.000 toneladas, que somadas às 100.000 toneladas de açú-

melhorar a produção açucareira pelo deslocamento ou reabilitação das usinas desvaforàvelmente localizadas ou paralisadas devido ao fornecimento inadequado de cana, indica que pelo menos 20 das 157 usinas açucareiras existentes são consideradas mal localizadas e 16 estão paralisadas. Outra decisão importante tomada pelo Conselho de Expansão foi a criação de um Comité encarregado de formular um programa de expansão para a indústria açucareira no segundo Plano Qüinqüenal. Devemos lembrar que na última reunião do Conselho, realizada em 5 de dezembro de 1954, recomendou-se atingir a um ní-

vel de produção de 2,25 milhões de toneladas, a ser conseguido mediante a elevação da capacidade instalada de 2,0 para 2,5 milhões de toneladas.

Segundo informação proveniente de Washington, o govêrno se inclina para uma mudança na Lei Açucareira, pela qual aos produtores domésticos seriam dados 55% do aumento de consumo na quota e aos produtores estrangeiros 45%. Recomenda a administração federal americana a adoção de uma nova Lei, neste ano, a vigorar de 1956 a 1962, com um dispositivo especial que garanta aos interêsses domésticos um aumento de 100.000 toneladas.

car khandsari darão um total de 1.500.000 toneladas. O consumo total não deverá exceder de 1.800.000 toneladas e a diferença de 300.000 toneladas entre a produção e o consumo poderia ser coberta pela importação. Acreditamos que o Govêrno pretenda importar, em 1955, cêrca de 800.000 toneladas de açúcar, de maneira a permitir a existência de um saldo de 500.000 toneladas no fim do ano.

JAMAICA

A produção de açúcar na Jamaica vai ser racionada — informa o boletim de F. O. Licht. O Govêrno determinou uma redução de 12,5 por cento, a ser aplicada à próxima safra. Tomando por base a última estimativa da safra do ano passado, de 369.150 toneladas, a redução deverá ser da ordem de pouco mais de 46.000 toneladas, limitando assim a produção da próxima safra a cêrca de 323 mil toneladas. A quota atual estabelecida pelo "Commonwealth Sugar Agreement" é de 276.000 toneladas.

JAPÃO

O orçamento para o ano fiscal de abril de 1955 a março de 1956 prevê importações de açúcar no total de 850.000 toneladas, cujas procedências seriam as seguintes: Taiwan, 350.000; Indonésia, 210 mil; Cuba, 150.000; Brasil, 60.000; e outros países, principalmente Austrália e Filipinas, 80.000 toneladas.

As vendas no mercado interno, durante o ano de 1954, somaram 1.063.431 toneladas métricas, contra 1.083.036 consumidas no ano anterior — segundo o "Daiichi Bussan Kaisha". No mês de janeiro de 1955 foram beneficiadas 85.396 toneladas métricas de açúcar bruto.

MÉXICO

Noticia o "Boletim Azucarero Mexicano" que o diretor do Banco Nacional de Comércio Exterior. do México, Sr. R. J. Zebada, reivindicou uma quota maior de exportação de açúcar para os Estados Unidos. A quota atual, relativa ao ano de 1955, é de apenas 11.445 toneladas, além de uma quota de cêrca de 60.000 toneladas atribuída ao México pelo Acôrdo Internacional do Açúcar. Dessa forma, o total de exportações pode exceder de 71.000 toneladas. Para 1954/55, a produção de açúcar, no momento, é estimada em 910.000 toneladas métri-

cas, na maior parte de refinados, contra aproxima damente 830.000 toneladas produzidas em 1953/51. Prevê-se que em 1956, a produção se eleve a 950 mil toneladas. Por outro lado, o consumo em 1954 fui da ordem de 735.000 toneladas métricas, na maior parte de refinados, contra 678.000 toneladas consumidas no ano anterior. Em relação a 1955, rode-se estimar o consumo em 780,000 toneladas. Essas circunstâncias deixam o México com um excedente exportável, em 1955, de 150.000 toneladas Na justificação de seu pleito, para o aumento da quota de exportação para o mercado norte-americano, o Sr. Zebada acentua que, depois do Canadá e do Japão, o México é o maior consumidor de produtos dos Estados Unidos. Por isso, considera in insta a quota de apenas 11.000 toneladas fixada para o seu país.

Em sua edição de fevereiro, o "Boletin Azucarero Mexicano" afirma que o comêço do cerrente ano os estoques atingiam a 228.000 toneladas. No caso da delegação mexicana, que presentemente se encontra em negociações em Washington, não conseguir um aumento considerável da quella de expoi tação do México para os Estados Unidos, estoques de cêrca de 338.000 toneladas de açúcar teriam de ser transferidas para 1956. Tal situação poderia resultar numa crise para economia açucareira mexicana, fazendo entrever o possível fechamento de quinze usinas. Além disso, se tal acontecesse, tornaria difícil para o México a manutenção de seus acôrdos internacionais.

PERU

Dados publicados pelo boletim informativo do F. O. Licht revelam que o Peru produziu. em 1954, 610.696 toneladas de açúcar bruto, das quais 185.730 toneladas foram absorvidas pelo mercado interno, num consumo médio de 22,8 quilos per capita, c exportadas 423.178 toneladas, contra 400.393 exportadas em 1953, 300.007 em 1952 e 260.998 em 1951.

A produção para 1955 é calculada em 611.000 toneladas métricas.

PORTUGAL

No período de setembro de 1953 a agôsto de 1954 — informa F. O. Licht — Portugal consumiu 119.703 toneladas de açúcar, contra 114.260 e 104.702 toneladas consumidas em iguais períodos precedentes. As importações, nos últimos anos têm sido as seguintes: 1953/54, 105.698; 1952/53, 121.430; 1951/52, 121.722 toneladas métricas.

A CANA Q 50 TORNA-SE A PRIMEIRA NA AUSTRÁLIA

Informa "The Australian Sugar Journal", de 15 de dezembro de 1954, que o Sr. J. H. Bugacott, técnico em genética, a propósito de variedades, segundo as estatísticas, disse que houve apreciável aumento de tonelagem de cana produzida em todos os distritos, elevando-se o total da safra de 1953 a 27,8% mais do que o de 1952. A safra do norte de Townsville atingiu apenas 7,8%, mas nos distritos de Mackay e Bundaberg o aumento excedeu a 50%.

O aumento, em parte, se deveu a maiores áreas cultivadas, contribuindo também para isso a boa estação nos distritos do sul e do centro.

Pela primeira vez a Q.50 ganhou o lugar de primeira variedade, deslocando a Trojan, à qual cabia essa honra havia já três anos sucessivos. A vitória foi particularmente meritória porque representou 27% de tôda a safra do Estado, por sua vez 7% melhor do que a do ano anterior, enquanto a Trojan recuava a 18%, uns 5% menos do que no ano antecedente.

Produzindo 2.405.069 toneladas, a cana Q.50 foi a primeira variedade em Queensland a exceder 2.000.000 de toneladas, com 800.000 toneladas acima da sua rival mais próxima. O aumento da Q.59 verificou-se em tôdas as partes do Estado, com exceção do Distrito de Burdekin. A maior parte da colheita foi naturalmente nos distritos centrais de Proserpine e Mackay, onde alcançou 80% do total. Atingindo 16,7% da safra do distrito de Bundaberg, aí se tornou também a maior variedade, e em certo sentido está deslocando a C.P.29/116.

A Trojan caíu de popularidade no norte de Townsville, passando de 30% a 24% da safra. Um pequeno aumento ocorreu em Burdakin, onde representou a alta cifra de 59% da colheita total. Parece que em 1954 a popularidade da Pindar no distrito de Burdakin afetará a posição da Trojan. Em nenhuma parte de Queensland a Trojan é importante, representando menos de 2% da colheita de Mackay e menos de 1% da de Bundaberg.

A Cana Pinder, apesar de manter ainda a terceira posição, que alcançou em 1952, fêz novo desenvolvimento em tonelagem e aumentou de 15 a 17% em relação à safra total. Está agora com menos de 1% atrás da Trojan e parece certo que descolocará esta variedade, para ganhar a segunda posição em 1954. A colheita dessa referida cana excedeu a milhão e meio de toneladas. Dessa forma,

três variedades excederam aquêles algarismos pela primeira vez na história dêsse Estado.

PRIMEIRA VARIEDADE

Na história dêsse Estado também pela primeira vez quatro variedades produziram mais de 1 milhão de toneladas cada uma. A quarta delas foi a C.P.29/116, a qual, graças à excelente safra de Bundaberg, representou 11,7% do total da safra de todo o Estado — cêrca de 2% a mais em relação à do ano anterior. Resta saber se essa variedade irá propagar-se no distrito de Mackay, onde continua, ou se a popularidade da Q.50 em Bundaberg, em grande parte às suas expensas, contrabalançará a extensão de terra que ela ocupa em Mackay.

A BADILA CAI DE POPULARIDADE

A cana Badila, sempre atrás, mais uma vez foi deslocada, passando de quarta à quinta posição. Sua tonelagem decresceu em todos os distritos onde é cultivada, exceto Proserpina e Mackay, onde prâticamente produziu a mesma tonelagem do ano anterior. Entretanto, ela não é importante nesses distritos. Não obstante, muitos plantadores tentarem de vez em quando voltar à Badila, logo recorrem às híbridas mais produtivas. Representando em 1953 apenas 9% do total da safra do Estado e 6% do de Burdekin, ela é importante sômente no norte de Townsville, onde contribuíu com 23% da safra e permanece a terceira entre as importantes variedades.

Depois da Badila nenhuma outra variedade alcançou 3% do total da safra. A Comus conservou a sexta posição, e é cultivada principalmente no distrito de Burdekin e no norte de Townsville. A Q.28 e a Q.47 deslocaram a Q.44 do sétimo lugar, reflexo provàvelmente das boas colheitas dos distritos do centro e do sul, pois a Q.28 caíu 1,4% em Mackay, enquanto a Q.47 caía quase 1% em Bundaberg e a Q.44 caía na mesma proporção no extremo norte. A Eron revelou ligeiro avanço de posição, ao passo que a S.J.16 e a Q.49 recuava um pouco. Das novas que figuram na lista aprovada, a Vidor e a Q.55 subiram em escala para representar a 0,3% da colheita, enquanto Regnar representa 0,1%.

Mais uma vez houve acréscimo na percentagem das variedades em Queensland, de 75,4% do total em 1952 a 77,4% em 1953.

Com a larga propagação das Q.56, Q.57, Q.58,

PESQUISAS CANAVIEIRAS NA E. E. A. DA LOUISIANA

O Sr. Lawrence George, diretor das publicações da Estação Experimental da Louisiana, em artigo inserto no «Sugar Journal», faz uma resenha das atividades daquele centro experimental durante o ano passado. Essas atividades compreenderam experiências sôbre contrôle químico das ervas daninhas, hibridação, drenagem, adubação e combate aos insetos. Destacamos a seguir, dêste trabalho, a parte que trata do programa de hibridação, pois apresenta pontos de muito interêsse para o cultivador brasileiro.

Os fazendeiros da Louisiana — diz o articulista — dispõe de boas e desenvolvidas variedades canaviciras, como resultado de um programa de hibridação iniciado pelo Departamento de Patologia Vegetal da Estação Experimental, num local estabelecido há cinco anos passados em Grand Iale, na Louisiana. Antigamente, a indústria local se baseava principalmente na Estação Federal, em Canal Point, na Flórida, para fonte de novas variedades.

O Dr. S. J. P. Chilton, chefe do Departamento de Patologia Vegetal, e seus colaboradores desenvolveram técnicas em seus trabalhos em Grand Isle que os possibilitam realizar cruzamentos e lá produzir genuina semente de cana. As sementes que provêm de Grand Isle são plantadas na estufa na estação principal, em Baton Rouge. O Departamento continua, além disso, num trabalho cooperativo no setor da hibridação com a estação de Canal Point.

No ano passado, 48.000 novos «seedings», representando cada um, em potencial, uma nova variedade, foram transferidos

para o campo da Estação Experimental em Baton Rouge para observação. Cêrca de 20.000 dêsses, foram de cruzamentos feitos em Grand Isle e o resto de Canal Point. Ao todo, cêrca de 128.000 novos «seedlings» das duas localidades foram enviados ao campo em Baton Rouge nos últimos quatro anos. Dêste total, cêrca de mil canas foram selecionadas para observação posterior.

A evolução dos métodos de hibridação da cana de açúcar em Grand Isle assegura para a industria da Louisiana uma fonte adicional de variedades da planta, no caso de se verificar alguma circunstância desfavorável em Canal Point. Outra vantagem de Grand Isle, na opinião do Dr. Chilton, está no fato de que as combinações (cruzamentos), podem ser feitas lá, o que até agora não foi possível em Canal Point. Isto, diz êle, se deve a duas eoisas: 1) as temperaturas mais altas, necessárias à produção de pólen, no caso de certas variedades, e obteníveis na estufa de Grand Isle, e 2) as indicações verificadas de que sob as condições reinantes em Grand Isle, e com as técnicas empregadas, as variedades que florescem prematura ou tardiamente tendem a fazê-lo com mais simultâneidade do que em Canal Point.

Além do trabalho de hibridação e contrôle químico das ervas daninhas, outras pesquisas do Departamento de Patologia Vegetal incluiram estudos da microflora do solo e seu efeito sôbre o apodrecimento da raíz, teste de variedades para a resistência à podridão vermelha, os efeitos dos ervici-

Q.59, Castor, Luna e Vidor, que se retiveram de modo que apenas os estoques livres da murcha da soca fóssem liberados, haverá aumento certo na percentagem das variedades cultivadas em Queensland. O declínio da Badila é bem claro, e parece que é apenas questão de tempo para aparecer outra cana, que já se cultiva, com as características da C.P.29/116, substituindo-a. Recente cana aproveitada da

India, a Co.475, que, em vista de sua alta capacidade produtiva, poderia assumir importância comercial em Queensland, sucumbiu sob a ação da podridão vermelha, e é duvidoso que a N.CO.310, cana sulafricana que poderia se tornar popular como varicdade menor, em vista do seu pronto amadurecimento, venha dar qualquer aumento significativo à safra do Estado.

das na microflora do solo, a hereditariedade da resistência ao virus do mosáico e ao fungo da podridão vermelha na cana de açúcar, o efeito dos agentes químicos na germinação da cana, o tratamento da semente de cana para reduzir o apodrecimento dos roletes e aumentar os rendimentos, a avaliação da resistência à fitofora nas variedades de cana, e a possível recuperação dos «seedlings» infectados com o vírus do mosáico, após o crescimento.

No capítulo da adubação, o Sr. Lawrence George expõe algumas das perguntas e as respectivas respostas que couberam ao Departamento de Colheitas e Solo da Estação Experimental da Louisiana. E os temas são os seguintes: quais as combinações e quantidades mais aproveitáveis de adubos nos vários tipos de solo da área canavieira da Louisiana? A cana de açúcar reage ao aumento de magnésio? É melhor aplicar à cana de açúcar o nitrogênio todo de uma vez ou fazer essas aplicações por partes? Qual dos dois tipos de nitrogênio proporciona maior rendimento canavieiro: o sólido ou o líquido?

Doze experiências em adubação de cana foram levadas a efeito por êsse Departamento em vários estágios do tratamento da cana, em 1952. Os experimentos foram localizados em terrenos argilosos, em outros de argila arenosa, de argila limosa, em terra franca de argila, em suma em vários tipos de terreno para estudo das devidas reações Três dessas experiências foram feitas com cana planta e nove com restolhos. Duas das experiências foram com nitrogênio sólido e as outras com nitrogênio líquido ou combinado com sólido.

Os resultados dêsses testes no ano passado, de um modo geral se compararam aos obtidos em anos anteriores. O nitrogênio se mostrou ainda o elemento fertilizante de maior importância na cana de açúcar, concluindo-se de modo geral que, sob condições favoráveis de crescimento, cêrca de uma tonelada a mais no rendimento pode ser obtida com aplicação de cada seis libras de nitrogênio comercial. A quantidade de nitrogênio é mais importante do que a fonte de que se origina. Como ficou demonstrado

em outros anos, o magnésio não produz efeito no aumento do rendimento canavieiro, seja no crescimento da planta, seja nos rendimentos açucareiros. Comparando-se com os resultados dos anos passados, quando as mesmas quantidades de adubos foram usadas, mas sem magnésio, nada mudou.

Com base nos resultados das experiências de 1952 e dos anos anteriores, os titulares do Departamento de Solos e Colheitas fizeram as seguintes recomendações a respeito de adubação da cana:

«Em tôda plantação, exceto nos casos em que grandes colheitas de legumes tenham sido feitas no local anteriormente, use pelo menos quarenta a sessenta libras de nitrogênio. Nos locais em que o pêso verde dos legumes antes plantados tenha totalizado nove a dez toneladas por acre, não é necessário adubar a plantação de cana.

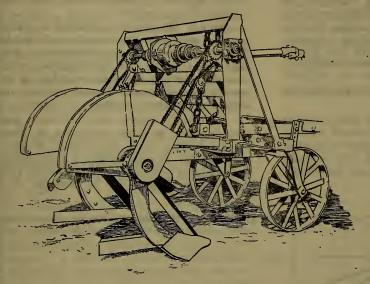
Nos restolhos, em solos de pesada aluvião, aplique oitenta a cem libras de nitrogênio. Onde existem conhecidas deficiências de fósforo e potássio, comum nos solos arenosos e limosos, vinte e cinco a quarenta libras de P₂O₅ e quarenta a sessenta libras de K₂O devem ser aplicadas, além do nitrogênio. Em alguns casos a alimentação da planta pode ser suprida pela aplicação de quinhentas libras de 6-8-12 por acre suplementadas com cinqüenta a setenta libras de nitrogênio, sólido ou líquido.

Em solos de composição leve devem ser aplicadas oitenta a cem libras de nitrogênio, vinte e cinco a quarenta libras de P₂O₅ e quarenta a sessenta libras de K₂O.

O nitrogênio pode ser obtido de qualquer material comumente disponível, sólido ou líquido. Quando se usa amônia anídrida para fornecer nitrogênio, os minerais podem ser aplicados antes ou durante a operação por meio de tremonhas montadas nos lados do trator. A prática das aplicações parceladas de nitrogênio à cana em solos de composição média a ligeira, é boa, quando se empregam oitenta ou mais libras. A metade do nitrogênio pode ser aplicada a quatro polegadas de profundidade na última implantação. Amônia e outros condutores de nitrogênio altamente solúveis são especialmente adaptáveis a tais práticas.»

MÁQUINAS MODERNAS para

CULTURA DE CANA



CULTIVADOR DE CANA

' WILLIAM''

com cortador de palhiço

CEIFADEIRA DE CANA



Representantes: SOCIEDADE IMPORTADORA DE EQUIPAMENTO LTDA.

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 39 - 14.° AND. - S. 1408 - TELS. 32-8209 - 52-2784

SÔBRE O FATOR DE SEGURANÇA

Edísio Gomes de Matos

Avança a tecnologia, arrastada pelo progresso constante das ciências e dirigida por mãos firmes de hábeis trabalhadores que buscam, por tôda a parte do Globo, facilitar as atividades humanas. As vêzes, uma simples observação, aparentemente sem importância, vem, entretanto, solver magnificamente problemas seculares.

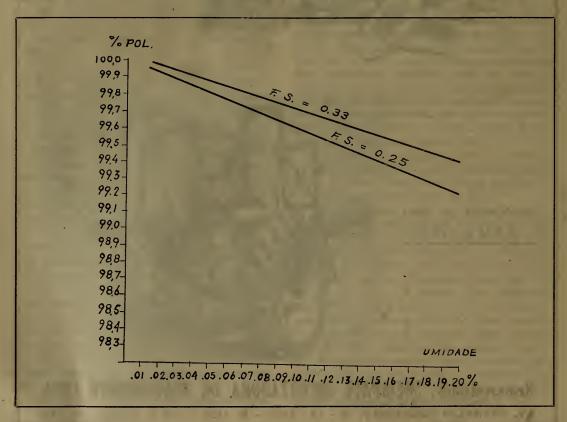
É assim em quase tôdas as ramificações da atividade racional.

O «Fator de Segurança», por exemplo, constitui precaução usual na grande maioria dos trabalhos com que se ocupa a humanidade. E se reveste, em cada caso especial, de características próprias, bem definidas e, não raro, singulares.

Aqui, trataremos dêste «Fator de Segurança» aplicado à indústria açucareira ou, melhor dito, ao açúcar.

Muitas dificuldades aparecem na fabricação e manuseio dêsse produto, dificuldades que, entretanto, paulatinamente vêm sendo contornadas por tecnologistas avisados, cujos esforços são empregados na redenção das intrincadas proposições que, periòdicamente, lhes assediam os ânimos.

No entanto, alguns dos embaraços com que, às vêzes, se vêem envolvidos os técnicos açucareiros ainda não foram, de todo, solucionados. E entre êstes é a deterioração dos produtos elaborados a causa menos rara de prejuízos àqueles que se dedicam — c



no Brasil são muitos.— a esta quase sempre Iucrativa emprêsa,

Variados são, como se sabe, os motivos que levam o principal produto derivado da cana-de-açúcar a se perder, mas avulta, entre todos êstes, a ação destruidora da unidade, pois, sendo a sacarose um material higroscópico, qualquer manifestação eventual da água hidrolizará o açúcar, decompondo-o e dando, como resultado, uma mistura de dois conhecidos monossacarídeos: o açúcar invertido. Daqui à fermentação é apenas questão de tempo que o grande número de enzimas, afora os microorganismos existentes no ar, gastam para deteriorar o produto.

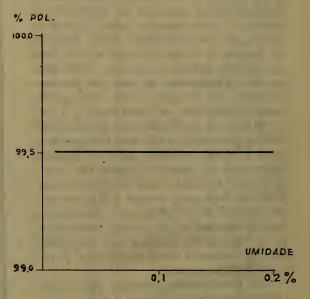
Tal fato, porém, em tôda maneira aborrecido, poderá, segundo nos parece, ser previsto com a antecedência bastante que permita seja utilizado algum meio capaz de evitar o dano. E a precaução se resume na determinação periòdica do «Fator de Segurança» cujo mecanismo, de manejo simples, não acarretará nenhuma despesa extra, nem maiores trabalhos, pois que se limita a uns poucos — e fáceis — cálculos aritméticos. Com efeito, conhece-se como Fator de Segurança para o contrôle de armazenagem dos açúcares, a relação — """, cuja expres-

são indica o grau de umidade máxima permissível para que um produto de qualquer tipo ou qualidades, permaneça inalterável. Os vários tratados de tecnologia do açúcar que consultados nos forneceram os dados com os quais pudemos concluir por a possível adoção de alguns «números-limite», assim considerados os números mais elevados, permissíveis no Brasil, para que se atenda às exigências do referido Fator de Segurança. Desta forma, e após ponderar cuidadosamente o trabalho de vários outros autores, chegamos à conclusão de que devem ser os seguintes os têrmos tolerados:

- 1) Para açúcares puros, isto é, aquêles cuja Pol seja superior a 99,5, o Fator de Segurança não deve superar a casa dos 0,33;
- 2) Para os produtos de qualidade inferior àqueles, o limite só poderá ser, no máximo, igual a 0,25.

Oportuno será, todavia, esclarecer que um açúcar qualquer, cujo F. S. se situe entre 0,25 e 0,33, conquanto não apresente as características da deterioração está, entretanto, dentro da chamada «zona perigosa». Assim, e à guiza de ilustração, representaremos, com os gráficos abaixo, as equações da hidrólise do açúcar e as das retas determinadas pelos pontos que marcam os limites máximos da segurança:

Diligenciando maiores facilidades no emprêgo da mencionada relação, elaboramos, na Inspetoria Técnica Regional de São



Paulo, uma tabela subscrita também pelo químico Aloísio Viana Lopes, tendente a facilitar o manejo, já por si simples, do Fator de Segurança. Nesta tabela fizemos variar, de modo constante, a Pol e a umidade, possibilitando-se, assim, a rápida leitura do fator para cada caso de graduação polarimétrica e teor de umidade, pois que o ponto da intersecção dêsses valores é o próprio Fator de Segurança.

E, no relatório com o qual encaminhamos dito trabalho aos órgãos técnicos superiores do Instituto do Açúcar e do Álcool, sugerimos a adoção, oficialmente, do referido instrumento de contrôle, sobretudo nos casos de exportação, cuja responsabilidade tem sido cometida, quase sempre, às Delegacias Regionais que, todavia, tal fato nunca levaram em conta. Ao contrário, até, parece sempre ter sido norma, nesses serviços, para tal efeito, a exigência apenas de dois únicos requisitos: o de um limite para a Pol e outro para a umidade.

Desta maneira e sem pretendermos exagerar, acreditamos que vinha o Instituto, por seus órgãos especializados (mas talvez inocentemente), laborando em êrro, de vez que a adocão de um limite máximo para a umidade, como garantia da qualidade do açúcar, é recomendação assás temerária, porquanto êsse constituinte quase habitual do «sugar» — e nisto estamos acordes com os melhores autores, no assunto — deve sempre ser proporcional ao teor em sacarose existente no produto. Por conseguinte, quando, nos casos de exportação, o I.A.A. estabelecia em suas instruções um grau mínimo de polarização (99,5 para açúcares cristais) e outro, máximo, para a umidade (0,2% para os acúcares cristais) em verdade estava tolerando uma substância, cujo Fator de Segurança atingia a 0,4, ou seja, um açúcar já, teòricamente, deteriorado. Acresca-se a isso o fato de que, normalmente, as exportações se fazem por via marítima e perceber-se-á como recrudesce a, já por si, melindrosa situação.

Os fatos aludidos, mais os que se verificaram quando ombreamos a responsabilidade das análises de açúcar recentemente embarcados no Pôrto de Santos, com destino ao estrangeiro, levaram-nos à elaboração da já referida tabela, bem como a dêste artigo. Que não seja, pois, êste nosso trabalho visto com pretensões catedráticas que não cultivamos, já que o assunto não constitui novidade e, ao contrário, «é centenário como a própria velhice». Moveu-nos, isto sim, o desejo cada vez mais acentuado de oferecer a melhor de nossas colaborações para com a Instituição que, afinal de contas é, o nosso próprio «Fator de Segurança».

USINEIROS!

*

Aproveitem bem todos os seus subprodutos. Com pequena aparelhagem suplementar, já integralmente reembolsada na primeira safra, V. S. poderá recuperar, na sua destilaria de álcool, o

= ÓLEO FÚZEL =

à razão de 3 por mil da sua produção de álcool.

Ofereça-o à

RHODIA

Caixa Postal 1329 SÃO PAULO, SP

*

A Rhodia compra sempre todo o Óleo Fúzel produzido e paga bom preço.

AGÊNCIAS:

São Paulo — Rua Líbero Badaró, 119

Rio - Rua Buenos, Aires, 100

Recife - Av. Dantas Barreto, 564-4.º S/ 401 a 406

Pôrto Alegre - Rua Duque de Caxias, 1515

Belo Horizonte - Av. Paraná, 54

Salvador - Rua da Argentina, 1-3.º

PRODUÇÃO E CONSUMO DE AÇÚCAR

TOTAIS DO BRASIL

POSIÇÃO EM 31 DE MAIO UNIDADE: SACODE 60 QUILOS

Estoque inicial
6.758.131 4.841.845 6.073.756
3.662.762
4.091.409
2.623.032
1
14.047.887
10.347.153
9.844.988

NOTAS: As oscilações anormais que se observam quanto ao consumo mensal aparente, têm sua origem nas quantidades de açucar em trânsico de uma localidade para outra, parcelas essas não consignadas nos estoques. Porém, dado que, para o cálculo do consumo mensal, o estoque utilizado no final de um período é o mesmo para o imediato, essas falhas ficam anuladas. (1) — inclusive 116.582 sacos remanescentes da safra 1953/54, produzidos de junho a agôsto de 1954 (2) — " 67.092 " " 1952/53, " " 1953 (3) — " 64.685 " " " 1951/52, " " 1957

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR

TIPOS DE USINA — SAFRA 1954/55

POSIÇÃO EM 31 DE MAIO DE 1955

UNIDADE: SACO DE 60 QUILOS

		PRODUÇÃO	
UNIDADES FEDERADAS	Estimada	. Realizada	A realizar
NORTE	15.623.231	15.041.621	581.610
Guaporé Acre Amazonas Rio Branco	= =	_ _ _	
Pará Amapá Maranhão	2.000. · - 7.000	1.291 — 6.011	709 — 989
Piauí Ceará Rio Grande do Norte Paraíba		29.310 201.776 493.145	
Pernambuco Alagoas Fernando de Noronha	10.000.000 2.950.000 —	9.515.755 2.923.858 —	484.245 26.142 —
Sergipe	790.000 1.150.000	785.089 1.085.386	4.911 64.614
SUL Minas Gerais	20.380.969 1.591.876 *	20.374.136	6.833
Espírito Santo ! Rio de Janeiro ! Distrito Federal	101.848 4.668.937	101.848 4668.937	
São Paulo	13.167.944 672.656 124.208	13.167.944 672.656 124.208	· = /
Mato Grosso	23.500 30.000	22.997 23.670	503 6.330
BRASIL	36004200	35.415.757	588.443

NOTAS — I. Os dados de estimativa da produção constantes do quadro acima, estão sujeitos a atualizações periódicas, oriundas de revisões procedidas na estimativa inicial, com base em informações recentes. II, A produção do Estado de São Paulo retifica a que divulgamos a partir de fevereiro último.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR

TPOS DE USINA — SAFRAS DE 1952/53 — 1954/

UNIDADE: SACO DE 60 QUILOS

THE THE PETER ALAC	TOTAIS PO (Posi	TOTAIS POR UNIDADE FEDERADA (Posição em 31 de Maio)	FEDERADA		TOTAIS	TOTAIS DO BRASIL POR MÊS	OR MÊS
ONIDADES FEDERADAS	1952/53	1953/54	1954/55		1952/53	1953/54	1954/55
NORTE	14.725.365	14.033.263	15.041.621	Junho	1.299.884	1.917.043	1.354.836
Guaporė	1	1	ı	Julhoodlul	2.753.800	3.275.345	2.909.229
Acre	1 1	1-1	11	Agôsto	3.099.999	3.626.852	3.630.615
	1 571	2.061	1.291	Setembro	3.973.054	3.994.786	4.997.315
Amapá		1	1	Outubro	5.134.329	5.237.114	5.606.846
	8.123	7.252	6.011	Novembro	4.091.776	4.479.660	5.427.724
Jo Mosto	36.989	31.668	29.310	1° SEMESTRE	20.352.842	22.530.800	23.926.565
Paraíba	580.373	437.269	493.145	MÉDIA	3.392.140	3.755.133	3.987.761
Pernambuco	2.453.673	2.374.971	2.923.858	Dezembro	3.093.244	3.475.497	4.010.551
o de Noronha	569.081	676.723	785.089	Janeiro	2.257.928	2.334.631	2.802.054
	1.135.393	1.187.813	1.085.386	Fevereiro	2.100.623	1.901.705	1.884.559
SUL	16.009.752	19.225.720	20.374.136	Março	1.682.677	1.666.232	1.372.855
Minas Gerais	1.246.664	1.521.310	1.591876	Abril	891.350	975.279	849.900
Espirito Santo	4.520.897	5.197.642	4.668.937	Maio	356.453	374.839	569.273
Distrito Federal	9.423.193	11.693.757	13.167.944	2° SEMESTRE	10.382.275	10.728.183	11.489.192
	503.168	488.392	672.656	MÉDIA	1.730.379	1.788.031	1.914.865
Rio Grande do Sul	30.428	27.366	22.997	JUNHO A MAIO	30.735.117	33.258.983	35.415.757
	22.302	26.293	23.670	MÉDIA	2.651.260	2.771.582	2.951.513
BRASIL	30.735.117	33.258.983	35.415.757	The state of the state of	-		

não informadas em tempo. — II. Além da produção mensal acima, devem ser consideradas as parcelas remanescentes de 52.079, 12.094, 512, 53.226, 11.318, 2.548, 84.274, 31,617 e 691 sacos referentes, respectivamente, aos meses de junho a agôsto de 1952 (safra de 1951/52) de 1953 (safra de 1954 (safra de 1953/54). III. A produção do Estado de S. Paulo retifica a que divulgamos a partir de fevereiro último. NOTAS: — I. Esses dados representam apurações procedidas ao término de cada mês, com exclusão portanto de pequenas parcelas da produção real

ESTOQUE DE AÇÚCAR

DISCRIMINAÇÃO POR TIPO E LOCALIDADE — 1955

	Noc doct.	Inas desured I.A.A.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1			
localidade		Nas Usinas	20.431	9.017	228.500	55.993	50.404	52.816	6.973	256.083	1	203.625	110.529	994.371	
Resumo por localidade	- a	Interior	10.028	71.091	17.912	1	69.447	193.677	21.112	1.634	1	42.029		426.930	
	Praça	Capitais	4.963	25.924	939.772	529:461	48.715	150.653	64.131	54.094	251.002	155.252	I	2.223.967	
		Total	35.422	106.032	1.186.184	585.454	168.566	397.146	92.216	311.811	251.002	400.906	110.529	3.645.268	
		Bruto	177	2.219	7	1	1	1	1	1	1.308	1.273	1	4.984	
		Somenos	1	1	1	1	1.			_ 	1	1			
		Demerara	1	1	204.412	314.770	2.310	1	86	6.029	362	1	745	528.726	
		Cristal	34.733	102.981	798,493	270.684	166.256	397.146	91.443	304.662	237.211	315.939	109.784	2.829.332	
		Refinado	512	832	129.317	1	1	1	675	1.120	12.121	83.694	1	228.271	
		Grã-Fina		.1	53.955		1	1	1	1	1	1	1	53.955	
		Unidades Federadas	Rio G. do Norte (1)	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergibe	Bahia	Minas Gerais	Rio de Janeiro	Distrito Federal	São Paulo	Demais Unid. Federais.	BRASIL	

5	1
10	
53/	1
10	
	1
RETROSPECTIVO	つくていついていてい
DESTINO	CINCOLA
4	2

## 1953 1954 1955 1953 1953 1955	Tipos de Usina	Tc	Todos os Tipos	
3.877 15.080 (1) 35.245 4.595 26.937 61.093 103.813 29.463 10.381 2.500.286 1.060.988 1.186.177 2.513.385 33.368 373.207 885.444 333.368 159.832 373.067 188.566 159.832 293.458 394.023 397.146 293.458 67.130 129.562 92.216 67.130 36.184 397.045 311.811 36.184 118.9184 397.045 110.878 8.493 47.185 110.529 8.493		1953	1954	1955
3.877 15.080 (1) 35.245 4.595 26.937 61.093 103.813 29.463 1.060.988 1.186.177 2.513.385 1 333.368 375.207 188.566 159.832 159.832 373.065 188.566 159.832 293.458 394.023 397.146 293.458 67.130 129.562 92.216 67.130 18.915 206.536 249.694 119.878 8.493 47.185 110.529 8.493 4 091.409 3.662.762 3.640.284 4.109.285		-		
26.937 61.093 103.813 29.463 100.286 1.060.988 1.186.177 2.513.885 1 159.83.2 373.007 158.454 333.368 1 159.83.2 373.005 168.566 159.832 1 293.458 394.023 397.146 293.458 667.130 129.562 92.216 671.30 36.184 397.045 311.811 36.184 542.929 604.978 399.633 543.499 8.493 47.185 110.529 8.493	15.080 (4.595	16.503 ((1) 35.422
2.500.286 1.060.988 1.186.177 2.513.385 1 533.568 373.207 885.494 333.568 373.65 159.832 373.065 168.566 293.458 293.458 293.458 394.023 397.146 293.458 293.458 67.130 129.562 92.216 67.130 118.915 206.536 249.694 119.878 8.493 47.185 110.529 8.493 4 091.409 3.662.762 3.640.284 4.109.285	61.093	29.463	62.191	106.032
333.368 373.207 585.454 333.368 159.832 373.065 168.566 159.832 159.832 397.146 293.458 67.130 129.562 92.216 67.130 36.184 397.045 311.811 36.184 118.915 206.536 249.694 119.878 8.493 47.185 110.529 8.493 4 091.409 3.662.762 3.640.384 4.109.285	1.060.988 1	2.513.385	1.060.988	1.186.184
159.832 373.065 168.566 159.832 159.832 293.458 394.023 397.146 293.458 293.458 67.130 129.562 92.216 67.130 67.130 18.915 206.536 249.694 119.878 119.878 8.493 47.185 110.529 8.493 8.493 4 091.409 3.662.762 3.640.384 4.109.285 3	373.207	333.368	373.207	585.454
293.458 394.023 397.146 293.458 293.458 67.130 129.562 92.216 67.130 67.130 36.184 397.045 311.811 36.184 18.31 118.292 604.978 249.694 119.878 843.499 8.493 47.185 110.529 8.493 8493 4 091.409 3.662.762 3.640.284 4.109.285 3	373.065	159.832	373.065	168.566
67.130 129.562 92.216 67.130 67.130 36.184 397.045 31.811 36.184 36.184 118.01 206.536 249.694 119.878 8 542.929 604.938 399.633 8493.499 8.493 4.01 4091.409 3.662.762 3.640.284 4.109.285 3	394.023	293.458	394.023	397.146
36.184 397.045 311.811 36.184 36.184 118.915 206.536 249.694 119.878 119.878 542.929 604.978 399.633 543.499 84.493 8.493 47.185 110.529 8.493 84.493 4 091.409 3.662.762 3.640.384 4.109.285 3	129.562	67.130	129.562	92.216
118.915 206.536 249.694 119.878 119.878 542.929 604.978 399.633 543.499 8.493 8.493 47.185 110.529 8.493 8.493 4 091.409 3.662.762 3.640.384 4.109.285 3.8	397.045	36.184	397.045	311.811
542.929 604.978 399.633 543.499 8.493 8.493 47.185 110.529 8.493 8.493 4 091 409 3.662.762 3.640.384 4.109.285 3.82	206.536	119.878	207.868	251.002
8.493 47.185 110.529 8.493	604.978	543.499	604.978	400.906
4 091,409 3,662,762 3,640,284 4,109,285	47.185	8.493	47.185	110.529
	9 3.662.762 3.640.284	4.109.285	3.666.615	3.645.268

PRODUÇÃO DE ÁLCOOL

1952/53 — 1954/55
POSIÇÃO EM 31 DE MAIO Unidade: litro

ΑF							
REIRO			TODOS OS TIPOS			ANIDRC	
	UNIDADES FEDERADAS	1952/53	1953/54	1954/55	1952/53	1953/54	1954/55
	NORTE	81,288.513	95.137.324	82.497.225	50.986.268	69.448.286	66.135.585
	Guaporé	1	1	1	1	1	!
	Acre	1	1	1	1		1
	Amazonas	1			1 1		1
		3.196	7.828	9.944			
	Amapá	I	1	1	1	!	ı
	Maranhão	1	1	1	1	1	1
	Piauí	1 22	- 2000	1]	-
	Die Grande de Norte	125.390	92.860				1
	Paraíha	2.181.730	1.654.889	1.766.870		800 540	1 002 820
	uco	69.442.194	84.864.160	72.683.606	48.733.582	64.625.205	59.971.721
	:	9.215.723	8.357.239	7.222.154	2.252.686	3.923.532	4.617.543
	o de Noronha			100,000	1	1	1
	Bahia	007:776	046:027	542.501	1 1		542 501
	SOL	139.692.482	187.682.022	226.510.163	39.391.490	82.189.381	103.763.843
	Minas Gerais	6.831.913	9.048.610	8.266.893	668.689	3,164.841	1.437.395
	Rio de Taneiro	810.840	581.505	636.000	25 010 2/2	20 222 6/2	
	Distrito Federal	-	-	101:0000	CFC.717.7.2	CF0:C7C:07	202.645.12
J		84.276.647	128.988.600	171.786.752	12.457.248	49.599.197	80.248.336
UN	Paraná Santa Catarina	4.707.520	3.150.625	5.020.750	325.000	1.101.700	732.850
HO				-		 	į
,	Mato Grosso	121.515	61.943	100.611	1	1	1
195	Goiás	113.900	20.000	1	1	1	
5 —	BRASIL	220.980.995	282,819.346	309.007.388	90.377.758	151.637.667	169.899.428

NOTA — Estes dados compreendem a produção total de Álcool; abrangem, por isso, nos Estados do Norte, em cada período de safra, remanescentes de safras anteriores e, bem assim, nos Estados do Sul, algumas parcelas de produção, apuradas depois de maio, último mês de safra.

PRODUÇÃO DE ÁLCOOL

TOTAIS DO BRASIL POR MÉS — SAFRAS DE 1952/53 — 1954/55

Unidade: litro

		TODOS OS TIPOS			ANIDRO	
MESES	1952/53	1953/54	1954/55	1952/53	1953/54	1954/55
Junho	12.709.275	18.582.271	14.458.172	6.694.648	9.575.173	7.524.482
Julho	22.796.684	34.052.177	29.802.413	7.057.767	14.847.971	12.467.879
Agôsto	24.787.352	33.116.017	34.449.504	5.224.578	13.598.604	15.699.719
Setembro	26.613.241	34.519.092	36.274.197	5.169.874	15.151.569	14.888.672
Outubro	28.676.934	35.248.299	43.254.358	8.899.881	19.569.339	21.845.143
Novembro	27.604.590	32.537.709	42.972.015	11.192.700	16.774.920	20.374.303
1° SEMESTRE	143.188.076	188.055.565	201.210.659	44.239.448	89.517.576	92.800.198
MEDIA	23.864.679	31.342.594	33.535.110	7.373.241	14.919.596	15.466.700
Dezembro	21.259.896	25.288.555	33.817.325	10.493.954	12.114.762	19.911.844
Janeiro	17.313.316	17.758.852	22.012.603	9.549.024	10.757.913	14.196.855
Fevereiro	9.036.349	12.121.665	15.965.462	4.970.157	8.916.621	12.261.573
Márço	12.104.086	13.144.482	11.331.271	7.716.912	9.441.538	8.111.238
Abril	8.805.544	12.722.724	12.272.620 (1)	7.310.819	10.269.315	10.882.944
Maio	9.273.728	13.727.503	12.397.448	6.097.444	10.619.942	11.734.776
2° SEMESTRE	77.792.919	94.763.781	107.796.729	46.138.310	62.120.091	77.099.230
MÉDIA	12.965.486	15.793.964	17.966.122	7.689.718	10.353.348	12.849.872
JUNHO A MAIO	220.980.995	282.819.346	309.007.388	90.377.758	151.637.667	169.899.428
MÉDIA	18.415.083	23.568.279	25.750.616	7.531.480	12.636.472	14.158.286

NOTA — Estes dados compreendem a produção total de álcool no período de junho a maio, abrangem, por isso, remanescentes das safras anteriores e, bem assim, algunxas parcelas de produção apuradas depois de maio.

⁽¹⁾ Retifica o anteriormente publicado.

PRECIPITAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS NAS ÁREAS CANAVIEIRAS DO BRASIL

SAFRA DE 1955/56 (Emm/m)

	MÉDIAS	Normal	0	E	102	219	197	138	159	121	100	142	143	203	194		123		114	100	127						
	MÉI	Ciclo	curso		80	320	223	128	125	111	94	129	93	170	189		102		148	92	151						
	Total	do Ciclo	em curso		879	1.602	2.680	1.663	966	1.330	937	1.679	1.027	2.205	2.079		1.328		742	1.195	1.206						
			Set.		:	:	:	:	:	:	 :	:	:		:		 :		:	:,	:						
			Ag.		:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:		:	1	:	1:1	1						
			Jul.		:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:		:			:	:						
ı		955	Jun.			:	:	:	:	:	:	:	:	:	:		:		1	:							
	AR	- 11	Mai.		:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:		:		:	:	1						
	Cac		Ab.		:	:	248	151	:	:	82	180	:	251	:		93		:	222	:						
	DE A		Ma.		131	:	516	131	229	245	42	124	131	235	335		49		i	35	:						
	NA		H.		46	:	:	133	24	128	20	154	157	178	131		126		:	93	:						
	A CA		Jan.		10	:	192	11	13	17	23	39	22	55	59		21		:	46	:						
	CICLO VEGETATIVO DA CANA DE AÇÜCAR			De		9	:	59	12	:	10	12	19	14	50	:		14		:	41	203					
					:	:	00	30	:	37	0	47	34	3	28		=		:	84	64						
		1954	1954	v-H	Out.		9	:	16	40	:	9	0	14	11	49	11		10		:	œ	0				
				Set.		22	:	36	17	22	18	0	33	30	45	45		39		:	10	6					
				19	19	15	Ag.		. 66	158	80	93	:	53	31	100	96	12	100		130		111	100	102		
										Ţij.		87	196	171	123	162	19/	53	139	66	229	152		111	- 1	162	108
											Jun.		153	285	245	268	109	127	100	230	221	263	222		2.28		97
			Mai.		216	597	781	392	287	489	410	424	:	530	746		311		152	222	240						
			Ab.		103	366	328	262	150	124	134	176	212	305	250		185		220	96	283						
		POSTOS		PERNAMBUCO	Água Branca	Barreiros	Bulhões	Catende	Ipojuca	Matary	Petribú	Roçadinho	Santa Teresinha	União Indústria	Destilaria Central "Pres. Vargas" .	ALAGOAS	Serra Grande	ВАНІА	Aliança	Altamira	Cinco Rios						

					CICLO) VEC	SETA	CICLO VEGETATIVO DA CANA DE AÇÜCAR	DA (CANA	DE	AÇÛC	AR	1				Total	MÉDIAS	IAS
POSTOS					19) 5 4								195	~			do Ciclo	Ciclo	Normal
	Fe.	Ma.	Ab.	Mai.	Jun. Jı	Jul. A	Ag. Se	Set. Ou.					Ma.	- Ab.	Mai	Mai. Jun.	Jul	em curso	curso	
MINAS GERAIS																<u>.</u>				
Ana Florência	39	86	16	28	-6			0 62	2 67	7 135	5 263	3 72	126	75	:	<u>:</u>	:	1.020	85	68
Rio Branco	104	152	42	- 85		~	2	0 73	3 245	5 185	5 152	2 37	61	<u>.</u>	:	<u>:</u>	:	1.119	98	89
RIO DE JANEIRO										'										
Barcelos	0	51	92	- 62	34	30 -	12	7 98	8 161	1 53	104	14	57	62	:	<u>:</u>	:	821	59	58
Cupim	3	116	160 1	117	15 2	20 3	30	7 82	2 64	1110	, 125	5 15	32	54	· :	<u>:</u>	:	956	64	84
Laranjeiras	106	167	16	61				0 48	8 111	1 217	206	5 29		29	<u>:</u>	:	:	1.126	87	94
Paraíso	~	95	101	147	33 4	48	13	4 64	4 47	85 7	3 90	:	27	50	<u>:</u>	:	:	782	56	74
Pureza	21	125	81	94	7	-6		0 87	7 33	3 120	145	2 51	45	35	<u>:</u>	:	:	853	61	83
Quissaman	. 2	173	86	95	32 4	41 2	24	4 7	7 59	% - - -	3 59	4	27	64	:	<u>:</u> :	:	817	54	70
Santa Cruz		123	93	70	14	10	- 6	3 79	9 70	0 62	145	:	21	59	:	<u>:</u>	<u>:</u>	759	54	69
Santa Luiza	27	115	132 1	105	42 8	98	47 8	88 152	2 78	3 144	98 [1	:	104	163	<u>:</u>	<u>:</u>	<u>:</u>	1.369	86	94
Santa Maria	19	131	- 89	51		-=-	13	6 30	0 48	3 146	5 192	:	117	64	:	<u>:</u>	-	904	65	9/
Dest. Central Est. do Rio	0.	125	124	- 85	12		17	6 63	3 135	- 1 S	3 164	1 0	32	102	:	<u>:</u>	-	894	69	61
Est. E. C. A. Campos	7	134	148 1	116	29 2	21 4	48 1	10 79	9 79	0 67	, 181	1 12	17	81	:	<u>:</u>	<u>:</u>	1.024	89	78
SÃO PAULO							-													
Albertina	212	193	16 1	175	34	-	0 1	15 71	1 201	1 216	5 131	148	1115	:	:	:_	:	1.527	127	102
Amália	237	156	19 1	145	96	4	0 1	10 57	7 103	3 251	235	5 101	125	74	<u>:</u>	<u>:</u>	:	1.573	112	105
Ester	138	313	24	96	51		0 3	37 52	2 11	1 235	5 233	140	161	06	Ė.	<u>:</u>	:	1.592	114	102
Junqueira	114	160	28 1	180	25		0	4 67	7 59	2 217	1 144	1 167	141	245	:	<u>:</u>	:	1.551	119	127
Monte Alegre	155	157	33 1	126	54	10	0 3	39 86	6 32	2 221	1,241	112	144	<u>:</u>	:	<u>:</u>	<u>:</u>	1.410	108	96
Piracicaba	211	126	41	95	64	31	0 3	39 60	0 34	1 204	1 294	£ 39	173	168	:	:	:1	1.639	117	86
Porto Feliz	207	141	48 1	166		16	0 3	34 108	8 63	3 125	5 219	100	- 8	<u>:</u>	:	<u>:</u>	:	1.385	107	93
Santa Bárbara	238	180	35	86	49		0 3	36 130	0 47	7 254	1 367	1 123	164	1117	:	<u> :</u>	:	1.846	132	88
Tamoio	280	86	=======================================	154	29	4-	0	40 32	2 75	305	5 292	2 141	121	<u>:</u>	<u>:</u>	<u>:</u>	:	1.612	124	114
TO THE PARTY OF TH	,				1	-	1													

NOTA — Dados fornecidos pelo Serviço Técnico Agronômico, da D.A.P.

JUNHO, 1955 — Pág. 76

CIE DE FIVES-LILLE

agora

Fabricando no Brasil

DESTILARIAS ÁLCOOL ANIDRO PELO PROCESSO MARILLER - FIVES - LILLE

MOENDAS E
MATERIAL
PARA USINAS

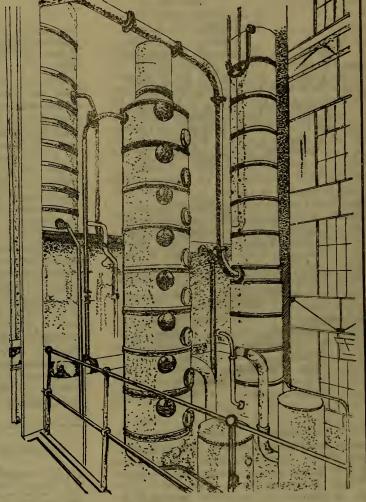
Para Importação:

MATERIAIS PARA USINAS

GERADORES

CALDEIRAS

FÁBRICA DE ADUBOS ETC.



___ Informações -

FIVES-LILLE DO BRASIL S. A.

AV. ERASMO BRAGA, 227 - S/ 1111 - RIO — End. Teleg.: FIVESLILE — Cx. Postal 3245



BIBLIOGRAFIA

Mantendo o Instituto do Açúcar e do Alcool uma Biblioteca para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos conternentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agricola até cs processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sôbre economia geral, legislação do haís, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta secção.

DIVERSOS

BRASIL: - Exportação do Distrito Federal por Vias Internas, 1954 - 3º trimestre (IBGE); Produção Industrial, 1953 (IBGE): Rio de Janeiro e Goiás; O Vale do São Francisco, por Lucas Lopes; A Agricultura em São Paulo, n. 4; Agricultura Mecanizada, ns. 5/6; Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, ano 7, n. 1; Boletim do Impôsto de Consumo, ns. 65/6; Boletim da S.A.I.C., Pernambuco, vol. 21, ns. 1/2; Boletim da Associação Comercial do Amazonas, n. 160; Boletim Comercial e Industrial, ns. 29/30; Brasil Madeireiro, n. 105; Boletim da Associação Brasileira de Química, n. 2; Boletim Informativo da Comissão do Impôsto Sindical, ns. 41/5; Boletim do Instituto de Química Agrícola, ns. 30/6; Boletim Canavieira, ns. 1/2; Comércio Internacional, n. 8; Conjuntura Econômica, n. 6; C.N.I., Notícias, n. 14; Câmara de Comércio e Indústria do Brasil, junho 1955; A Defesa Nacional, n. 490; O Economista, edição mensal, n. 434; Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Boletim Mensal, n. 7; A Lavoura, março/abril 1955; O Observador Econômico e Financeiro, n. 231; Problemas e Soluções, Carta Mensal do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, n. 2; Revista Impôsto Fiscal, n. 55; Revista de Química Industrial, n. 274; Rovista do IRB, n. 91; Revista Brasileira de Estatística, n. 61; Revista Brasileira de Química, n. 233; Revista do Clube Militar, n. 137; Sítios e Fazendas, n. 6.

ESTRANGEIRO: — Productividad de Plantines en Tres Variedades de Batata, de Feliz José Brucher e Fausto Folquer; Planificación de la Agricultura de Regadio en Base a los Estudios Edafologicos Previos, de Antonio Piñeiro, publicações da Facultad de Agronomia da Universidad Nacional de Tucumán, Argentina; The Australian Sugar Journal, vol. 47, n. 1, vol. n. 54, n. 12 e vol. 46, ns. 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9; Boletim Azucarero Mexicano, n. 71; Boletin de la Camara de Agricultura de la 2ª Zona,

Guaiaquil, n. 26; Bibliography of Agriculture, n. 5; Bollettino di Documentazione Tecnica, vol. 7, n. 40; Camara de Comercio Argentino-Brasileña, Boletin Mensual, n. 476; Cadernos Mensais de Estatística e Informação do Instituto do Vinho do Porto, número 184; Cuba Económica y Financiera, n. 349; Digesto Econômico-Financeiro, Argentina, n. 30; Escuela Nacional de Agricultura de Chapingo, México, Publicación Técnica, n. 2; Fortnightly Review, ns. 488/9; F. O. Licht-'s Sugar Informations Service, vol. 27, n. 5; La France Mécanicienne, n. 15; The Frontier, vol. 18, n. 2; The Hispanic American Historical Review, n. 2; Indústria Britânica, n. 139; La Industria Azucarera, n. 739; Da India Distante, Boletim n. 106; Informaciones Comerciales, Peru, n. 62; Indian Sugar, n. 12; Lamborn Sugar-Market Report, ns. 21/5; El Mundo Azucarero, n. 5; Noticiário das Nações Unidas, n. 66; La Oficina, edição de 1955; Paraguay Industrial y Comercial, n. 129; Process Industries Quarterly, vol. 16, n. 2; Revista de la Unión Industrial Uruguaya, n. 120; Revista de Historia de America, ns. 37/38; Revista Industrial, n. 6; Revue de la Chambre de Commerce Franco-Amérique Latine, n. 2; Revista del Consórcio de Centros Ágrícolas de Manabi, n. 80; Revista Agronomica del Noroeste Argentino, n. 2; The Sugar Journal, n. 12; The South African Sugar Journal, n. 5; United States Department of Agriculture, Monthly List of Publications and Motion Pictures, abril 1955; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, ns. 21/5.

EMPRÉSTIMO PARA REEQUIPAMENTO

A Comissão Executiva apreciou, em sessão de 20 de abril próximo passado, um pedido de empréstimo para fins de reequipamento da Usina Tiuma, sita em São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco. Solicitou a referida fábrica a importância de Cr\$ 1.125.000,00.

Resolveu a Comissão Executiva conceder o empréstimo para liquidação em dois anos, mediante a retenção de três cruzeiros por saco de açúcar produzido pela Usina

Tiuma.

ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO

Volume XLV — janeiro a junho de 1955

ACÓRDO		AGUARDENTE	
Internacional do açúcar	2-182	Auxílio à Associação dos Produtores de, de São Paulo	6-472
ADIANTAMENTO		Extra-limite e redestilação de,	1- 5
ADIAIN I AMEN IO		Inscrição de Cooperativa	3-188
À Companhia Açucareira São Geraldo	3-200	Relatório do SECRRA	6-473
À Usina Aliança	4-306	Resolução que dispõe sôbre a requisição da,	
À Usina Maringá	1- 12	na safra 1955/56	6-486
À Usina Novo Horizonte	6-490	Resolução que dispõe sôbre a proibição de	
À Usina Pumatí	3-210	montagem de novas fábricas de,	1- 20
À Usina Santa Maria — 2-104 e		Resolução que modifica o plano de Con-	
À Usina Santa Terezinha — 1-30, 1-33	2-105	trôle e distribuição de álcool industrial	2.107
e	6-491	na safra 1954/55 Sugestões para o reexame da política açu-	2-107
À Usina Tamoio	1- 31	careira — Válter de Andrade	5-428
		taren de mande	, 12,
A Usina Varjão	6-483	ALAGOAS	
ADUBAÇÃO		Armazém de açúcar em,	5-430
		Bonificação sôbre álcool direto	2-131
Aplicação de caldo em solo	6-523	Processos despachados pelo Sr. Presidente	
Cultura de cana de açúcar — Homero Cor-		do I.A.A. — 1-47, 3-223, 4-321, 5-418,	
rêia de Arruda	3-228	e	6-412
Financiamento de adubos para fornece-		Situação pluviométrica das zonas canavieiras	6-523
dores	6-524		
Pesquisas canavieiras na E. E. de Louisiana	6-531	ÁLCOOL	
Política açucareira	2- 91	Bonificação sôbre,	4-310
Tratamento de resíduos das destilarias —		Bonificação sôbre, direto	2-130
Nelson Coutinho	5-420		2-130
Viagem de estudos a diversas regiões ca-		Entrega de, denésite de	2- 93
navieiras do continente americano —		Financiamento para depósito de,	1- 3
Emanuel Franco	2-148	Política açucareiraProdução de, — 1-85-84, 2-176-177,	1-)
Visita do Presidente do I.A.A. ao Estado		3-276-277, 4-364-365, 5-464-465, e 6-5	41-54
de Minas Gerais	6-514	Resolução que modifica dispositivo da Re-	,
Visita do Presidente do I.A.A. ao Estado		solução nº 1.084/55, de 6/1/55	6-488
de Pernambuco	2-127	Sugestões para o reexame da política açu-	
		careira — Válter de Andrade	5-428
AFRICA EQUATORIAL FRANCÉSA		Usina Santa Isabel autorizada a fabricar .	3-188
Ctônica açucareira internacional	4-338	ALEMANHA	
AFRICA DO SUL		Crônica açucareira internacional — 1-68,	
millen bo oob		2-145 e	4-338
Crônica açucareira internacional	1- 68	Importações da,	1- 60
DRACH ACUCAREIRO		JUNHO, 1955	Pág. 79
BRASIL AÇUCAREIRO			

ALGÉRIA		Decreto nº 37.177 de 15/4/55 altera o af-	
Cuâmina agresamina internacional	6 523	tigo 3º do Dec. nº 29.118 de 10/1/51	
Crônica açucareira internacional	6-528	— Lei 2.412, de 1/2/955 — Concede	
ALIMENTAÇÃO		abono especial temporário aos servidores	
		militares e civis que especifica e dá ou- tras providências	4-293
Açucar não estraga os dentes	5-43-1	Designar Carlos Barbosa de Souza para a	4-293
Controvérsias sôbre o açúcar	4-296	Comissão Executiva do I.A.A	6-482
Sem açúcar não há vida — Dr. Ramón	- //-	Nomeações de membros da Comissão Exe-	
Gran San Martin	5-442	cutiva do I.A.A	6-482
ANDRADE, VALTER			
Mydride, Vieler .		AUSTRÁLIA	
Sugestões para reexame na política açu-		A O 50 towns	(520
careira	5-428	A cana Q 50 torna-se a primeira na,	6-530
		Crônica açucareira internacional — 4-339 e	6-528
ARGENTINA		ÁUSTRIA	
Bibliografia, da indústria açucareira	1- 71		
Crônica açucareira internacional — 1-68 e	3-235	Crônica açucareira internacional	4-338
,			
ARRUDA, HOMERO CORREIA DE,		AUXILIOS E DONATIVOS	
Culture de como de codora	2 222	à 'Assailsa's Commission de Dustais	
Cultura de cana de açúcar	3-228	À Associação Cearaminense de Proteção à	5-374
ASSISTENCIA SOCIAL		Infância e à Maternidade À Campanha Nacional da Criança 2-126	J-5/ ±
NOOLO LEI VOITE OO CITTE		e	4-304
Bolsas de estudos para enfermeiras	5-372	À Festa do Natal das Crianças do Recife	3-202
Donativo à Sociedade Beneficiente e Hos-		À Sociedade Beneficiente e Hospitalar das	
pitalar das Usinas de Pernambuco	6-472	Usinas de Pernambuco	6-472
Donativo ao Hospital de Alagoas	4-284	Ao Congresso Eucarístico	6-474
Escolas agro-industriais	1- 62	Ao Escritório do Brasil em Nova-York	4-285
Escolas técnicas agro-industriais Material para ambulatórios	3-224 4-337	Ao Ginásio Maroinense — 2-93 e	4-305
Política açucareira	2- 91	Ao Hospital de Alagoas	4-284
Viagem de estudos a diversas regiões ca-	_ /-	Aos operários da Usina Santa Inês Donativos em açúcar — 3-188 e	4-303 3-203
navieiras do continente americano —		Para festa do Natal dos Funcionários do	3-203
Emanuel Franco — 2-148 e	3-146	I.A.A.	3-20-1
Visita do Presidente do I.A.A. ao Estado de			
Pernambuco	2-127	BAHIA	
ASSOCIAÇÃO DDASHEIDA DE MODMAS			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS		Acôrdo entre usineiros e fornecedores de	2-172
IECIVICAS		Aquisição de imóveis	3-201
Pagamento de subvenções	4-302	Comércio de açúcar	5-372
Subvenção anual do I.A.A	2- 92	Experimento com ervicida na E. E. da cana na,	4-332
		Observações sôbre a cultura de cana na,	4-332
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE		— Clóvis Coelho	5-453
AGUARDENTE DE SÃO PAULO		Processos despachados pelo Sr. Presidente	1111
Pedido de auxílio	6-472	do I.A.A. — 1-47, 2-125, 4-321 e	5-418
	-	Situação pluviométrica das zonas canavieiras	6-522
ATOS DO PODER EXECUTIVO			
Canada l'anna a I (W/ 1)		BÉLGICA	
Conceder licença a José Wamberto de As-	6.492	Crônica açucareira internacional	3-235
sunção, da Comissão Executiva do I.A.A.	6-482	Cromea açuentetta internacionar	2237
BRASIL AÇUCAREIRO		JUNHO, 1955 — I	Pág. 80

BIBLIOGRAFIA		CEARÁ	
Exposição geral da situação econômica do Brasil	3-280 1- 88 4-368	Processos despachados pelo Sr. Presidente do I.A.A. — 1-47, 2-125, 3-233, 4-321 e	5-418
BONIFICAÇÕES		Crônica açucareira internacional	3-235
Sôbre álcool	4-310 2-130 6-488	CHILE Crônica açucareira internacional CHINA	1- 68
CANA		Crônica açucareira internacional — 1-68 c	6-528
Acôrdo entre usineiros e fornecedores de, da Bahia	2-172 2- 93	COELHO, CLÓVIS	, J =
A, Q 50 torna-se a primeira na Austrália Campo de variedades de,	6-530 2-103	Observações sôbre a cultura de cana na Bahia	5-453
Combate as pragas da, em Pernambuco Contrôle biológico da broca	2- 93 4-331	COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A. Atas da, — 1-6, 2-95, 3-191, 4-287, 5-375	
de Arruda Determinação rápida do cálcio e magnésio	3-228	JULGAMENTOS	6-475
nos caldos de,	5-451 2-142	1º Instância 1º Turma	
Bahia	4-33 <i>2</i> 6-526	2.105 — Ana Ferreira da Silva — Tibúrcio Medeiros — P. C. 27/52 — Ala goas — Indeferimento de transfe-	1 54
Clóvis Coelho	5-453 6-531 2-173	rência	1- 44
Plano de Financiamento da entre-safra para fornecedores	4-333 3-189	Norte — Açúcar clandestino 2.129 — José Dias Moreno — José Brum — A. I. 159/52 — São Paulo —	1- 36
Tecnologia açucareira no Perú	1- 71 2-110	Nota de remessa	1- 37
Emanuel Franco — 2-148 e Visita do Presidente do I.A.A. ao Estado de	3-146	91/52 — Alagoas — Ato de infração procedente	1- 37
Minas Gerais CANADÁ	6-514	2.131 — S/A Usina São Simeão Açúcar e Álcool — Usina São Simeão José Alípio Vieira Pinto — A. I. 55/ 52 — Alagoas — Anto de infra-	
Crônica. açucareira internacional — 3-235 e	5-436	ção procedente	1- 39
BRASIL AÇUCAREIRO		JUNHO, 1955 — 1	Pág. 31

2.139 —	Dourado & Cia. Ltda. — Kerginaldo Rodrigues de Carvalho —		2.234 —	Cia. Agro-Industrial de Goiana — Usina Sta, Tereza — Benedito Au- gusto Londom e outros — A, I,	
	A. I. 145/53 — Pernambuco — Nota de remessa	1- 44		87/53 — Pernambuco — Sone-	
2.140 —	Usina São José Ltda. — Laudelino			gação de taxa	5-392
	Cardoso — A. I. 1/50 — Santa		2.235 —	Agostinho Ferreira — Carlos Cás-	
	Catarina — Auto de infração in-			sia — A. I. 101/53 — São Pau-	
	subsistente	1- 45	2 226	lo — Notas de remessa	5-393
2.144 —	Antônio Cirilo Nascimento e ou-		2.230 —	Usina Açucareira de Jaboticabal	
	tros — Vicente Amaral Gouveia			S/A — José Mendes Guerreiro e outros — A. I. 115/53 — São	
	— A. I. 99/52 — Auto de in-			Paulo — Auto de infração proce-	
	fração procedente em parte	1- 45		dente	6-494
2.155 —	Jorge Miguel Mansur e Nicolau		2.240.—	Severino Alves Alcântara — Ma-	.,.
	Purchio & Cia. — Alonso de Me-			noel Fernandes Diaz e outros —	
	nezes — A. I. 133/53 — São			A. I. 167/53 — Paraíba — Auto	
	Paulo — Auto de infração impro-			de infração procedente	6-494
	cedente	1- 46	2.245 —	Manoel Ezequiel da Silva e Ante-	
2.176 —	J. S. Coutinho — Tarciso Soares			nor Henriques — Amaro Ribeiro	
	Palmeira e outro — A. I. 201/53			da Fonseca — P. C. 41/53 —	
	— Pernambuco — Açucar clandes-			Rio de Janeiro — Não tomar co-	
	tino	1- 56	2 246	nhecimento de reclamação	5-393
2.200 —	Usina Passagem S/A — Usina		2.246 —	Antônio Ribeiro dos Santos —	
	Passagem — Elson Braga e Ar-			Usina São João — P. C. 21/53 — Rio de Janeiro — Homologação	
	naldo Magalhães — A. I. 103/			de desistência de reclamação	5-394
	51 — Bahia — Auto de infração		2.247 —	Carlos Ribeiro Sena — Américo	, ,, ,
2.210	procedente	1- 38		Fróes Garcez — P. C. 7/54 —	
2.210 —	Usina Lambari da Cia. Açucareira			Bahia — Homologação de acôrdo	5-394
	Barbacena — Carlos Fontenele		2.248 —	Usina Santa Inês — Vicente C.	
	Martins — A. I. 239/53 — São	5 200		Gouveia — José Augusto Limei-	
2 211	Paulo — Notas de remessa	5-390		ra — A. I. 157/53 — Pernam-	
2.211 —	Sebastião Gomes de Andrade —			buco — Anto de infração proce-	
	José Albuquerque Jucá — A. I.			dente	6-495
	259/53 — Pernambuco — Açíi-	5 300	2.252 —	Fidele Andrelo — Ângelo Andre-	
2 222	car clandestino	5-390		lo e outros — P. C. 61/52 — São	5 204
2.222 —	Aristeu Correia da Silva — José		2 253	Paulo — Quota de fornecimento Norival Felipe Correia — Fran-	5-394
	Albuquerque Jucá — A. I. 251/		2.2)	cisco Zacarias das Chagas e José	
	53 — Pernambuco — Notas de	5 201		Tinoco de Matos — P. C. 45/53	
	remessa Alves Otávio	5-391		- Rio de Janeiro - Homologa-	
2,223 —	José Maximino Alves — Otávio			ção de desistência de reclamação	5-395
	Domingos Sales — A. I. 137/53 — Sergipe — Notas de entrega	5-391	2.254 —	José Ribeiro de Souza — Miguel	
2 224	Fábio Ferraz Lamego e José Eugê-	7-391		Berenger Brandão — P. C. 47/53	
2.224 —	nio Koch Torres — Cia. Usina			— Rio de Janeiro — Homologa-	
	São João (B. Lisandro) S/A —			ção de acôrdo	5-395
	P. C. 27/53 — Rio de Janeiro		2.255 —	Anselmo Bernardo Reis — Do-	
	— Homologação de laudo	5-392		nato Siqueira — P. C. 5/54 —	
2 233 —	M. C. Silva & Cia. Ltda. — Refi-	7 372		Rio de Janeiro — Homologação	5 306
_+	nadora Paulista e Heráclito Luna		2 256	de desistência de reclamação	5-396
	Lima — José Alípio Vieira Pinto		2.230 —	Florentino Apolinário — Apolinário Joaquim Neto — P.C. 51/55	
	e outro — P. C. 169/52 — Ala-			- Rio de Janeiro — Homologa-	
	goas — Notas de entrega	5-392		ção de desistência de reclamação	5-396
	0			,	

2.257 —	Usina Paineiras S/A — Claudia-		2.338 —	Sami Farah — Carlos Cássia —	
	no Manso Póvoa e outro — A. I.			A. I. 29/53 — São Paulo — An-	
	215/53 — Espírito Santo — Nota			to de infração procedente em parte	2-112
2 250	de entrega	5-396	2.339 —	Usina de Açúcar Tijucas S/A —	
2.258 —	Jácomo Pedron & Filho — José			Laudelino Cardoso — A. I. 107/	
	Brum — A. I. 73/53 — S. Paulo			52 — Santa Catarina — Não 10-	
2 205	— Nota de entrega	5-397		mar conhecimento do auto de in-	
2.285 —	Lobo Pessanha & Cia., Mário Fer-			fração	2-112
	nandes Peixoto e Usina Sapucaia		2.340 —	Serafim & Fré e Usina Maluf —	
	S/A — Usina Sapucaia — Elson			Gonzaga Batista da Silveira e ou-	
	Braga e Manuel Augusto Viana			tros — A. I. 11/49 — São Pau-	
	Monteiro — A. I. 47/51 — Rio			lo — Auto de infração proceden-	
	de Janeiro — Açiicar clandestino	1- 39		te em parte	2-112
2.286 —	João Escanhoela Martins & Ir-		2.342 —	Giácomo Pissinato — Usina Ma-	
	mãos — Gonzaga Batista da Sil-			luf — Gonzaga Batista da Silvei-	
	veira e cutros — A. I. 321/53 —			ra — A. I. 9/49 — São Paulo —	
	São Paulo ← Nota de remessa	1- 40		Açúcar clandestino — Notas de	
2.287 —	Cooperativa de Consumo Popular			remessa	2-113
	de Ituperava — Hélio de Alvaren-		2.343 —	Cairallas Addas — José Brum —	
	ga e outro — A. I. 199/53 — São			A. I. 305/53 — São Paulo —	
	Paulo — Notas de remessa	1- 40		Anto de infração improcedente	2-115
2.288 —	Usina Santa Inês — Vicente C.		2.344 —	Cicero Cavalcanti de Morais —	
	Gouveia — José Augusto Limeira			— Usina Capibaribe — P. C. 47/	
	— A. I. 223/53 — Pernambuco			54 — Pernambuco — Reclama-	
	— Anto de infração procedente	1- 40		ção improcedente	2-115
2.289 —	Usina Pontal — Manuel Marinho		2.349 —	Francisco Ferreira de Mendonça —	
	Camarão — Hamilton Alvaro Pupe			Colimados Rocha — A. I. 181/53	
	— A. I. 79/53 — Minas Gerais			- Espírito Santo - Auto de in-	
	— Auto de infração procedente	1- 41		fração procedente em parte	2-115
2.290 —	Berlino de Lima Carvalho — Luiz		2.350 —	Usina Sapucaia S/A — Claudiano	
	Gonzaga Moreira Coutinho e ou-			Manso Póvoa e outro — A. I.	
	tros — P. C. 27/54 — Alagoas			135/53 — Rio de Janeiro — Auto	
	— Homologação de acôrdo	1- 41		de infração procedente	2-116
2.297 —	João Issa & Filho — José Gonçal-		2.351 —	Usina Santana S/A — Claudiano	
	ves Lima e outros — A. I. 77/52			Manso Póvoa e outro — A. I.	
	— Minas Gerais — Açúcar clan-			103/50 — Rio de Janeiro — Anto	
	destino	5-398		de infração procedente	2-116
2 296 —	A. Cavicchia & Cia. — Carlos Cás-		2.358 —	Cooperativa Mista dos fornecedo-	
2.270	sia — A. I. 7/54 — São Paulo			res de Cana da Bahia — Usina	
-	— Nota de entrega	5-398		Santa Luzia Ltda. — P. C. 57/54	
2 298 —	S/A Usina Coruripe — S/A Leão			— Bahia — Reclamação prejudi-	
2.290 —	Irmãos, Açúcar e Álcool — Antô-			cada	2-117
	nio Amâncio Vital — Henrique		2.358 —	Cooperativa dos Fornecedores de	
	Afonso Vera e outros — A. I.			Cana da Bahia — Usina Santa Lu-	
	125/53 — Alagoas — Notas de			zia Ltda. — P. C. 57/54 — Ba-	
	remessa	5-398		hia — Reclamação prejudicada	2-117
2 200	Cooperativa Ararense de Planta-		2.359 —	Augusto Gama e Laura Gama Reis	
2.279 —	dores de Cana — (Usina Palmei-			— S/A Usina Coruripe — P. C.	
	ras) e Milan & Cia. Ltda, — José			17/54 — Alagoas — Reclama-	
	Gonçalves Lima e Austriclínio da			ção procedente	2-117
	Costa Wanderley — A. I. 31/53		2.370 —	Isami Kaku — Gerson Mariz da	
	— São Paulo — Auto de infra-		,,,	Silva e outro — A. I. 19/53 —	
	- Sao Fauto - Zinto ne influe	5-399		São Paulo — Notas de remessa	4-314
	ção improcedente	7 373			

2.371 —	Espólio de José Piauhilino Gomes			134/53 — Rio de Janeiro — Açú-	
	de Melo — Usina Serro Azul —			car clandestino	3-219
	Tarcísio Soares Palmeira e outro		2.185 —	Scatena & Cia. Ltda. — Hélio de	
	— A. I. 191/53 — Pernambuco			Alvarenga e Idalgo Leone — A.	
	— Auto de infração procedente	4-314		I. 198/53 — São Paulo — No-	
	Belmira Rodrigues Teixeira —			tas de remessa	3-219
	Usina Itapetingui Ltda. — P. C.			Bezerra Souto — Renato Caval-	
	17/52 — Bahia — Reclamação			canti Bezerra e Romualdo Cor-	
	prejudicada	4-315		reia Lins — A. I. 148/53 — Rio	
	Usina Muribeca S/A — Usina Mu-			G. do Norte - Notas de remessa	3-220
	ribeca — Rubens Viana e outros		2.187 —	João de Oliveira Barros — Usina	
	— A. I. 177/53 — Pernambuco			Santa Inês — Luis dos Santos	
	- Açúcar clandestino	4-315		Mousinho e Maurício Mário Pi-	
	Villanova Torres & Cia. — Usi-			nheiro — A. I. 154/52 — Mi-	
	na Ressaca — José Heriberto Al-			nas Gerais — Taxa de remessa	3-220
	ves Barreto — A. I. 13/54 —		2.188 —	Elias Miguel & Cia. Ltda. — An-	
	Grosso — Auto de infração pro-			tônio Geraldo Bastos — A. I.	
	cedente	4-315		166/52 — Espírito Santo — No-	
2.401 —	Armando de Carvalho Nunes, Cia.			ta de remessa	3-221
	Açucareira de Volta Grande S/A		2.189 —	Aurelino Paes da Silva — Fran-	
	— P. C. 57/52 — Minas Gerais			cisco Martins Veras e outro — A.	
	— Homologação de acôrdo	4-319		I. 208/53 — Bahia — Notas de	
	,			entrega	3-221
Primeira I.	nstância		2.190 —	Manoel Marinho Camarão — Usi-	
Segunda T	urma			na Pontal — Hamilton Alvaro	
508				Pupe e outro — A. I. 64/53 —	
2.167 —	João Baschi — Carlos Cássia — A.			Minas Gerais — Auto de infra-	
	I. 102/53 — São Paulo — Notas			ção procedente	4-314
	de entrega	3-216	2.191 —	Lourenço Trevenzolli — Carlos	
2.168 —	Cia. Usina Varjão de Açúcar e Ál-			Cássia — A. I. 108/53 — São	
	cool — Usina Varjão Djalma Ro-			Paulo — Auto de infração pro-	
	drigues Lima — A. I. 82/51 —			cedente	4-315
	São Paulo	3-216	2.192 —	Antônio Ribeiro Ramos — Usi-	
2.169. —	Francisco Alves Zacarias Chagas			na São João — P. C. 20/53 —	
	— Ernesto Machado Rinaldi — P.			Desistência de reclamação	4-315
	C. 30/50 — Rio de Janeiro —		2.193 —	Companhia Brasil Rural S/A e	
	Reclamação procedente	3-217		Fazenda Canaan — Alonso Me-	
2.173 —	Benfati & Cia. — Renato Caval-			nezes — A. I. 22/53 — S. Pau-	
	canti Bezerra — A. I. 126/53 —			lo — Auto de infração proce-	
	São Paulo — Açúcar clandestino	3-217		cedente	4-315
2.174	Miguel Antônio Coria — José		2.194 -	Nantalba Dib & Irmão e Scaff	
	Brum — A. I. 92/53 — São Pau-			Gattass & Cia. — Benedito Augus-	
	lo — Notas de entrega	2-118		to London e outro — A. I. 120/	
2.177 —	Agenor Francisco Miranda —			52 — Mato Grosso — Auto de	
	Francisco Paes Filho — P. C. 46/			infração procedente	4-316
	52 — Rio de Janeiro — Recla-		2.195 —	Usina Açucareira São José S/A	
	mação prejudicada	3-218		— Usina São José — Luiz Car-	
2.178 —	Antônio Ortiz Posso — Walmor			los da Cunha Avelar — A. I.	
	Leverrier Borges Camozato — A.			132/53 — Minas Gerais — Auto	
	I. 8/51 — São Paulo — Notas			de infração procedente	4-317
	de enriega	3-218	2.196 —	Isabel Ferreira & Cia. e Usina Ma-	
2.184 —	Usina Tanguá (Emprêsa Agrícola			lucelle — Manuel Lopes Pereira	
	e Ind. Fluminense) — Hamilton			— A. I. 134/52 — Paraná —	
	Alvaro Pupe e outros — A. I.			— Açúcar clandestino	4-317

2.197 —	João Andrade Rêgo — Paulino			44/52 — São Paulo Notas Jo	
	de Albuquerque Malheiros — A.			44/52 — São Paulo — Notas de	5 40
	I. 200/53 — Pernambuco — Au-		2 219 —	remessa	5-40
	to de infração improcedente	4-318	2.21)	3.5 1 1.5	
2.198 —	Nahim José Sawaia — Carlos Fon-	- 3 - 3		— P C 50/52 Pio de Janeiro	
	tenelle Martins e outro — A. I.			— P. C. 50/52 — Rio de Janeiro	5 402
	212/53 — São Paulo — Auto		2 220	— Desistência de reclamação	5-403
	de infração procedente	4-318	2.220 —	Roosevelt Crisóstomo de Oliveira	
2.206 —	Anarolino Teodoro Pereira —	4-710		— José Benedito Ferreira — P. C.	
_,,	Joaquim Ricardo de Morais Shul-			31/53 — Rio de Janeiro — Ho-	E (00
	ler A I 26/52 Dabia			mologação de acôrdo	5-403
	ler — A. I. 26/52 — Bahia —	(40-	2.221 —	Espólio José Piauilino Gomes de	
2 207	Auto de infração procedente	6-49)		Melo (Us. Serro Azul) — Tar-	
2.20/ —	Miguel Berenger Brandão — Bár-			císio Soares Palmeira e outro —	
	bara Maria da Penha Carvalho —	•		A. I. 193/53 Pernambuco — So-	
	P. C. 36/53 — Rio de Janeiro			negação de taxa e notas de re-	
	— Homologação de acôrdo	6-495		messa	5-403
2.208 —	Luiz Francisco Lourenço — Eval-		2.225 —	Usina Caxangá — José Albuquer-	
	do Venício Vasconcelos — P. C.			que Jucá — A. I. 88/53 — Per-	
	28/53 — Rio de Janeiro — <i>Ho</i> -			nambuco — Auto de infração pro-	
	mologação de acôrdo	6-496		cedente	5-404
2.209 —	Amaro Rangel Pessanha — Fran-		2.227 —	José Manhães de Souza — Eduar-	
	cisco Rangel Pessanha — P. C.			do Henriques de Souza — P. C.	
	38/53 — Rio de Janeiro — Ho-			34/53 — Rio de Janeiro — Ho-	
	mologação de acôrdo	6-496		mologação de acôrdo	5-405
2.212 —	Gabriel Kater & Irmão — Coo-		2.226 —	José Rangel da Cruz — Usina Po-	
	perativa Ararense dos Plantadores			ço Gordo — B. Lisandro S/A —	
	de Cana — Usina Palmeiras —			P. C. 86/52 — Rio de Janeiro	
	Alonso Menezes — A. I. 90/52			— Arquivamento de processo	5-404
	— São Paulo — Auto de infra-		2.228 —	Miguel Araújo Dantas — Mauri-	,
	ção procedente em parte	6-497		cio Eidelman — A. I. 138/55 —	
2 213	S/A Usina São Simeão Açúcar e	0-1177		Sergipe — Notas de remessa	4-405
2.21)			2 220	José Pedro Felipe — Idalgo Leo-	. 103
	Alcool — José Alípio Vieira Pin-		2.229 —		
	to — A. I. 168/52 — Alagoas	5 400		ne e outro — A. I. 112/53 —	5 406
	— Notas de remessa	5-400		São Paulo — Notas de remessa	5-406
2.214 —	Manoel Nogueira — Société de		2.231 —	Orlandi Sobrinho & Cia. — Jai-	
	Sucreries Brésiliennes — Usina			ro Castilho Dánia — A. I. —	
	Cupim — P. C. 40/52 — Rio			176/53 — São Paulo — Notas	
	de Janeiro — Transferência de			de entrega	5-406
	de quota de fornecimento	5-400	2.232 —	João Carrilho — José Alípio Viei-	
2:215 —	Antônio Soares de Melo — Ma-			ra Pinto — A. I. 246/53 — Ala-	
	ria da Conceição Cabral Melo —			goas — Açiicar clandestinio	5-407
	P. C. 288/46 — Sergipe — Ar-		2.237 —	Demócrito Wanderley Sarmento e	
	quivamento de processo	5-401		Edgar Antunes — P. C. 30/53	
2.216 —	Usina Cachoeira Lisa S/A — Au-			— Alagoas — Reclamação preju-	
_,	rino de Sá Cavalcanti — P. C.			dicada	5-407
	48/52 — Pernambuco — Recla-		2.239 —	Augusto Franco — Moinho Santa	
	mação improcedente	5-401	2.237	Rosa — Gilson Porto — Cam-	
2 217	Indústria e Comércio de Bebidas			pos — A. I. 14/52 — Sergipe	
2.21/ —	São Caetano Ltda. — Jairo Cas-			— Açúcar clandestino	5-407
			2 2/1	Martins Pimenta & Cia. Ltda. —	, .0,
	tilho Dánia — A. I. 24/52 — São Paulo — Notas de remessa	5-402	2.241 —	Jairo Castilho Dánia — A. I. 20/	
		J-402		52 — São Paulo — Notas de en-	
2.218 —	Irmãos Abraão — Carlos Fonte-				5-408
	nele Martins e outro — A. I.			trega	7-100

BRASIL AÇUCAREIRO

	Cia. Industrial e Agrícola Oeste de Minas — Usina Ovídio de Abreu e Olinto Ribeiro Corrêia & Cia. — Maurício Mário Pinhei-		2.294 — Araújo & Cia. — Renato Caval- cante Bezerra — A. I. 344/53 — Paraíba — Notas de entrega 1- 2.295 — Arlindo Queiroz Porto — José-	43
2.243 —	ro — A. I. 104/53 — Minas Gerais — Notas de remessa Severino Rodrigo e outros — Be-	5-408	Heriberto Alves Barreto — A. I. 40/54 — Pernambuco — Açúcar clandestino	43
	nedito Augusto London e outros — A. I. 28/52 — Pernambuco — Notas de remessa	5-408	2.300 — Associação dos Plantadores de Ca- na de Alagoas — Cooperativa dos Usineiros de Alagoas Ltda. —	
2.244 —	Gélsio Vieira Passos — Joaquim Machado de Aguiar Menezes — P. C. 64/49 — Sergipe — Gél-		P. C. 60/50 — Alagoas — Re- clamação prejudicada 5-4 2.301 — Refinaria Ipiranga Ltda. — José	112
	sio Vieira Passos — Joaquim Machado de Aguiar Menezes — P. C. 65/49 — Sergipe — Passos &		Gonçalves Lima e outros — A. I. 82/52 — São Paulo — Nota de entrega	£ 13
	Irmãos — Us. Lagoa Grande — Gonçalo Rollemberg — Prado e Ribeiro & Cia. — P. C. 66/49 —		2.302 — Cooperativa de Consumo da Fazenda São Joaquim e Usina São Luiz — Alonso Menezes — A. I. 158/50 — São Paulo — Auto de	
	Sergipe — Osório Vieira de Melo — Fazenda Gambui — Jovina de Andrade Vieira — Usina Timbó — P. C. 23/47 — Sergipe —			413
2.249 —	Não tomar conhecimento da re- clamação	5-410	2.303 — João Araújo Costa — Roberto Durand & Cia. — Usina Para-	
	to André — P. C. 4/54 — Pernambuco — Homologação de acôrdo	5-410	naguá — P. C. 14/54 — Bahia — Homologação de acôrdo 5-4 2.304 — Lavínia Lessa Martins (Usina Be-	414
2.250 —	Manoel José de Andrade — Pau- lo Herédia de Sá — A. I. — 238/53 — Bahia — Açúcar clan-		la Vista) — José Mendes Guerrei- ro e outros — A. I. 140/53 — S. Paulo — Auto de infração proce-	41 6
	. destino	5-411	2.305 — Fábrica de Bebidas União Ltda. — Manoel Lopes Pereira — A. I.	414
2.259 —	Martins — A. I. 170/53 — Minas Gerais — Notas de remessa José Petrin & Filhos — Luiz de	5-411	52/53 — Paraná — Açúcar clandestino	415
	Araujo Cavalcante Duca Neto e outro — A. I. 322/53 — S. Paulo — Notas de remessa	5-412	S/A — Usina São João — P. C. 10/51 — Rio de Janeiro — Re-	415
2.291 —	João Barbosa Medeiros — José de Albuquerque Jucá — A. I. 234/ 53 — Pernambuco — Notas de		2.310 — Antônio Alves Nascimento — Joaquim de Morais Schuller e Arnaldo Gavazza Filho — A. I. 98/52	•••
2.292 —	Roberto Rolim da Silva & Irmãos — Gonzaga Batista da Silva e outros — A I 320/53	1- 42	 — Bahia — Notas de entrega 5-4 2.311 — José Beltrão de Castro Júnior e outros — S/A Usina Coruripe — P. 	416
2.293 —	veira e outros — A. I. 320/53 — Notas de remessa	1-, 42	C. 16/54 — Alagoas — Reclamação prejudicada 5-4 2.460 — Silvino Gomes Ribeiro — Antônio Gomes da Silva — P. C. 4/	416
	53 — Paraíba — Notas de entrega	1- 43	51 — Rio de Janeiro — Reno-	319

JUNHO, 1955 — Pág. 86

Segunda Instância		Paulo — Negar provimento ao re-	
Comissão Executiva			6-50%
		680 — Taufic N. Mansur & Filho — Pri-	0)0 ,
668 — Alves Cerqueira Tancred	lo Costa &	meira Turma de Julgamento — A. I.	
Cia. — Pedro de Souza	a — Alves	43/52 — São Paulo — Negar pro-	
Cerqueira — Primeira	Turma de		6-503
Julgamento — A. I. 41/	′50 — Per-	681 — Casa Falchi S/A — Segunda Turma	
nambuco — Negar pro		de Julgamento — A. I. 16/51 —	
recurso	6-497	São Paulo — Negar provimento ao	
669 — Cia. Agro-Industrial de	Goiana —		6-50-1
Usina Santa Tereza — Pr		687 — José dos Santos Costa — Primeira	
ma de Julgamento — A.		Turma de Julgamento — A. I. 85/	
— Pernambuco — Rece	bimento de	52 — São Paulo — Negar provi-	
recurso	6-498		2-118
670 — Antônio de Souza — Pr		698 — Usina da Pedra — Irmãos Biagi —	
ma de Julgamento — A		Segunda Turma de Julgamento — A.	
Pernambuco — Recebim		I. 70/52 — São Paulo — Negar	
curso	6-498	provimento ao recurso	2-119
671 — Iano Capitanini — Prim	neira Turma	689 — Usina Açucareira Paredão S/A —	
de Julgamento — A. I.		Primeira Turma de Julgamento —	
— Minas Gerais — N		. A. I. 33/52 — São Paulo — <i>Não</i>	
mento ao recurso		tomar conhecimento do recurso	2-119
672 — Porfírio Baral & Cia. e		690 — José Vieira Machado Sobrinho —	
Leite (Usina São José)		Primeira Turma de Julgamento —	
ra Turma de Julgamente		A. I. 7/53 — Sergipe — Dar pro-	
89/51 — Bahia e Serg			2-120
gar provimento ao recu		691 — Osvaldo M. Chamma — Primeira	
673 — Cia. Açucareira Usina L		Turma de Julgamento — A. I. 99/	
Comissão Executiva — A		50 — São Paulo — Negar provi-	
— Alagoas — Não aceit		mento ao recurso	2-120
674 — Usina Paineiras S/A -		692 — Cia. Indústria e Viação de Piraci-	
Turma de Julgamento —		caba — Segunda Turma de Julga-	,
50 — Espírito Santo —		mento — A. I. 84/52 — Bahia —	
conhecimento do recurso		Negar provimento ao recurso	2-121
		693 — Cia. Usina Cambaíba — Primeira	
675 — Usina Açucareira Furlan meira Turma de Julgame		Turma de Julgamento — P. C. 77	
7/52 — São Paulo —	Negar bro-	52 — Rio de Janeiro — Negar	
vimento ao recurso :.	6-501	provimento ao recurso	2-121
		694 - São Paulo Refresco S/A - Primei-	
676 — Chehouan José — Primei		ra Turma de Julgamento — A. I.	
Julgamento — A. I. 17/5		151/52 — São Paulo — Negar pro-	
lo — Negar provimento	Hoing Acu	vimento ao recurso	2-121
677 — Teófilo Maluf & Cia. e		695 — José Salomão Irmão — Casa Varian-	
careira Bom Retiro S/A		te — Segunda Turma de Julgamen-	
da Turma de Julgament		to — A. I. 42/51 — São Paulo —	0.101
148/50 — São Paulo —			2-122
vimento ao recurso		696 — Irmãos Novais & Cia. Ltda. — Pri-	
678 — José Luiz da Fonseca —	72 /52	meira Turma de Julgamento — A. I.	
nes Machado — P. C.	D C 74/	167/50 — São Paulo — Negar pro-	2.12
(Anexos P. C. 73/52 –		vimento ao recurso	2-125
52 e P. C. 2/51) — R	and recovered 6.502	697 — Salles & Cia, Ltda. — Primeira Tur-	
ro — Sustar julgamento		ma de Julgamento — A. I. 37/53 —	
679 — Irmãos Zanin — Segund	1a Turma de	Minas Gerais — Negar provimento	2-122
Julgamento — A. I. 10	14/JU — 3.	ao recurso	2-123
torr torrestations		IUNIUO 1055 T	Dág 97
BRASIL AÇUCARĖIRO		JUNHO, 1955 — F	ag. 3/

698 —	José A. Filho e Usina Central Leão — Primeira Turma de Julgamento — A. I. 41/52 — Alagoas — Negar		710 — Pereira Osório Mauad & Cia, Ltda. — Segunda Turma de Julgamento — A. I. 14/46 — Minas Gerais —	
699 —	provimento ao recurso J. C. Belo Lisboa — Usina Lindoia — Segunda Turma de Julgamento — A. I. 110/51 — Minas Gerais	6-504	Negar provimento ao recurso 711 — Francisco Guelfi & Filhos — Primeira Turma de Julgamento — A. I. 125/52 — São Paulo — Dar pro-	6-510
700	— Dar provimento ao recurso, em parte	6-505	vimento ao recurso, em parte 712 — Usina São José — Primeira Turma de Julgamento — A. I. 141/52 —	6-510
700 —	meira Turma de Julgamento — A. I. 83/50 — São Paulo — Negar		Sergipe — Negar provimento ao re-	6-511
	provimento ao recurso	6-506		0-711
701 —	Jorge Tomaz de Aquino — Primeira Turma de Julgamento — A. I.		Resoluções	
	21/51 — Paraíba — Negar pro- vimento ao recurso	6-506	892/53 — Estima a receita e fixa a Despesa para o Exercício Financei-	
702 —	S/A Agrícola e Industrial Usina Miranda — Primeira Turma de Julgamento — A. I. 147/50 — S. Pau-		ro de 1954	4-297
	lo — Negar provimento ao recurso	6-506	9.000.000,00	3-196
703 —	J. & R. Rollemberg (Usina Mato Grosso), Benildes Vieira de Araú-		981/54 — Abre ao orçamento vigente o crédito de Cr\$ 1.000.000,00 .	3-196
	jo e Irmãos Mendonça — Segunda Turma de Julgamento — A. I. 40/		982/54 — Abre crédito suplementar ao orçamento vigente	3-197
	51 — Sergipe — Negar provimento ao recurso	6-507	1001/54 — Abre ao orçamento vigente o crédito especial de cruzeiros	
704 —	Francisco José Lara Campos — Fazenda Fartura — Primeira Turma de Julgamento — A. I. 41/47 —		300.000,00 1002/54 — Abre ao orçamento vigente o	1- 12
	São Paulo — Negar provimento ao recurso	6-507	crédito especial de cruzeiros	1- 12
705 —	Cia. Agrícola Jacarèzinho e Cia. Comercial São Paulo — Paraná — Se-	0-707	1003/54 — Abre ao orçamento vigente o crédito especial de cruzeiros	
	gunda Turma de Julgamento — A. I. 44/53 — Paraná — Negar pro-		300.000,00	1- 13
706 —	vimento ao recurso Elza Baesso & Irmão — Segunda	6-508	crédito suplementar de cruzeiros 20.000,00	1- 14
,	Turma de Julgamento — A. I. — 132/52 — Minas Gerais — Não		1005/54 — Abre ao orçamento vigente o crédito especial de cruzeiros	
	receber o recurso	6-508.	· 3.000.000,00	1- 15
707 —	Lavínia Lessa Martins — Segunda Turma de Julgamento — A. I. 64/		crédito especial de cruzeiros	1 15
	50 — São Paulo — Negar provimento ao recurso	6-509	5.070.195,50 1007/54 — Abre ao orçamento vigente o	1- 15
708 —	Usina Açucareira Tabajara S/A — Segunda Turma de Julgamento —		crédito suplementar de cruzei- ros 102.000,00	1- 16
709 —	A. I. 82/52 — São Paulo — Receber o recurso João Trindade Bezerra — Primeira	6-509	1008/54 — Abre ao orçamento vigente o crédito suplementar de cruzeiros 102.000,00	1- 17
	Turma de Julgamento — P. C. 23/52 — Pernambuco — Recebi-		1009/54 — Abre ao orçamento vigente o crédito especial de cruzeiros	
	mento do recurso	6-510	25.860,00	1- 18

	Abre ao orçamento vigente o crédito especial de cruzeiros 1.938.200,00	1- 18	1027/54 — Abre ao crédito e 2.040.000	orçamento vigente o especial de cruzeiros	1- 29
1011/54 —	- Abre ao orçamento vigente o crédito especial de cruzeiros 3.966.000,00	1- 19	1028/54 — Abre ao crédito e	orçamento vigente o especial de cruzeiros	1- 30
1012/54 —	- Abre ao orçamento vigente o crédito suplementar de cruzei-		1029/54 — Abre ao crédito	orçamento vigente o especial de cruzeiros	
1013/54 —	ros 700.000,00	1- 20	1030/54 — Abre ao crédito e	orçamento vigente o especial de cruzeiros	1- 31
1014/54 —	aguardente e dá outras providências	1- 20	1031/54 — Abre ao crédito e	especial de cruzeiros	1- 31
	crédito suplementar de cruzeiros 2.175.675,00	1- 21	1031A-54—Abre ao	orçamento vigente os suplementares no to-	1- 32
1015/54 —	- Abre ao orçamento vigente o crédito especial de cruzeiros 400.000,00	3-198	tal de Cr 1032/54 — Abre ao	\$ 429.252,50 orçamento vigente 0	4-301
1016/54 —	- Abre ao orçamento vigente os créditos especiais no valor total de Cr\$ 4.550.000,00	3-199	· 500.000,0 1033/54 — Abre ao		1- 33
1017/54 —	- Abre ao orçamento vigente o crédito suplemenatr de cruzei-		ros 1.100 1034/54 — Abre ao		1- 34
1018/54 —	ros 52.495,00	3-199	· Cr\$ 253. 1035/54 — Abre ao		2- 98
1019/54 —	4.043.540,00	1- 22		especial de cruzeiros orçamento vigente o	2- 98
1020/54 —	ros 9.840,00	1- 23	crédito si	uplementar de cruzei- 0,00	2- 99
1021/54 —	crédito especial de cruzeiros 31.340,00	1- 24	crédito 6 800.000,0	especial de cruzeiros	2-100
	crédito suplementar de cruzeiros 40.000,00	* 1- 25		orçamento vigente o especial de cruzeiros	2-101
1022/54 —	- Abre ao orçamento vigente o crédito suplementar de cruzeiros 35.000,00	1- 25	1039/54 — Abre ao crédito s		2-102
1023/54 —	Abre ao orçamento vigente o crédito especial de cruzeiros 2.074.850,00	1- 26	1040/54 — Abre ao brica 010	orçamento vigente, ru- 2, o crédito suplemen-	
1024/54 -	- Abre ao orçamento vigente o crédiot especial de cruzeiros	1- 20	1041/54 — Abre o c	\$ 43.380,00rédito especial de cru- .000,00 ao orçamento	2-102
1025/54 —	500.000,00	1- 27	1042/54 — Abre o c	rédito especial de cru- 0.000,00 ao orçamento	2-103
1026/54 —	2.980,00	1- 28	vigente . 1043/54 — Abre ao	orçamento vigente, ru-	2-104
	crédito especial de cruzeiros 200.000,00	1- 28		2, o crédito suplemen- \$ 8.640,00	2-105

1044/54 —	- Abre ao orçamento vigente o crédito especial de cruzeiros		1060/54 —	Abre ao orçamento vigente o	
	3.650.000,00	2-105		crédito especial de cruzeiros 50.000,00, rubrica 6065	3-202
1045/54 —	- Abre ao orçamento vigente o		1061/54 —	Abre ao orçamento vigente o	J-202
	crédito especial de cruzeiros			crédito suplementar de cruzei-	
	600.000,00	2-106		ros 450.000,00, rubrica 6066.	3-203
1046/54 —	- Abre ao orçamento vigente o			Abre ao orçamento vigente o	
	crédito especial de cruzeiros 600.000,00, rubrica 9610	3-200	`	crédito suplementar de cru- zeiros 200.000,00, rubrica 6069	2 204
1047/54 -	- Abre ao orçamento vigente o	5-209	1063/54 —	Abre ao orçamento vigente o	3-204
101//51	crédito especial de cruzeiros		1005,51	crédito suplementar de cru-	
	50.000,00, rubrica 0197	4-302		zeiros 26.520,00, rubrica 0302	3-20-1
1048/54 —	- Abre ao orçamento vigente o		1063A/54—	-Abre ao orçamento vigente os	
	crédito suplementar de cruzei-			créditos especiais no total de	
/ . / . /	ros 660.917,90, rubrica 8475 .	4-303	1066/54	Cr\$ 2.544.560,00	5-382
1049/54 —	- Abre ao orçamento vigente o		1064/54 —	Abre ao orçamento vigente o	
	crédito especial de cruzeiros 2.027.600,00, rubrica 8205	3-201		crédito especial de cruzeiros 912.725,00	5-384
1050/54 —	- Abre ao orçamento vigente o	J-201	1065/54 —	Abre ao orçamento vigente o	J-36 4
10,0,,,	crédito especial de cruzeiros		,	crédito de Cr\$ 6.000.000,00 .	5-385
	50.000,00, rubrica 6065	4-303	1066/54 —	Abre ao orçamento vigente o	
1051/54 —	- Abre ao orçamento vigente o			crédito suplementar de cruzei-	
	crédito suplementar de cruzei-			ros 13.500,00	5-386
	ros 50.000,00, rubrica 6069	4-304	1067/54 —	Abre ao orçamento vigente o	
1052/54 —	- Abre ao orçamento vigente o			crédito suplementar de cru- zeiros 34.000,00	2 205
	crédito especial de cruzeiros 25.000,00, rubrica 6069	4-304	1068/54	Abre ao orçamento vigente o	3-205
1053/54 —	- Abre ao orçamento vigente o	4 501	1000, 51	crédito suplementar de cru-	
	crédito especial de cruzeiros			zeiros 2.298.800,00	5-386
	600.000,00, rubrica 9609	4-306	1069-A/54-	-Abre ao orçamento vigente o	
1054/54 —	- Abre ao orçamento vigente o			crédito especial de cruzeiros	
	crédito especial de cruzeiros		1070/56	750.000,00	5-387
1055'/54	1.510.000,00, rubrica 9510	4-306	10/0/54 —	Abre ao orçamento vigente o	
10))/)4 —	- Abre ao orçamento vigente o crédito especial de cruzeiros			crédito especial de cruzeiros 33.000,00	2 206
	700.000,00, rubrica 0199	4-307	1071/54	Abre ao orçamento vigente o	3-206
1056/54 —	- Abre ao orçamento vigente os	1 50,	•	crédito especial de cruzeiros	
	créditos suplementares de cru-			149.070,00	3-207
	zeiros 6.032.885,80	4-308	1072/54 —	Abre ao orçamento vigente o	
1057/54 :	- Abre ao orçamento vigente os		,	crédito especial de cruzeiros	
	créditos suplementares, às ru-		1074/54	35.028,00	3-207
	bricas 9003 e 0323, no valor de Cr\$ 70.000,00 cada um	4 210	10/4/54 —	Abre ao orçamento vigente o	
1058A/54	-Abre ao orçamento vigente os	4-310		crédito especial de cruzeiros 10.000.000,00, para cauciona-	
100011/01	créditos suplementares, às ru-			mento de açúcar de usinas do	
	bricas 9.277 e 7.739, de cru-			Rio Grande do Norte	3-208
	zeiros 1.076.000,00 cada um .	5-380	1075/54 —	Modifica dispositivo da Reso-	
1058A/54—	-Abre ao orçamento vigente os			nº 394/50, modificado pela Re-	
	créditos suplementares e especial		4074/7	solução nº 417/50	5-383
1050/54	no total de Cr\$ 2.970.581,40	5-382		Abre ao orçamento vigente os	
1059/54 —	- Abre ao orçamento vigente o crédito suplementar de cru-			créditos suplementares no total	6.402
	zeiros 200.000,00, rubrica 7750	3-202	1076/54	de Cr\$ 16.383.800,00 Retificação da Res. nº 992/54	6-483 3-209
		3 202	23/0/54		3-209

1077/54 — Abre ao orçamento vigente o		CONSUMO	
crédito suplementar de cruzei- ros 160.000,00	3-210	De açúcar na Europa Ocidental — 4-353 e	4-353
1078/54 — Abre ao orçamento vigente o	J-210	Crônica açucareira internacional — 1-68,	. 33.3
crédito especial de cruzeiros		2-145, 3-235, 4-338, 5-436 e	6-528
	3-210	Discute-se a revisão da lei açucareira nos	
1079/54 — Abre ao orçamento vigente o		Estados Unidos	4-329
crédito especial de cruzeiros		Extra-Limite de São Paulo	3-189
/ 000 000 00	3-211	Menor, a produção de açúcar	4-359
1080/54 — Abre ao orçamento vigente o		Mercado internacional do açúcar — 1-66,	6527
crédito suplemenatr de cru-		2-143, 3-231, 4-335, 5-432 e	6-527
	3-21.2	Perspectivas açucareiras para 1955 Produção e, do açúcar — 1-80, 2-174,	1- 70
1081/54 — Abre ao orçamento vigente o		3-272, 4-360, 5-460 e	6-537
crédito especial de cruzeiros		3 272, 1 300, 3 100 € 11111111111	0),,
321.700,00	3-213	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE	
1082/54 — Abre ao orçamento vigente o		AGUARDENTE DA ZONA DE LEN-	
crédito especial de cruzeiros		ÇÓIS PAULISTA	
8.569.583,00	3-213	m	
1083A/54—Abre ao orçamento vigente, ru-		Empréstimo à,	
brica nº 0304, o crédito suple-		Inscrição	3-188
mentar de Cr\$ 200.000,00	6-485	COOPERATIVA DOS USINEIROS DE	
1084/54 — Modifica o Plano de Contrôle		ALAGOAS	
e Distribuição do Alcool In-			
dustrial, na safra de 1954/55		Empréstimo à,	6-472
(Resolução nº 994/54), sus-		A STATE OF THE STA	
pender desnaturamente e dá-	2.107	COOPERATIVA DOS USINEIROS DE	
outras providências	2-107	PERNAMBUCO	
1085/55 — Dispõe sôbre a requisição da	6-436	Empréctimo à	3-196
aguardente na safra de 1955/56	0-430	Empréstimo à,	2- 92
1086/55 — Abre ao orçamento vigente o		Posse da nova diretoria	
crédito especial de cruzeiros	6-488	1 0000 da nova diretoria i i i i i i i i i i i i i i i i i i	
600.000,00 de Pa	0-400	COSTA FILHO, MIGUEL	
1087/55 — Modifica o dispositivo da Resolução nº 1.084/55, de 6 de			
janeiro de 1955	6-488	Documentos relativos a engenhos de Mi-	
1088/55 — Abre ao orçamento vigente o		nas Gerais	1- 73
crédito especial de cruzeiros		Brejo Grande e Curralinho — 2-167, 3-240	6 2 613
205.632,00	6-489	e	4-349
1089/55 — Abre ao orçamento vigente o		COUTINHO, NELSON	
crédito especial de cruzeiros		COUPTINITO, NELSON	
150.000,00	6-490	Tratamento de resíduos das destilarias	5-420
1090/55 — Abre ao orçamento vigente o			
crédito especial de cruzeiros		CUBA	
2.429.836,90	6-491		2 21 4
1091/55 — Abre ao orçamento vigente o		A Usina compra açúcar a,	3-214
crédito especial de cruzeiros		Crônica açucareira internacional — 2-144,	5 126
800.000,00	6-492	3-235 e E o Mercado Norte-Americano	5-436 1- 63
			3-239
CONSELHO INTERNACIONAL DO		Política agressiva na venda dos açúcares de, Produção de melaços em,	5-441
AÇÚCAR		Safra de, de 1954	3-223
n '* 1	6-513	Volume da safra de,	1- 10
Reunião do,	0-713	Totalic da sarra de,	
BRASIL AÇÜCAREIRO		JUNHO, 1955 —	Pág. 91
DIGGOLD INVOICE			

CULTIVO		Deresa da, açucareira de Pernanibuco —	
A O SO terror as a maissaise so Aug		Discurso do Senador Novais Filho	4-325
A cana Q 50 torna-se a primeira na Aus-	6.520	Energia elétrica de Paulo Afonso e a In-	
trália	6-530	dústria açucareira e alcooleira — Ma-	
Cultura da cana de açúcar — Homero Cor-	2 220	noel Mendes de Holanda Filho	2-171
reia de Arruda	3-228	Exportação da safra 1954/55	1- 5
Estação Experimental de cana da Bahia	6-526	Exportação de açúcar	3-225
Experimento com ervicida na E. E. de cana		Mercado internacional do açúcar — 1-66,	
da Bahia	4-332	2-143, 3-231, 4-335, 5-432 e	6-527
Observações sôbre a cultura de cana na		Perspectivas açucareiras para 1955	1- 70
Bahia — Clovis Coelho	5-453		1- /0
Pesquisas canavieiras na E. E. de Louisiana	6-531	Política agressiva, na venda dos açúcares	2 222
Pesquisa sôbre hibridação	2-173	cubanos,	3-239
Viagem de estudo a diversas regiões cana-		Política açucareira — 3-239, 1-3, 3-187,	
vieiras do continente americano — Ema-		4-283 e	5-371
nuel Franco — 2-148 e	3-246	Problemas açucareiros de Pernambuco	1- 64
		Resolução que dispõe sôbre a requisição	
DESTILARIA CENTR. DO EST. DO RIO		aguardente na safra de 1955/56	6-486
		Resolução que modifica o Plano de Con-	
Salário mínimo	1- 5	trôle e Distribuição do Alcool Industrial	
		na safra 1954/55	2-107
DESTILARIA CENTRAL LEONARDO		Sugestões para o reexame da política açu-	
TRUDA		tica acucareira — Walter de Andrade.	5-428
			7-423
Crédito especial à,	4-303	Viagem de estudos a diversas regiões ca-	
		navieiras do continente americano —	2.211
DESTILARIA CENTRAL PRESIDENTE		Emanuel Franco — 2-148 e	3-246
VARGAS		Visita do Presidente do I.A.A. ao Estado	
		de Minas Gerais	6-514
Aquisição de Vagões-Tanque	1- 29	Visita do Presidente do I.A.A. ao Estado	
Crédito especial à	3-203	de Pernambuco	2-127
		Visitadas pelo Presidente do I.A.A. as re-	
DESTILARIA LARANJEIRA		giões açucareiras de São Paulo	1- 50
Empréstimo à,	3-198	EGITO	
DIÉGUES JUNIOR, MANOEL		Crônica açucareira internacional — 3-235 e	4-339
TT'ardat la sada	E 457	•	
História do açúcar	5-45/	EMPRÉSTIMO	
DAMAGARCA			
DINAMARCA		A Cooperativa dos Usineiros de Alagoas.	6-472
Crônica acusaraira internacional	2 1 44	À Cooperativa dos Usineiros de Pernam-	
Crônica açucareira internacional	2-145	buco	3-196
DIVERSOS		À Destilaria Laranjeiras Ltda	3-198
DIVERSOS		Usina Brasileiro S/A	1- 27
Boletim Canavieiro	6-521		
		À Usina Coruripe — 4-285 e	6-492
Economia açucareira e comércio colonial .	03)10	À Usina Outeiro	1- 32
ECONOMIA		À Usina Sergipe	1- 12
ECONOMIA		As Usinas Nacionais	3-197
As Usinas de açúcar e a, de divisas —		Para aquisição de tratores em Sergipe	2- 93
Manoel Mendes de Holanda Filho	4-354	Para reequipamento	6-546
	1-3/1	Visita do Presidente do I.A.A. ao Estado	0 7 10
Crônica açucareira internacional — 1-68,	(520		6 574
2-145, 3-235, 4-338, 5-436 e	6-528	de Minas Gerais	~ 0-574
			Dr.
BRASIL AÇUCAREIRO '		JUNHO, 1955 —	Pag. 92

ESPANHA	FINANCIAMENTO
Crônica açucareira internacional — 1-68, 3-236 e 5-437	À Cooperativa dos Produtores de Aguardente da Zona de Lençóis Paulista 1-15
ESPÍRITO SANTO	A Usina Ana Florência 2-100 À Usina Barra Grande 6-474 À Usina Cambaíba 1- 4
Bonificação sôbre álcool direto 2-135	À Usina Catanduva
ESTADOS UNIDOS	À Usina Jatiboca 4-285 À Usina Martinópolis 1- 19
Crônica açucareira internacional — 2-145, 3-236, 4-340 e 5-436	À Usina Matary 1- 5 À Usina Modélo
Discute-se a revisão da lei açucareira nos, 4-32)	À Usina Mussurepe 1- 21 À Usina N. S. do Carmo 1- 18
Maior quota para o açúcar dos, 3-244 Pesquisas canavieiras na E. E. de Louisiana 6-531	À Usina da Paraíba 5-385 À Usina Santa Terezinha 5-387
Consumo de açúcar na Europa Ocidental 4-348	À Usina São José
ESTATISTICA	destilaria
Produção de açúcar — 1-81, 2-178/179,	Ao Armazém de açúcar em Sergipe 5-430
3-273/274, 4-361/362, 5-461/462 e 6-538/539 Estoque de açúcar — 1-82, 2-175, 3-275,	As Usinas da Paraíba
4-363, 5-463 e 6-540	De adubos para fornecedores 6-524 De açúcar de engenho 3-190
Precipitações pluviométricas nas áreas ca- navieiras do Brasil — 1-85/86, 2-180/	No Rio Grande do Norte
181, 3-278/279, 4-366/367, 5-466/467 e 6-543/544	Plano de, da entre-safra para fornecedores 4-333
Produção e consumo de açúcar — 1-80, 2-174, 3-272, 4-360, 5-460 e 6-537	Visitadas pelo Presidente do I.A.A. às regiões açucareiras de São Paulo 1- 50
Produção de álcool — 1-83/84, 2-176/	Visita do Presidente do I.A.A. e ao Estado de Minas Gerais 6-514
177, 3-276/277, 4-364/365, 5-464/ 465 e 6-541/542	FIJI :
ESTOQUE	Crônica açucareira internacional 1- 68
De açúcar — 1-82, 2-175, 3-275, 4-363, 5-463 e	FILIPINAS
ЕТІОРІА	Crônica açucareira internacional — 1-69, 3-236 e — 6-528 Variedades de canas, 2-110
Crônica açucareira internacional 4-340	FITOPATOLOGIA
EXPORTAÇÃO	Combate às pragas da cana em Pernam-
Aumentadas as quotas mundiais de, 5-455	buco 2- 93 Contrôle biológico da broca 4-331
De açúcar — 3-225 e 4-284	Crédito especial para combate às pragas da cana 1- 29
De açúcar para o exterior	Crédito especial para combate às pragas de Pernambuco
BRASIL AÇUÇAREIRO	JUNHO, 1955 — Pág. 93
MILLOUIN 1130 OLIMBANO	

Crédito especial para combate às pragas no		HAVAI	
Estado do Rio	3-206	Crônica açucareira internacional	2 146
Viagem de estudos a diversas regiões cana-		Cromica açucarena internacionar	2-140
vieiras do Continente Americano — Emanuel Franco — 2-148 e	3-246	HISTORIA	
Emander Tranco — 2-110 c	J 2 10		
FORMOSA		Brejo Grande e Curralinho — Miguel Cos-	4 2 42
		ta Filho — 2-167, 3-240 e	4-349 5-457
Crônica açucareira internacional — 3-236,	= 421	Documentos relativos a engenhos de Mi-	J~•• 1
4-340 e	5-436	nas Gerais — Miguel Costa Filho	1- 73
FRANÇA		O açúcar através de sêlos	4-344
Crônica açucareira internacional — 3-236,		HUNGRIA	
4-340 e	5-437	Cuânica acusaroira internacional	2 146
ED ANICO EMANUEL		Crônica açucareira internacional	2-140
FRANCO, EMANUEL		HOLANDA FILHO, MANOEL MEN-	
Viagens de estudos a diversas regiões ca-		DES DE	
navieiras do Continente Americano —			
2-148 e	3-246	As usinas de açúcar e a economia de di-	(25 (
THE TOTOL AND TH		visas Energia elétrica de Paulo Afonso e a in-	4-354
FUNCIONALISMO		dústria açucareira e alcooleira	2-171
Donativos para Festa do Natal	3-204	datina agacarena e alconena	2 1 / 2
Crédito suplementar para o fundo de be-		ILHAS MAURICIO	
neficência dos servidores do I.A.A	3-210		
Gratificação pró-labore	1- 23	Crônica açucareira internacional	6-528
Licença especial — 1-16, 1-17, 1-18 e	2-105	INDIA	
Licença prêmio	2-102	,	
Modifica dispositivo da Resolução 390/50	5 200	Crônica açucareira internacional — 4-341,	
modificado pela Resolução 417/50 Sugestões para o reexame da política açu-	5-388	5-438 e	6-528
careira — Walter de Andrade	5-428	Novas fábricas de açúcar na,	5-458
	, 120	INDONÉSIA	
GENÉTICA		INDOINESIN	
		Crônica açucareira internacional	1- 69
Pesquisas canavieiras na E. E. de Loui-	6-531		
siana	0-751	IRÃ	
navieiras do Continente Americano —		Crônica açucareira internacional	4-342
Emanuel Franco — 2-148 e	3-246		1 7 12
		IRAQUE	
GOIÁS		C A	
Dencessa despechados noto Se Descidento		Crônica açucareira internacional	1- 69
Processo despachados pelo Sr. Presidente do I. A. A. — 1-47, 2-125 e	5-418	IRRIGAÇÃO	
		imitorição	
GOMES, PIMENTEL		Por aspersão	5-431
f - 1 cr p -		Tratamento de resíduos das destilarias —	
Águas do São Francisco	4-356	Nelson Coutinho	5-420
GRÃ BRETANHA		ISRAEL	
GRI BREITHVIER		IOMALL	
Crônica açucareira internacional	3-237	Crônica açucareira internacional	5-437
BRASIL AÇUCAREIRO		JUNHO, 1955 1	Påg. 94

ITALIA		MINAS GERAIS	
Crônica açucareira internacional IUGOSLÁVIA	5-438	Bonificações sôbre álcool direto	2-138 3-190
Crônica açucareira internacional	1- 69	do de, Processos despachados pelo Sr. Presidente	6-514
JAMÁICA		do I. A. A. — 1-47, 2-125, 3-223, 4-321, 5-418 e	6-512
Crônica açucareira internacional — 3-237, 4-342 e	6-529	NOVAES FILHO	
JAPÃO		Defesa da economia açucareira de Pernambuco — discurso do Senador	4-325
Crônica açucareira internacional — 1-69, 2-146, 4-342 e	6-529	NORUEGA	
JAVA		Crônica açucareira internacional	3-237
Crônica açucareira internacional	4-342	OLIVEIRA SOBRINHO, REINALDO DE	
JULGAMENTOS DA C. E. — Veja Co-		Povoamento dos sertões	5-456
missão Executiva		PAQUISTÃO	
MAQUINARIA		Crônica açucareira internacional	3-238
Viagem de estudos a diversas regiões ca- navieiras do Continente Americano —		PARAGUAI	
Emanuel Franco — 2-148 e Tratores para Sergipe		Crônica açucareira internacional — 1-68 e	5-438
MARANHÃO		PARAÍBA	
Processos despachados pelo Sr. Presidente do I.A.A	3-223	Bonificação sôbre álcool direto	2-135 3-189 5-385
Crônica açucareira internacional	4-342	4-322 e	5-418
MATOS, EDÍSIO GOMES DE		PARANÁ	
Sôbre o fator de segurança	6-534	Bonificação sôbre álcool direto Processos despachados pelo Sr. Presidente	2-135
MERCADO		do I.A.A. — 2-125, 4-322, 5-419 e	6-512
Cuba e o, Norte-Americano	1- 63 6-528	PERNAMBUCO Bonificação sôbre álcool direto	
Internacional do açúcar — 1-66, 2-143, 3-231, 4-335, 5-432 e	6-527	Combate às pragas de cana em, Crédito especial para combate às pragas da lavoura canavieira	2- 93 4-307
MÉXICO		Defesa da economia açucareira de, discurso do Senador Novais Filho	4
Crônica açucareira internacional — 1-69, 3-237, 4-342, 5-438 e	6-529	Desconto de promissórias Problemas açucareiros	

BRASIL AÇUCAREIRO

IUNHO, 19"

Processos despachados pelo Sr. Presidente do I. A. A. — 1-48, 2-126, 3-223,		Resolução que modifica dispositivo da Resolução 1.084/55 de 1/1/55	6-488
4-322, 5-419 e	6-512	Sugestões para reexame da, açucareira — Walter de Andrade	
navieiras	6-522	Tratamento de resíduos das destilarias —	5-428
Visita do Presidente do I.A.A. ao Estado		Nelson Coutinho	5-420
de,	2-127	Visitadas pelo Presidente do I.A.A. às re-	,0
		giões açucareiras de São Paulo	1- 50
PERÚ		Visita do Presidente do I.A.A. ao Estado	
		de Minas Gerais	6-514
Crônica açucareira internacional	6-529	Visita do Presidente do I.A.A. ao Estado	
Tecnologia açucareira no,	1- 71	de Pernambuco	2-127
PLANTIO — Veja Cultivo		DODING DIGG	
·		PORTO RICO	
POLÍTICA		Crônica açucareira internacional	5-439
Açucareira — 1-3, 2-91, 3-187, 4-283,		DOD'TH ICAI	
5-371 e	6-471	PORTUGAL	
Agressiva na venda dos açúcares cubanos	3-239	Crônica açucareira internacional	6-529
As Usinas de açúcar e a economia de di-		Oromea agacarena internacionar	0)2)
visas — Manoel Mendes de Holanda		PREÇOS .	
Filho	4-354		
Crônica açucareira internacional — 1-68,	6.500	Crônica açucareira internacional — 1-68,	
2-145, 3-235, 4-338, 5-436 e	6-528	2-145, 3-235, 4-338, 5-436 e	6-528
Defesa da economia açucareira de Pernam-		Mercado internacional do açúcar — 1-66,	
buco — Discurso do Senador Novaes	1 225	2-143, 3-231, 4-335, 5-432 e	6-527
Filho	4-325 1- 5	Perspectivas açucareiras para 1955	1- 70
Exportação da safra 1954/55 Exportação de açúcar	3-225	Produção açucareira na Europa	1- 67
Mercado internacional do açúcar — 1-66,	J-22)	Resolução que modifica o Plano de Con-	
2-143, 3-321, 4-335, 5-432 e	6-527	trôle e Distribuição do Alcool Indus-	
Perspectivas açucareiras para 1955	1- 70	trial na safra de 1954/55	2-107
Problemas açucareiros de Pernambuco	1- 64	Tabelas de pagamento de canas	3-189
Resolução que dispõe sôbre a proibição		Viagem de estudos a diversas regiões ca-	
de montagem de novas fábricas de aguar-		navieiras do Continente Americano —	2 246
dente	1- 20	Emanuel Franco — 2-148 e Visita do Presidente do I.A.A. ao Estado	3-346
Resolução que dispõe sôbre a requisição		de Minas Gerais	6-514
de aguardente na safra de 1955/56 .	6-486	de minas Ociais	0-71-4
Resolução que modifica o Plano de Con-		PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	
trôle e Distribuição do Alcool Indus-		,	
trial na safra 1954/55	2-107	Exposição de motivos 7.725/55 nº 63 de	
Resolução que modifica dispositivo da Re-		25/2/55 autorização para pagamento	
solução nº 1.084/55 de 1/1/55	6-488	do abono conforme Lei nº 2.412/55.	4-296
Sugestões para reexame da, açucareira —		`	
Walter de Andrade	5-428	PRESIDÊNCIA DO I.A.A.	
Tratamento de resíduos das destilarias —	- (At 1- D 1- 1 47 0 105 0 000	
Nelson Coutinho	5-420	Atos do Presidente — 1-47, 2-125, 3-223,	6512
Visitadas pelo Presidente do I.A.A. às re-	1 50	4-321, 5-418 e	6-512
giões açucareiras de São Paulo	1- 50	Visitadas pelo Presidente do I.A.A. às re-	1- 50
Resolução que dispõe sôbre a requisição	6-485	giões açucareiras de São Paulo Visita do Presidente do I.A.A. ao Estado	
de aguardente na safra de 1955/56 Resolução que modifica o Plano de Contrô-	Cioren	de Minas Gerais	6-514
le e Distribuição do Alcool Industrial		Visita do Presidente do I.A.A. ao Estado	3 71 7
na safra 1954/55	2-107		2-127
		LU LUMINDUCU I . I I I I I I I I I I I I I I I I I	

PRODUÇÃÔ		De destilaria de álcool anidro	2-14:1
		Empréstimo para,	6-546
Açucareira na Europa 1	l- 67	Visita do Presidente do I.A.A. ao Estado	0-540
Crônica açucareira internacional — 1-68,		de Minas Gerais	6-514
2-145, 3-235, 4-338, 5-436 e	5-528		0)
De açúcar — 1-81, 2-178/179, 3-273/274,	R	EINO UNIDO	
4-361/362, 5-461/462 e 6-538,	/539		
De álcool — 1-83/84, 2-176/177, 3-276/		Crônica açucareira internacional — 2-146 e	5-439
277, 4-364/365, 5-464/465 e 6-541			
De melaços em Cuba 5	5-441 R	EPÚBLICA DOMINICANA	
Discute-se a revisão da lei açucareira nos			
	í-329	Crônica açucareira internacional — 3.238 e	5-439
E consumo de açúcar — 1-80, 2-174,	, n	ECOLUCATO DA C. P. W. A.	
		ESOLUÇÕES DA C. E. — Veja Comis-	
	3-238	são Executiva	
	?-142 R	IO DE JANEIRO	
	-331	10 BL JANVEIRO	
Maior quota para o açúcar norte-ameri-	- / /	Bonificações sôbre álcool direto	2-136
	5-244	Processos despachados pelo Sr. Presidente	
Mercado internacional do açúcar — 1-66,		· do I.A.A 1-48, 2-126, 3-223, 4-323,	
	5-527	5-419 e	6-512
	1-359	Situação pluviométrica das zonas canaviei-	
	5-520	ras	6-522
O consumo de açúcar na Europa Oci-			
	i-353 R	IO GRANDE DO NORTE	
	70		
Plano de financiamento de entre-safra pa-	(2 2 2	Financiamento no,	2- 92
	-333	Financiamento às usinas do,	3-208
	5-223	Processos despachados pelo Sr. Presidente	
Viagem de estudos a diversas regiões cana-		do I. A. A	1- 48
vieiras do Continente Americano —	246	on 11101 no avv	
	5-246 R	IO GRANDE DO SUL	
Visita do Presidente do I.A.A. ao Estado	127	Processes despechades pole Sr Presidente	
	2-127	Processos despachados pelo Sr. Presidente	6.517
Visitadas pelo Presidente do I.A.A. as re-	- 50	do I, A. A. — 2-126 e	0-,712
0		AFRA	
Volume da safra cubana 1	10 3.	AFKA	
OLITATICA ACLICARETRA		Crônica açucareira internacional — 1-68,	
QUÍMICA AÇUCAREIRA		2-145, 3-235, 4-338, 5-436 e	6-528
Determinação rápida do cálcio e magnésio		Cubana de 1954	3-223
	-451	Exportação da, 1954/55	1- 55
Sem açúcar não há vida — Dr. Ramón		Liberação do extra-limite	1- 5
Gran San Martin 5	-442	Mercado internacional do açúcar — 1-66,	
Gran San Martin 5		2-143, 3-231, 4-335, 5-432 e	6-527
OUOTAS		Perspectivas açucareiras para 1955	1- 70
		Produção açucareira internacional	1- 67
1 1	3-455	Visitadas pelo Presidente do I.A.A. as	
incorporação ao, ao a	5-189	regiões açucareiras de São Paulo	1- 50
Maior, para o açúcar norte-americano 3	5-244	Volume da, cubana	1- 10
		Volume da, Cubana	1 .0
REEQUIPAMENTO	c	AN MARTIN, DR. RAMÓN GRAN	
À Usina Mussurepe 1	21	in military on minor our	
Das Usinas de Sergipe	5-430	Sem açúcar não há vida	5-4-12
Das Osilias de Gergipe		1.00	
PRACIL ACTICARFIRO		JUNHO, 1955 — 1	Pág. 97
BRASIL AÇUCAREIRO			

BRASIL AÇUCAREIRO

SANTA CATARINA		Produção de melaços em Cuba	5-441
Bonificação sôbre álcool direto Processos despachados pelo Sr. Presidente	2-135	Renovação do fermento para a garapa — Ary Arruda Veiga	1- 77
do I. A. A. — 1-49, 2-126 e	4-323	Sôbre o fator de segurança — Edísio Gomes de Matos	6-534
SÁO PAULO		Tratamento de resíduos das destilarias — Nelson Coutinho	5-420
Bonificações sôbre álcool direto	2-139	Viagem de estudos a diversas regiões ca- navieiras do Continente Americano —	
Destilaria autônoma Extra-limite de,	1- 4 3-189	Manoel Franco — 2-148 e	3-146
Mistura álcool-gasolina em,	6-520 4-285	TRANSPORTE	
Processos despachados pelo Sr. Presidente do I. A. A. — 1-49, 2-126, 3-223,		De açúcar em Campos	6-473
4-323, 5-419 e	6-513	navieiras do Continente Americano — Emanuel Franco — 2-148 e	3-245
vieiras	6-522	TRIBUTAÇÃO	
giões açucareiras de,	1- 50	Visita do Presidente do I.A.A. ao Estado	
SERGIPE		de Minas Gerais	6-514
Bonificações sôbre álcool direto Estocagem de açúcar em,	2-135 5-372	TURQUIA	
Reequipamento das usinas de, Processos despachados pelo Sr. Presidente	5-430	Crônica açucareira internacional	3-238
do I.A.A. — 4-324 e	6-513	UNIÃO SOVIÉTICA	
Tratores para,	2- 93	Compra açúcar a Cuba	3-214 5-440
SUB-PRODUTOS		Cromea aquearena meermacionax	7 110
Futuro do bagaço	4-320 3-225	UNIÃO SUL-AFRICANA	4 2 40
TECNOLOGIA		Crônica açucareira internacional Em funcionamento a Usina Pongola	
Açucareira no Perú	1- 71 4-356	USINA AÇUCAREIRA S. FRANCISCO	
As usinas de açúcar e a economia de di- visas — Manoel Mendes de Holanda	4-370	Empréstimo à	1- 23
Filho	4-354	USINA ALIANÇA	
Cultura de cana de açúcar — Homero Correa de Arruda	3-228	Adiantamento à,	4-306
Determinação rápida do cálcio e magnésio nos caldos de cana	5-451	USINA ANA FLORÈNCIA	
Energia elétrica de Paulo Afonso e a in- dústria açucareira e alcooleira — Ma-		Aquisição de vagões-tanques	2-100
noel Mendes de Holanda Filho Mistura de álcool-gaselina em S. Paulo .	2-171 6-520	USINA SANTO ANTONIO	
Novo processo de fabricação de açúcar . Pesquisas canavieiras na E. E. de Loui-	5-320	Bonificação sôbre álcool	4-310
siana Processo mais econômico de purificação do	6-531	USINA BARRA GRANDE	
açúcar	3-241	Montagem de destilaria	6-474

JUNHO, 1955 — Pág. 98

USINA BOM JESUS		USINA MARTINOPOLIS	
Financiamento à,	1- 23	Montagem de destilaria	1- 19
USINA BOM RETIRO		USINA MATARY	
Financiamento à,	1- 23	Empréstimo à,	1- 15
USINA BRASILEIRO		USINA MODELO	
Empréstimo à,	1- 27	Financiamento à,	3-199
		USINA MUSSUREPE	
USINA CATANDUVA		Financiamento para reequipamento	1- 21
Aquisição de tanques para estocagem	2- 98	USINA N. S. DO CARMO	
USINA CIA. AÇUCAREIRA S. GERALDO		Montagem de destilaria	1- 18
Adiantamento à,	3-200	USINA NOVO HORIZONTE	
USINA CAMBAÍBA		Adiantamento à,	6-490 4-310
Financiamento	1- 4	USINA PAINEIRAS	
USINA CAMPESTRE		Experiências de variedades	2-14?
Utilização de quoța	2- 92	USINA PALMEIRA	
USINA CORURIPE		Financiamento à,	1- 23
Empréstimo à, — 4-285 e	6-492	USINA PUMATI	
USINAS ESTIVAS		Adiantamento à,	3-210
Organização de um campo de variedades		USINA SANTANA	
de cana	2-103	Auxílio especial para transporte de cana . Bonificação sôbre álcool	3-207 4-310
Empréstimo à,	1- 15	USINA SANTA CRUZ	
		Empréstimo à,	1- 23
USINA DO OUTEIRO	4-310	USINA SANTA ISABEL	
Bonificação sôbre álcool Empréstimo à,	1- 32	Autorização para fabricar álcool	3-188
USINA IPIRANGA		USINA SANTA INES	
Destilaria autônoma	1- 4	Auxílio aos trabalhadores da,	4-303
USINA JATIBOCA		USINA SANTA MARIA	
Financiamento para aquisição de maqui-		Adiantamento à, — 2-104 e	2-106
naria	4-285	USINA SANTA TEREZINHA	
USINA MARINGÁ		Adiantamento à, — 1-30, 1-33 e Financiamento para aquisição de vagões-	6-491
Adiantamento à,	1- 12	tanques	5-387
PRACIL ACICAREIRO		JUNHO, 1955 —	Pág. 99

31
523
189
488
197
- 77
-440
-1-10
344
.4

LIVROJ À VENDA NO I.A.A.

	Cr\$
ANAIS DO 1º CONGRESSO AÇUCAREIRO NACIONAL	30,00
CANAVIAIS E ENGENHOS NA VIDA POLÍTICA DO BRASIL — Fernando de	
Azevedo	40,00
CONGRESSOS AÇUCAREIROS NO BRASIL	25,00
FUNDAMENTOS NACIONAIS DA POLÍTICA DO AÇÚCAR — Barbosa Lima Sobrinho	5,00
GEOGRAFIA DO AÇUCAR — Afonso Várzea	50,00
MEMÓRIA SÔBRE O PREÇO DO AÇÚCAR — D. José Joaquim Azeredo Coutinho	5,00
O BANGUÊ NAS ALAGOAS — Manuel Diégues Júnior	40,00
O AÇÚCAR NOS PRIMÓRDIOS DO BRASIL COLONIAL — Basílio de Magalhães	40,00
OS HOLANDESES NO BRASIL — Jan Andries Moerbeeck	10,00
RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A. — De 1939 a 1944 —	
Cada vol. br	10,00
SUBSÍDIO AO ESTUDO DO PROBLEMA DAS TABELAS DE COMPRA E VENDA	
DE CANA Gileno Dé Carli	10,00

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

CRIADO PELO DECRETO Nº 22.789, de 1º de JUNHO DE 1933

DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

ALAGOAS

RUA SÁ E ALBUQUERQUE, 544 — Caixa Postal, 35 — Maceió

BAHIA

RUA TORQUATO BAHIA, 3 - 3º — Caixa Postal, 199 — Salvador

MINAS GERAIS

EDIFÍCIO "ACAIACA" — AVENIDA AFONSO PENA, 867 - 6° — Salas 601/4 Tel. 23-569 — Belo Horizonte

PARAÍBA

PRAÇA ANTENOR NAVARRO, 36/50 - 2º — João Pessoa

PARANA

RUA BRIGADEIRO FRANCO, 2057 — Caixa Postal, 1344 — Curitiba

PERNAMBUCO

AVENIDA DANTAS BARRETO, 324 - 8º - Recife

RIO GRANDE DO NORTE

AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 120 - 3º - Natal

RIO DE JANEIRO

Caixa Postal, 119 - Tel. 964 - Campos

SÃO PAULO

RUA FORMOSA, 367 - 21° - Tel. 32-2424 — São Paulo

SERGIPE

RUA JOÃO PESSOA, 333 - 1º - Sala 3 — Aracajú

DESTILARIAS

CENTRAL DO RECIFE — Av. Vidal de Negreiros, 321 — RECIFE, Pernambuco.

DESIDRATADORA DE OSÓRIO — Caixa Postal, 20 — OSÓRIO — Rio Grande do Sul.

CENTRAL PRESIDENTE VARGAS — Caixa Postal, 97 — RECIFE — Pernambuco.

CENTRAL DE SANTO AMARO — Caixa Postal, 7 — SANTO AMARO — Bahia.

CENTRAL LEONARDO TRUDA — Caixa Postal, 60 — PONTE NOVA — Minas Gerais.

CENTRAL DE UBIRAMA — LENÇOIS PAULISTA — São Paulo.

CENTRAL DO E. DO RIO DE JANEIRO — Caixa Postal, 102 — CAMPOS — Estado do Rio de Janeiro.

DESIDRATADORA DE VOLTA GRANDE — VOLTA GRANDE — Minas Gerais.

CENTRAL GILENO DÉ CARLI — PIRACICABA — São Paulo.

ESCRITÓRIO DO I.A.A. — Edifício Continental — Av. Borges de Medeiros, 240 — PORTO ALEGRE — Rio Grande do Sul.

S.E.C.R.R.A. - Caixa Postal, 2549 - PORTO ALEGRE - Rio Grande do Sul.

S.E.C.R.R.A. — Praça do Ferreira, Ed. Sul América — FORTALEZA — Ceará.

Companhia Usinas Nacionais

FÁBRICAS: RIO DE JANEIRO SÃO PAULO SANTOS **CAMPINAS** TAUBATÉ JUIZ DE FORA BELO HORIZONTE NITERÓI DUQUE DE CAXIAS (Est. do Rio) TRÊS RIOS (Est. do Rio)

Sede: Rua Pedro Alves, 319

Telegramas "USINAS" * TELEFONE 43-4830

RIO DE JANEIRO

